

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ –
UNIOESTE CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E O ENSINO DA GEOGRAFIA**

MANOELA MOROSKOSKI LEHR

FRANCISCO BELTRÃO

2024

MANOELA MOROSKOSKI LEHR

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E
O ENSINO DA GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao “Programa de Pós-Graduação em Educação - Nível de Mestrado”.
Área de concentração: Educação. Linha de Pesquisa: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Professora Mafalda Nesi Francischett.

FRANCISCO BELTRÃO
2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Lehr, Manoela Moroskoski

Diálogos possíveis entre educação patrimonial e o ensino da Geografia / Manoela Moroskoski Lehr; orientadora Mafalda Nesi Francischett. -- Francisco Beltrão, 2024.

199 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. Educação Patrimonial. 2. Espaço. 3. Geografia. 4. Tempo. I. Francischett, Mafalda Nesi, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO
MANOELA MOROSKOSKI LEHR

TÍTULO DO TRABALHO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado, da UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Área de Educação, Linha de Pesquisa 01: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

COMISSÃO EXAMINADORA



Mafalda Nesi Francischett (Orientadora)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)



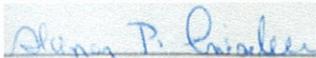
Ana Claudia Biz
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)



Andreia Zuchelli Cucchi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)



Andrecksa Viana Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/BA)



Alcimar Paulo Freisleben
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/FOZ)
Francisco Beltrão, 21 de fevereiro de 2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos os que habitam este vasto universo, e que, de uma maneira ou de outra, compartilham a crença na educação como força transformadora. Que as memórias se mantenham vívidas, guiando-nos na reflexão sobre quais caminhos iremos seguir.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de profunda gratidão, gostaria de expressar meu sincero reconhecimento à minha orientadora, a Profa. Dra. Mafalda Nesi Francischett. Sua orientação diligente, sabedoria e apoio foram fundamentais para meu crescimento e sucesso acadêmico. Sou imensamente grata por sua dedicação e confiança em mim.

Também gostaria de estender meus agradecimentos à banca examinadora, composta pela Profa. Dra. Ana Claudia Biz, Profa. Dra. Andreia Zuchelli Cucchi, Profa. Dra. Andrecksa Viana Oliveira e Prof. Dr. Alcimar Paulo Freisleben. Suas necessárias contribuições enriqueceram profundamente minha pesquisa. Agradeço aos membros do Grupo de Pesquisa Representações, Espaços, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas (RETLEE), da Unioeste, por todo apoio.

Esta conquista não seria completa sem expressar minha mais profunda gratidão à minha família e amigos. Seu amor incondicional, encorajamento constante e apoio inabalável foram os pilares que sustentaram minha jornada acadêmica. A cada desafio, vocês estiveram ao meu lado, inspirando-me a perseguir meus sonhos e nunca desistir.

Por fim, desejo expressar minha gratidão a todos os que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista. Seu apoio e incentivo foram verdadeiramente inestimáveis. Que este trabalho seja não apenas um reflexo do meu empenho, mas também uma homenagem ao apoio generoso e à confiança depositada em mim.

RESUMO

LEHR, Manoela Moroskoski. **DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DA GEOGRAFIA**. 2024. 1999f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ Campus de Francisco Beltrão, 2024.

A presente dissertação, intitulada "Diálogos possíveis entre Educação Patrimonial e o Ensino da Geografia", é resultado da pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa: Representações, Espaços, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas – RETLEE, ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Francisco Beltrão. Nela, contextualizamos dificuldades sentidas pela autora-professora de Geografia, para aproximar o ensino desta ciência com a Educação Patrimonial, tendo como objetivos identificar e analisar as interações entre estas áreas de conhecimento. A investigação seguiu pelo caminho da metodologia participante, que envolveu visitas a cinco museus, onde foram coletados e analisados os dados. Também avaliamos a potencialidade desses locais para a formação dos conhecimentos geográficos. Os museus pesquisados estão localizados na América do Sul e a proximidade com o Brasil facilitou a locomoção e o acesso. A entrada é gratuita. Foram avaliados os conceitos geográficos inerentes ao patrimônio no espaço-tempo, com base em Milton Santos. Os resultados indicam que a Educação Patrimonial desempenha papel fundamental na preservação e divulgação da herança cultural da sociedade. Evidenciamos que a mediação promovida pela/na comunidade escolar é a principal responsável pelo trabalho com os conceitos ligados ao patrimônio, bem como pela compreensão da legislação, pois amplia a compreensão dos sujeitos sobre história e cultura. A interseção da educação patrimonial com os conceitos geográficos fortalece a identidade cultural e a formação da memória coletiva. Ressaltamos a importância da mediação para a compreensão dos objetos-artefatos museais, para a conexão entre museus, patrimônio, educação patrimonial e Geografia.

Palavras-chaves: Educação patrimonial. Geografia. Espaço. Tempo.

ABSTRACT

LEHR, Manoela Moroskoski. **POSSIBLE DIALOGUES BETWEEN HERITAGE EDUCATION AND GEOGRAPHY TEACHING**. 2024. 1999f. Dissertation (Master's in Education). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ Campus de Francisco Beltrão, 2024.

This dissertation, entitled "Possible dialogues between Heritage Education and the Teaching of Geography", is the result of research linked to the Research Group: Representações, Espaços, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas – RETLEE, to the Postgraduate Program in Education - Master's Degree - Area of Concentration: Education, Line of Research: Culture, Educational Processes and Teacher Training, of the Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus of Francisco Beltrão. In it, we contextualize the difficulty felt by the Geography teacher-author in bringing the teaching of this science closer to Heritage Education. The aim was to identify and analyze the interactions between these areas of knowledge. The research followed the path of participant methodology, which involved visits to five museums, where data was collected and analyzed according to the objectives set, which included evaluating the potential of these places for the formation of geographical knowledge. The museums that took part in this research are located in South America; other criteria listed were: proximity to Brazil, to make it easier to get around, and access, which was the offer of free admission. The geographical concepts inherent to heritage in space-time were evaluated, based on Milton Santos. The results indicate that Heritage Education plays a fundamental role in preserving and disseminating society's cultural heritage. We can see that the mediation promoted by/within the school community is primarily responsible for working with concepts linked to heritage, as well as understanding legislation, since it broadens the subjects' understanding of history and culture. The intersection between heritage education and geographical concepts strengthens cultural identity and the formation of collective memory. We emphasize the importance of mediation for understanding museum objects-artefacts, for the connection between museums, heritage, Heritage Education and Geography.

Keywords: Heritage education. Geography. Space. Time.

RESUMEN

LEHR, Manoela Moroskoski. **POSIBLES DIÁLOGOS ENTRE LA EDUCACIÓN SOBRE EL PATRIMONIO Y LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA**. 2024. 1999f. Disertación (Maestría en Educación). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ Campus de Francisco Beltrão, 2024.

Esta disertación, titulada "Diálogos posibles entre la Educación Patrimonial y la Enseñanza de la Geografía", es el resultado de una investigación vinculada al Grupo de Investigación: Representações, Espaços, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas – RETLEE, al Programa de Postgrado en Educación - Maestría - Área de Concentración: Educación, Línea de Investigación: Cultura, Procesos Educativos y Formación de Profesores, de la Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão. En él, contextualizamos la dificultad sentida por la autora, profesora de Geografía, en aproximar la enseñanza de esta ciencia a la Educación Patrimonial. El objetivo fue identificar y analizar las interacciones entre estas áreas de conocimiento. La investigación siguió el camino de la metodología participante, que implicó visitas a cinco museos, donde se recogieron y analizaron datos de acuerdo con los objetivos planteados, que incluían la evaluación del potencial de estos lugares para la formación del conocimiento geográfico. Los museos que participaron en esta investigación se encuentran en América del Sur; otros criterios fueron: la proximidad a Brasil, para facilitar el desplazamiento, y el acceso, que fue la oferta de entrada gratuita. Se evaluaron los conceptos geográficos inherentes al patrimonio en el espacio-tiempo, a partir de Milton Santos. Los resultados indican que la Educación Patrimonial desempeña un papel fundamental en la preservación y divulgación del patrimonio cultural de la sociedad. Vemos que la mediación promovida por/en la comunidad escolar es la principal responsable por el trabajo con conceptos vinculados al patrimonio, así como por la comprensión de la legislación, ya que amplía la comprensión de los sujetos sobre la historia y la cultura. Destacamos la importancia de la mediación para comprender los objetos y artefactos de los museos, para conectar museos, patrimonio, Educación Patrimonial y Geografía.

Palabras clave: Educación patrimonial. Geografía. El espacio. Tiempo.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Placa de início expondo os representantes do museu.....	87
Imagem 02: Xilofone, África Ocidental.	88
Imagem 03: Recursos audiovisuais, telas.	91
Imagem 04: Placas de rei em alto-relevo (Bronze).....	92
Imagem 05: Figura de agricultor, coleção Jorge Yunes.....	94
Imagem 06: Os primórdios.	96
Imagem 7: O império Tang.....	97
Imagem 8: As rotas da seda.	98
Imagem 9: Buda em jejum, 1368 – 1644.....	99
Imagem 10: Adorno masculino casamento, séc. XIX - XX.....	100
Imagem 11: Recipiente com inscrições do Alcorão, séc. XVIII - XIX.....	101
Imagem 12: Mapa que inicia as exposições, Mesoamérica.	103
Imagem 13: Calendário Asteca (Pedra do Sol).....	104
Imagem 14: Exposição de rochas contextualizadas através de mapas.	105
Imagem 15: Objetos encontrados no Equador.	106
Imagem 16: Pirâmide do sol construída pela cultura Teotihuacan na Mesoamérica.....	107
Imagem 17: Atleta grego com âncora na mão.	109
Imagem 18: Réplica Coliseu, Anfiteatro Romano, Itália.	110
Imagem 19: Oriente Próximo, Anatólia e Síria.....	111
Imagem 20: Construção túnel subfluvial.	114
Imagem 21: Teodolito. Uso topográfico. Datado de 1969.....	115
Imagem 22: Eclímetro. Uso topográfico. Datado de 1969.....	117
Imagem 23: Mapa inicial da América Pré-colombiana.....	119
Imagem 24: Escrituras Maias.	120
Imagem 25: Estatueta feminina: Pintura e adornos corporais. Cerâmica. Cultura Bahia. 600 AC – 400 DC.....	122
Imagem 26: Estatueta feminina: Pintura e adornos corporais. Cerâmica. Cultura Bahia. 600 AC – 400 DC.....	123
Imagem 27: Rosto sorridente. Cultura Veracruz. 600 – 900 DC.	124
Imagem 28: Embarcação, Cultura Chavín 1000 – 400 AC.....	125
Imagem 29: Mapas distribuídos no museu para contextualização.	126
Imagem 30: Objeto com a localização descrita em mapa.	127
Imagem 31: Mapas antigos feitos à mão.....	129
Imagem 32: Maquete de Santiago em 1820, Chile.	130
Imagem 33: Maquete de Valparaíso, Chile.....	131
Imagem 34: Movimentos sociais expostos em cartazes.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.....	22
Quadro 02: Carta de Veneza, 1964.	26
Quadro 03: Valores culturais do Patrimônio.	55
Quadro 04: Princípios teórico-metodológicos de uma aula de Geografia.	134
Quadro 05: Dissertações sobre a educação patrimonial e o ensino da Geografia: 2012-2022.....	141
Quadro 06: Teses sobre a educação patrimonial e o ensino da Geografia: 2012-2022.	156
Quadro 07: Planejamento de Mediação da Visita Mediada.....	176

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MON – Museu Oscar Niemeyer
ONU – Organização das Nações Unidas
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I -EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A RELEVÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A SOCIEDADE	18
1.1 A relevância da preservação do Patrimônio Cultural	19
1.2 A Legislação na Constituição Brasileira	21
1.3 Aspectos importantes sobre o patrimônio cultural	30
1.4 A formação da identidade do sujeito	33
1.5 A datação dos acontecimentos históricos	51
1.6 Memória social	59
1.7 Patrimônio histórico: Espaço e Tempo	64
1.8 O objeto e seu contexto	69
II - A BUSCA POR EXPERIÊNCIAS MUSEAIS IN LOCO	83
2.1 Museu Oscar Niemeyer	86
2.2 Museu da História da Arte	102
2.3 Museu Túnel Subfluvial Raúl Uranga-Carlos Sylvestre Begnis	112
2.4 Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana	117
2.5 Museu Histórico Nacional do Chile	128
III - A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A GEOGRAFIA	138
3.1 O olhar geográfico nos museus	139

3.2	Explorando aspectos relevantes do material em análise.....	173
3.3	Roteiro para uma melhor apropriação da visita mediada	174
3.4	A complexidade da experiência subjetiva.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		188
REFERÊNCIAS.....		193

INTRODUÇÃO

Na busca por um processo de ensino e aprendizagem digno, totalizador e reflexivo, é fundamental a interpretação das subjetividades, da memória e da identidade coletiva. Esse desafio se apresenta como uma oportunidade de enriquecimento educacional, que leva à compreensão mais profunda da história, da cultura, do patrimônio e da Geografia. Para alcançar esse objetivo, que é a aproximação da educação patrimonial com a Geografia escolar, isso se mostra relevante e também complementar, pois ambas oferecem abordagens que promovem a construção do conhecimento de forma interconectada sobre sociedade e espaço.

A educação patrimonial, por um lado, busca preservar e defender o patrimônio cultural, nas percepções da construção de memórias, tradições, objetos e espaços significativos para uma comunidade. Ela convida os estudantes a explorarem o passado, refletirem sobre a identidade e compreenderem as complexas relações entre o presente e o passado. Além disso, a educação patrimonial promove a valorização de subjetividades e das narrativas individuais na construção da história.

A Geografia, por outro lado, fornece compreensões necessárias para entender o espaço geográfico, o tempo, as relações humanas com o ambiente e as dinâmicas socioespaciais. Logo, quando a educação patrimonial e a Geografia se aproximam, surgem possíveis diálogos e coerências. A interpretação do patrimônio cultural se beneficia das análises geográficas, contextualizando narrativas que trazem questões ambientais. Essa conexão é propícia para o desenvolvimento de abordagens completas, significativas, críticas e coerentes.

A problemática que gerou esta pesquisa surgiu a partir da dificuldade vivida pela autora, professora de Geografia, para encontrar aproximações entre a Geografia e a educação patrimonial. Por isso, nos propomos a avaliar como a educação patrimonial se aproxima dos conhecimentos geográficos espaço-temporais, nas continuidades e descontinuidades territoriais, nos diálogos possíveis com a produção acadêmica constituída na Geografia.

Adotamos, nesta investigação, a metodologia participante, a qual se caracteriza por envolver participantes do estudo, no processo da pesquisa. Essa abordagem busca promover colaboração e engajamento para reconhecer a importância das perspectivas e das experiências na produção de conhecimento.

Isso envolve a coleta de dados até a interpretação dos resultados, permitindo compreensão contextualizada do fenômeno em questão. Valorizamos a diversidade de experiências, buscamos ampliar o entendimento sobre o fenômeno, no nosso caso os museus, para promover maior relevância e aplicabilidade dos resultados.

Realizamos revisão de literatura, com análise de dissertações e de teses que relacionaram conteúdos geográficos e conceitos da educação patrimonial, disponíveis na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Isto permitiu-nos acesso a dados reconhecidos pela qualidade e pelo rigor dos trabalhos científicos, que oferecem base sólida para a construção do conhecimento e fundamentação teórica para a pesquisa. Sendo assim, abrangeu no total 11 produções científicas, de 2012 a 2022, nas áreas de educação patrimonial e Geografia. Nesse sentido, cinco teses e seis dissertações foram as indicadas para as análises, pelos critérios que elegemos.

Nesta investigação, os museus foram selecionados pela proximidade geográfica com o Brasil. Todos estão situados na América do Sul. Isto trouxe possibilidades para o estudo da realidade, porque, mesmo em país diferentes, retratam aproximações com a realidade brasileira. Durante essas visitas presenciais, registramos fatos e dados. Os museus selecionados oferecem entrada gratuita, que foi um dos critérios de seleção e contam com apoio e financiamento governamental para a manutenção. Essa abordagem facilita o acesso da comunidade escolar, proporciona maior proximidade e aumenta as oportunidades de conhecimento sobre o que representam os objetos museais.

Definimos os museus que seriam analisados considerando as características e as perspectivas comuns, diante do que se propõem a apresentar aos visitantes. Desta maneira, o olhar geográfico da pesquisadora pode ter influenciado nessas escolhas. Os cinco museus selecionados foram: Museu Oscar Niemeyer, situado no Centro Cívico de Curitiba, capital do estado do Paraná, no Brasil, que se destaca pela contemporaneidade e pela habilidade em estabelecer diálogos entre diversas formas de arte, com esculturas, pinturas e fotografias; Museu da História da Arte, em Montevideú, no Uruguai, que contempla uma jornada pela história da arte, apresenta representações culturais em obras que atravessam séculos e continentes; Museu Túnel Subfluvial Raúl Uranga-Carlos Sylvestre Begnis, localizado no Paraná e na Argentina, que possibilita observações sob águas, explora a história, a engenharia, as conexões geográficas e culturais por meio das obras de infraestruturas; Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana, em Santiago, no Chile, que oferece uma imersão na riqueza das culturas indígenas das Américas, com coleção de artefatos que ilustram a complexidade das civilizações pré-

colombianas; e Museu Histórico Nacional do Chile, localizado em Santiago, que emerge na história do país, pois aborda desde os povos indígenas até os desafios e conquistas da República, em exposições diversificadas. Esses museus representam importantes espaços culturais, que promovem a compreensão e apreciação das heranças artísticas e históricas das regiões em que estão inseridos.

A relevância desta pesquisa reside no foco do processo de ensino e aprendizagem com o desenvolvimento de diálogos entre áreas, que se complementam e contribuem para o conhecimento acadêmico. O objetivo central foi analisar as possíveis aproximações para indicar se há inter-relação no contexto educacional e patrimonial contemporâneo.

A cientificidade desta pesquisa reside na oportunidade de sistematizar mediação pedagógica com espaço, tempo e patrimônio. Como esses elementos se entrelaçam na construção do conhecimento. Ao fortalecer a compreensão da história e ao permitir a reflexão sobre as relações subjetivas, associadas à análise crítica da prática social, contribuem para a fluidez do processo de ensino e aprendizagem.

Dando início aos estudos científicos, Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014) afirma que o espaço geográfico é a área onde eventos ocorrem, ou seja, um conjunto de relações sociais e dinâmicas que se desenvolvem nesse espaço. Por isso, o espaço é socialmente produzido, carregado de significados e relações, formado por elementos materiais e imateriais, e está em constante transformação.

Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014) destaca a importância da temporalidade na compreensão do espaço. Ele enfatiza que o espaço geográfico não é estático e está em constante evolução no tempo. O autor aborda o tempo como uma dimensão cronológica e como um elemento

que influencia a organização e transformação do espaço. As mudanças no espaço são decorrentes de processos temporais, como desenvolvimento histórico, evolução cultural e transformações sociais, que moldam a paisagem e a Geografia de determinado local ao longo do tempo. Ou seja, espaço e tempo são interligados e interdependentes na Geografia.

No primeiro capítulo, apresentamos a importância da preservação do Patrimônio Cultural, por meio dos construtos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2002, 2009, 2014, 2020), e a legislação relacionada ao patrimônio na Constituição Brasileira. Para tanto, com as contribuições de Goff (1996), interpretamos a relevância da revolução do documento na datação de acontecimentos históricos, auxiliando no processo de construção da memória. Com as contribuições de Vigotski (2010), analisamos a mediação didática no desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Abordamos patrimônio histórico nas dimensões de Espaço e Tempo, baseando-nos em Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014).

No segundo capítulo, apresentamos algumas experiências museais in loco, trazemos a prática como um elemento fundamental para a compreensão das aproximações que sustentam os objetivos desta pesquisa, com os avanços nas análises que visam os possíveis diálogos da educação patrimonial com os conceitos geográficos.

No terceiro capítulo, adentramos no cenário das produções científicas da última década, com o foco para as áreas da educação patrimonial e da Geografia. O período compreende os anos de 2012 a 2022, das produções expostas na plataforma Capes. A atenção foi especificamente direcionada às dissertações e teses relacionadas à

educação patrimonial, com ênfase naquelas que exploram a educação patrimonial e conceitos inseridos no campo da Geografia.

I - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A RELEVÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A SOCIEDADE

No presente capítulo, discorremos sobre preservação de patrimônio e a importância da educação patrimonial na formação para cidadania. As ideias principais que conduzem a reflexão no texto contemplam o ato de preservar registros históricos. Ainda, a educação patrimonial com o significado dos artefatos para a museologia e no que a Geografia contribui e recebe contribuições para o processo educativo formativo da investigação.

No contexto formativo da investigação e da produção do texto, seguimos pela condução da concepção geográfica espaço-tempo, com o propósito de Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014), na relevância em que ele apresenta o debate sobre patrimônio, sob o prisma teórico-prático, na maneira de analisar o processo histórico como dinâmico fluido.

Ao refletir sobre a trajetória histórica, o arsenal documental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2002, 2009, 2014, 2020) traz as diretrizes e a legislação estabelecida, ao longo do processo de constituição brasileira. Abordamos autores como: Horta (1999) e Meneses (2009), que contribuem nos aspectos do patrimônio e da memória; Santos, (1994, 1996, 2004, 2014); Goff (1996), mostrando-nos do que se trata a memória, como a história foi observada e mantida em segredo por muitos. A inseparabilidade da história com a revolução dos documentos, sua institucionalização e preservação. Em Vigotski (2010), abordamos a mediação e seu papel para a sociedade, somando com noções de consciência, desenvolvimento, ensino e aprendizagem.

1.1 A relevância da preservação do Patrimônio Cultural

A relevância da preservação do patrimônio cultural é desafio para os museus e seus países, por uma série de desafios e problemas que ameaçam a integridade e a permanência ao longo do tempo. A preservação do patrimônio passa pelas ameaças como a degradação ambiental, urbanização descontrolada, falta de investimento em conservação, negligência governamental e desastres naturais.

Em contextos onde tais desafios são evidentes, a preservação do patrimônio cultural conserva a identidade e a história de uma nação. Também contribui para o fortalecimento da coesão social, da promoção do turismo cultural e da valorização da diversidade cultural e da memória coletiva.

A garantia de que haja educação patrimonial segue pelo reconhecimento do poder público, como pauta social e indispensável. Assim:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (IPHAN, 2013, p.05).

Neste sentido, o sujeito no processo de apropriação da herança cultural percebe a história e as origens, que possibilitam interpretar as trajetórias percorridas, na tentativa de compreender o contexto da educação patrimonial e os porquês na valorização histórica, contínua e ativa. (IPHAN, 2013).

Na perspectiva do Iphan (2013), a educação patrimonial significa uma maneira de “Alfabetização Cultural”, porque auxilia o sujeito na compreensão sociocultural, uma vez decidido o objeto, precisa dar um caráter histórico a ele, baseado em fundamentos do passado, trazidos para o presente:

A metodologia específica da Educação patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (IPHAN, 2013, p.05).

O patrimônio cultural é de extrema relevância nessa dinâmica, principalmente para identificar as ações dos seres no movimento da sociedade. Daí a importância de compreender que a cultura tem relevância, nas particularidades e nas pluralidades. Nesse contexto, a dinamicidade cultural brasileira dá continuidade:

O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos

representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas Instituições e Agentes Governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade. (IPHAN, 2013, p.06).

A expressão cultural de diferentes povos e etnias é materializada por meio das instituições e legislações que organizam e realizam a exposição dos artefatos que representam as memórias do patrimônio vivo.

1.2 A Legislação na Constituição Brasileira

Durante o governo de Jânio Quadros, especificamente em 26 de julho de 1961, foi promulgada a Lei nº 3.924, que delineou medidas fundamentais para a proteção e preservação do patrimônio arqueológico e pré-histórico do Brasil. Esta legislação estabeleceu que todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos e seus componentes ficariam sob a tutela do Estado, proibindo sua exploração econômica e qualquer forma de destruição. Assim, ficaram definidos diversos tipos de monumentos arqueológicos e pré-históricos, estabelecendo que sua exploração só poderia ser realizada mediante permissão do governo, com requisitos rigorosos e sujeitos a sanções legais em caso de violação.

Além disso, a Lei nº 3.924 estipulou que tanto o governo federal, quanto os estaduais e municipais, com autorização federal, poderiam conduzir escavações e pesquisas arqueológicas em terras particulares, visando o interesse científico e histórico. Em situações excepcionais, quando o significado arqueológico de um local fosse extraordinário, a desapropriação do terreno poderia ser promovida. A legislação também enfatizou a importância da comunicação imediata de descobertas arqueológicas às autoridades competentes. Além de proibir a transferência de objetos de interesse arqueológico ou pré-histórico para o exterior sem licença expressa, com penalidades para seu descumprimento. Essas disposições refletiram um esforço significativo para preservar o patrimônio cultural e histórico do Brasil durante o governo de Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961). No quadro a seguir, apresentamos os principais acontecimentos relacionados ao patrimônio histórico ocorridos durante este governo:

Quadro 01: Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.

Capítulo I	Artigo	Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Discorre sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos:
	1º	Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público.
	2º	Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos: jazidas, sítios arqueológicos, cemitérios, locais com inscrições rupestres.
	3º	São proibidos em todo território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis.
	4º	Toda pessoa, natural ou jurídica, que, na data da publicação desta Lei, já estiver procedendo, para fins

		econômicos ou outros, a exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e será multada.
	5°	Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2° desta Lei será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.
	6°	As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o art. 4° e registradas na forma do artigo 27 desta Lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas.
	7°	As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos arts. 4° e 6° desta Lei, são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União.
Capítulo II	8°	O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.
	9°	O pedido de permissão deve ser dirigido à diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhado de indicação exata do local, do vulto e da duração aproximada dos trabalhos a serem executados, da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome do responsável pela realização dos trabalhos.
	10°	A permissão terá por título uma portaria do Ministro da Educação e Cultura, que será transcrita em livro próprio da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na qual ficarão estabelecidas as condições a serem observadas ao desenvolvimento das escavações e estudos.
	11°	Desde que as escavações e estudos devam ser realizados em terreno que não pertença ao requerente, deverá ser anexado ao seu pedido o consentimento escrito do proprietário do terreno ou de quem esteja em uso e gozo desse direito.
	12°	O Ministério da Educação e Cultura poderá cassar a permissão concedida, uma vez que não cumprido o estabelecido.

Capítulo III	13°	A União, bem como os Estados e Municípios, mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da Arqueologia e da Pré-História em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvam construções domiciliares.
	14°	No caso de ocupação temporária do terreno, para realização de escavações nas jazidas declaradas de utilidade pública, deverá ser lavrado um auto, antes do início dos estudos, no qual se descreva o aspecto exato do local.
	15°	Em casos especiais e em face do significado arqueológico excepcional das jazidas, poderá ser promovida a desapropriação do imóvel.
	16°	Nenhum órgão da administração federal, dos Estados ou dos Municípios, mesmo no caso do art. 28 desta Lei, poderá realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, sem prévia comunicação à diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para fins de registro no cadastro de jazidas arqueológicas.
	17°	A posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado.
	18°	A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático, deverá ser imediatamente comunicada à diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.
	19°	A infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumária do achado, sem prejuízo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, em decorrência da omissão.
Capítulo IV	20°	Nenhum objeto que apresente interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artístico, poderá ser transferido para o exterior, sem licença expressa.
	21°	A inobservância da prescrição do artigo anterior implicará na apreensão sumária do objeto a ser transferido, sem prejuízo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.

Fonte: Disponível em Site Iphan. Acesso em 12/02/2023. Organização: Autora, 2023.

A institucionalização do patrimônio, no decorrer do início de 1960, responsabiliza o poder público para sua proteção e sua manutenção, uma vez que a ausência do Estado, nesses processos políticos territoriais, pode causar enormes danos à história, à memória e à formação de identidade.

A Carta de Veneza, promulgada em 1964, delinea os princípios essenciais para a preservação e conservação do patrimônio cultural e histórico. Elaborada no contexto onde as ameaças à herança cultural eram crescentes, a Carta surgiu como iniciativa para a proteção e regulamentação de monumentos históricos, sítios arqueológicos e paisagens culturais. Estabeleceu definições e diretrizes para a conservação e restauração, proporcionou alicerce para a compreensão da importância da memória histórica, da identidade cultural e do valor inestimável da herança deixada por nossos antepassados.

Neste contexto, a Carta desempenhou o papel de orientar o cuidado responsável e respeitoso com o legado do passado, assegurou que esses aspectos culturais fossem preservados e acessíveis à construção de conhecimento. O intercâmbio de cultura é necessário para o reconhecimento identitário, para o fortalecimento da luta contra o esquecimento. Nela, constam definições e objetivos da preservação do patrimônio cultural e destaque para a importância da memória histórica, da identidade cultural para o enriquecimento da experiência humana. Também enfatiza a conservação e a necessidade de conservar os monumentos históricos em sua autenticidade, de respeitar a integridade cultural e artística, evitar falsificações e adulterações.

Estabelece diretrizes para a restauração de monumentos históricos, defende a abordagem de intervenção mínima, na qual apenas

intervenções necessárias são realizadas, visa manter a integridade original da estrutura; a formatação de sítios, para além de tratar de monumentos individuais, a Carta também reconhece a importância dos sítios culturais, que podem incluir áreas urbanas inteiras, paisagens culturais e locais arqueológicos, buscando sua proteção e gestão adequadas.

Surge como iniciativa da preservação e também de regulamentação do patrimônio, afim de definir, objetivar, conservar, restaurar e regulamentar as concepções de monumentos históricos. No quadro a seguir, apresentamos definições, finalidades, conservação, restauração e os sítios:

Quadro 02: Carta de Veneza, 1964.

Definições	Artigo	Carta de Veneza (De maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos Icomos - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório)
	1º	A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.
	2º	A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.
Finalidade	3º	A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.
	4º	A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.
	5º	A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável,

Conservação		mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios.
	6º	A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala.
	7º	O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa.
	8º	Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.
Restauração	9º	A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional.
	10º	Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação.
	11º	As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas.
	12º	Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto.
	13º	Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício.
Sítios Monumentais	14º	Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização.
Escavações	15º	Os trabalhos de escavação devem ser executados em conformidade com padrões científicos e com a "Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matéria de Escavações Arqueológicas", adotada pela Unesco, em 1956.
Documentação e Publicações	16º	Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhadas pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias.

Fonte: Site Iphan. Acesso em 11/05/2023. Organização: Autora, 2023.

O quadro anterior sobre a Carta de Veneza, datada de maio de 1964, discutida durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, foi organizado pelo Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). É composta por 16 artigos que delineiam aplicações práticas dos conceitos fundamentais relacionados ao patrimônio histórico. Abordam questões como: a definição de um monumento histórico, os princípios de sua conservação e restauração, a importância de atribuir função útil à sociedade e de que um monumento é indissociável de sua história. Além disso, a carta destaca a necessidade de saneamento, manutenção e valorização do patrimônio, culminando na importância da documentação adequada, apresentada na forma de relatórios analíticos e críticos, acompanhados de desenhos e fotografias.

Essas definições contidas na Carta de Veneza têm implicações importantes no processo de regulamentação. Muitas vezes, as instituições envolvidas na preservação do patrimônio histórico precisam recorrer ao sistema judicial e fazer uso de poder legal para proteger os locais históricos ameaçados. A dinâmica é defender o patrimônio e requer intervenção legislativa e judicial, especialmente quando há interesse econômico e pressão sobre a preservação.

Portanto, compreender e utilizar plenamente os princípios estabelecidos na Carta de Veneza é essencial para instituições e envolvidos na proteção do patrimônio. Isso inclui a capacidade de identificar possíveis lacunas ou ambiguidades nas regulamentações existentes e ajustá-las, de acordo com as necessidades específicas de cada caso. A Carta guia para um aspecto de referência sólido que orienta o processo de preservação e garante que o patrimônio histórico seja

protegido de maneira eficaz e eficiente, num contexto em constante mudança.

Getúlio Vargas criou o Decreto-Lei nº 2, de 30 de novembro de 1937, com atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição. Apresentou cinco capítulos, com 30 artigos discorrendo sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (tombamento, direito de preferência).

José Sarney (15 de março de 1985 até 15 de março de 1990) então, restabelece no ano de 1986 princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências, totalizando 43 artigos. (IPHAN, 1991).

Em 23 de dezembro de 1991, conforme a Lei nº 8.313, o Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

- I - Contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - Promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - Apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - Proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;
- V - Salvar a sobrevivência e florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;
- VI - Preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII - Desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII - Estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX - Priorizar o produto cultural originário do País. (BRASIL, 1991).

A Lei nº 8.313, conhecida como "Lei Rouanet", representa um marco importante na política cultural brasileira. Promulgada em 23 de dezembro de 1991 e publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro do mesmo ano, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e estabeleceu mecanismos de incentivo à cultura no Brasil. O principal objetivo da Lei Rouanet é fomentar e viabilizar projetos culturais, proporcionando incentivos fiscais às empresas e pessoas físicas que realizem doações ou investem recursos em atividades culturais, aprovadas pelo programa. Busca estimular a produção e a democratização cultural em todo o país. (BRASIL, 1991).

Ao longo dos anos, esta lei tem sido importante para impulsionar o cenário cultural brasileiro, permitindo a realização de diversos projetos nas áreas de artes, música, teatro, cinema, literatura, patrimônio histórico, entre outras manifestações culturais. Além disso, ela contribui para a preservação da memória cultural e para a formação de um ambiente rico e diversificado no setor artístico. (BRASIL, 1991).

1.3 Aspectos importantes sobre o patrimônio cultural

O museu é um local onde as histórias e os objetos são apresentados, mas também é um espaço de diálogo entre o passado e o

presente da sociedade e do território. Esta característica especular do museu implica que o estudante-visitante signifique o que é apresentado como possibilidade de completar e ressignificar o discurso museal, interpretar o patrimônio cultural. Isso torna a visita ao museu envolvente e significativa, mas também promove compreensão crítica da história e da cultura.

A educação patrimonial é uma abordagem ativa, que valoriza a participação dos estudantes na construção do significado cultural. A noção de patrimônio tem evoluído ao longo do tempo, passando de uma definição unívoca e estritamente relacionada a bens materiais, herança ou propriedade, para uma compreensão inclusiva, que abrange aspectos de índole cultural. Tradicionalmente, a palavra "patrimônio" está ligada à ideia de legado, algo transmitido, adquirido ou possuído por alguém. Esta definição ainda é reconhecida por alguns dicionários, que refletem a sua longa história na linguagem. (MENDES, 2013).

No entanto, a transformação na concepção de patrimônio começou a se desenhar pelo menos desde a década de 1930. Nesse período, surgiu uma acepção restrita da palavra, que se restringia não apenas a bens materiais, mas também a elementos de natureza cultural. Gradualmente, essa noção passou a se difundir e ganhar aceitação, mesmo que de forma lenta e gradual. (MENDES, 2013).

Essa evolução na compreensão do patrimônio levou ao surgimento do conceito de "patrimônio cultural", que ampliou a perspectiva para além dos objetos tangíveis, abrangendo elementos imateriais, como tradições, práticas, conhecimentos e expressões culturais. Dessa forma, o patrimônio cultural passou a incluir não apenas monumentos e artefatos históricos, mas também a herança intangível que

enriquece a identidade de uma comunidade ou sociedade. (MENDES, 2013).

Essa mudança na definição de patrimônio reflete compreensão abrangente e sensível à diversidade cultural e à importância da preservação da herança cultural. O patrimônio cultural desafia a ideia de que o passado está separado do presente, destaca o fato de que a cultura e a identidade são moldadas por influências históricas contínuas. Portanto, o patrimônio cultural desempenha um papel fundamental na preservação da memória coletiva e na promoção da compreensão intercultural. Essa evolução na compreensão do patrimônio é um reflexo da nossa crescente conscientização sobre a importância da diversidade cultural e da necessidade de proteger e valorizar nossa rica herança cultural para as gerações futuras. (MENDES, 2013).

No entanto, neste contexto, podemos estabelecer a conexão entre a importância do patrimônio para a preservação da memória e, por conseguinte, para o desenvolvimento da consciência, conforme abordado no segundo capítulo deste trabalho:

O patrimônio e os próprios monumentos/documentos permitem recordar e ajudam a operacionalizar o processo de memorização. Ao edificar um monumento, o que se pretende, fundamentalmente, além de homenagear ou perpetuar determinado evento ou personalidade, é manter viva, na memória das pessoas, aquilo que o referido monumento testemunha. (MENDES, 2013, p.23).

Ao longo do tempo, tem havido um processo significativo de vulgarização no uso da expressão "patrimônio cultural". Como destacado

por Mendes (2013), à medida que a legislação avança nesse campo, essa vulgarização desempenha um papel importante na reflexão e na definição precisa dos fatores e conceitos envolvidos no processo de patrimonialização dos objetos.

1.4 A formação da identidade do sujeito

Interpretar as contribuições da educação patrimonial é percebê-la em sua plenitude e diversidade, na perspectiva das orientações de um ensino que requer trabalho conjunto entre estudantes e professores, assim como de gestores e demais sujeitos integrantes da comunidade escolar. Ou seja, a integração ocorre entre as disciplinas escolares, entre pessoas, conceitos, informações e metodologias. Assim:

É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios. (IPHAN, 1996, p 27).

Para configurar novas abordagens nas diversas áreas do conhecimento, é fundamental identificar o período histórico em questão e estudar a relação entre o homem e a natureza. Por meio da educação patrimonial, é possível transformar o espaço geográfico, observar e

considerar as peculiaridades de cada grupo social. Para tanto, é essencial obter e fornecer instrumentos adequados para os professores e estudantes, capacitando-os para a preservação do patrimônio. Como um processo de ensino e aprendizagem construtivo e crítico, que torne os sujeitos agentes ativos na proteção e valorização de elementos culturais, históricos e naturais, que são essenciais para a identidade de uma comunidade e de uma nação:

[...] a parceria entre o IPHAN e as universidades por meio das ações de extensão é um caminho promissor para a promoção e a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, pois pretende estimular a participação e o envolvimento de outros agentes capazes de se associar à política de reconhecimento, promoção e proteção ao patrimônio. Dada a extrema capacidade técnica e de inovação das instituições de ensino superior públicas, que começam a se envolver sistematicamente com a extensão voltada à preservação do Patrimônio Cultural, a parceria IPHAN – MEC segue estratégica e potencialmente transformadora das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p.31).

A Portaria nº 137/2016 estabelece as diretrizes para a área, que concebe a educação patrimonial:

Art. 2º. Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, afim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

(IPHAN, 2014, p.35).

A ideia é abrir possibilidades para o olhar de todos para a necessidade de se apropriarem de patrimônios históricos e da materialidade desses espaços. Para a construção do conhecimento, da formação de identidade e da consciência, a educação patrimonial precisa ser movimento e auxiliar na identificação da história, dos fatos ocorridos.

A Educação patrimonial pode ser experienciada em diferentes espaços, com aproximações diversas com as áreas do conhecimento. Para isso é fundamental nos despirmos de certas amarras educacionais. Uma delas seria a noção de que aprender envolve exclusivamente o espaço da sala de aula. Outra poderia ser descrita como a persistência em contemplar conteúdos disciplinares ou na compreensão restrita de currículo como aquilo prescrito e definido para ser ministrado nas aulas. Ainda, poderíamos concluir que, sendo necessário “dar conta do conhecimento socialmente validado”, não há espaço relevante para o trabalho com a Educação patrimonial. (IPHAN, 1996, p.12-13).

A educação patrimonial, quando ativamente engajada na prática social, fomenta o protagonismo de diversos grupos sociais. Ela incorpora as práticas do cotidiano promovendo a apreciação dos bens culturais e reconhecendo o território como um espaço educacional significativo.

Nossa tarefa não se esgota no ensino da matemática, da Geografia, da sintaxe, da história. Implicando a seriedade e a competência com que ensinemos esses conteúdos, nossa tarefa exige nosso compromisso e engajamento em favor da superação das injustiças sociais. É necessário desmascarar a ideologia de um certo discurso neoliberal, chamado às vezes de modernizante que,

falando do tempo histórico atual, tenta convencer-nos de que a vida é assim mesmo. (FREIRE, 1994, p. 80).

Ao integrar práticas educativas relacionadas ao patrimônio, no cotidiano, abre-se espaço para um olhar crítico sobre os bens culturais, a partir desse processo possível de reconhecer o patrimônio como algo vivo, dinâmico e significativo para a identidade coletiva, em constante diálogo com o presente e o futuro.

Nesse contexto, a educação patrimonial tem função essencial na promoção da cidadania e da diversidade cultural, porque permite o resgate e a valorização das narrativas locais, das tradições, das expressões artísticas e das memórias coletivas, contribuindo para a formação da sociedade consciente de sua história e aberta ao diálogo entre diferentes culturas.

A importância de incentivar a educação patrimonial transcende o campo cultural e histórico, pois promove a formação de cidadãos críticos e engajados em sua comunidade. Ao reconhecer e valorizar a riqueza de seus próprios patrimônios, os indivíduos se tornam agentes ativos na preservação de suas identidades e contribuem para a construção de um futuro sustentável, respeitoso com a diversidade inserida em suas raízes culturais.

O patrimônio cultural serve como farol da esperança, que ilumina o caminho em direção à utopia, à libertação e à autodeterminação. A educação patrimonial vai além de ajudar a construir identidades individuais; seu propósito fundamental é evitar a perpetuação de padrões excludentes. Isso significa questionar e rejeitar estereótipos enraizados em ideais colonizantes, racistas, patriarcais, homofóbicos e de segregação

social, para que possamos verdadeiramente abraçar a diversidade e a igualdade em nossa sociedade. (IPHAN, 2014).

Da mesma forma que as palavras não são neutras, é preciso reforçar que nem a memória nem o patrimônio são neutros. Pelo contrário, não há patrimônios inocentes e todos eles são politizados. A memória coletiva é sempre parcial e ideológica, pois ela só se constitui pela seleção, em que há uma relação direta no jogo entre recordar e esquecer. Por isso, ela institucionaliza poderes e representa o poder daqueles que selecionam em nome dos outros. Quando elegemos algo como patrimônio, temos a consciência de que deixamos de lado outras escolhas. Assim, a memória é, sobretudo, mais esquecimentos do que lembranças. (IPHAN, 2014, p. 5).

A Geografia, conforme Santos (2004), foi instrumentalizada para conquistas coloniais e histórica contadas pelos colonizadores. Essa instrumentalização da Geografia está intrinsecamente ligada aos interesses expansionistas e imperialistas dessas nações, que buscam explorar e dominar territórios em outras partes do mundo. Por meio do conhecimento geográfico, principalmente por meio da Cartografia, as potências coloniais obtinham informações sobre a geologia, topografia, recursos naturais e demografia das terras a serem colonizadas, facilitando sua ocupação e exploração econômica.

Além disso, a história das colonizações frequentemente foi contada a partir da perspectiva dos colonizadores, o que resultou em narrativas parciais e tendenciosas. A visão eurocêntrica predominante nessas histórias relegava os povos indígenas e as culturas locais a um plano secundário, muitas vezes, retratando-os como povos primitivos ou

selvagens. Essa representação distorcida e etnocêntrica contribuiu para a perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação às populações nativas das terras colonizadas. (SANTOS, 2004).

Estudos pós-coloniais e a Geografia crítica têm se dedicado a desconstruir as narrativas coloniais e a dar voz às perspectivas marginalizadas na história. Essa abordagem busca compreensão dos processos coloniais, levando em conta as visões e experiências dos povos colonizados. A Geografia crítica também tem se voltado para a análise das relações de poder no espaço geográfico, questionando a dominação territorial e propondo reflexões sobre a descolonização do conhecimento geográfico. (SANTOS, 2004).

O patrimônio precisa ser interpretado atrelado ao espaço geográfico inserido no tempo. Assim, significados são construídos e atribuídos pela coletividade nas relações sociais. Não se trata de uma transmissão, mas de construção do conhecimento mediado por alguém.

Desde os estágios mais primitivos, o desenvolvimento mental da criança ocorre não apenas sob a influência da realidade objetiva (ela mesma resultante da história social), mas também sob a influência constante da comunicação entre a criança e os adultos. Esta comunicação, que exige uma participação íntima da linguagem, leva à formação da fala na criança, e isto provoca uma reorganização radical da estrutura total de seu processo psicológico. (VIGOTSKI, 2010, p. 197).

O autor citado contribui com o processo de ensino e aprendizagem, no significado de mediação e da construção do conhecimento dos sujeitos, ativos e capazes de transformar as realidades existentes:

[...] Desde o nascimento, as crianças estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las à sua cultura e à reserva de significados e de modos de fazer as coisas que se acumulam historicamente. No começo, as respostas que as crianças dão ao mundo são dominadas pelos processos naturais, especialmente aqueles proporcionados por sua herança biológica. Mas através da constante mediação dos adultos, processos psicológicos instrumentais mais complexos começam a tomar forma. Inicialmente, esses processos só podem funcionar durante a interação das crianças com os adultos. Os processos são intrapsíquicos, isto é, eles são partilhados entre pessoas. Os adultos, nesse estágio, são agentes externos servindo de mediadores do contato da criança com o mundo. Mas à medida que as crianças crescem, os processos que eram inicialmente partilhados com os adultos acabam por ser executados dentro das próprias crianças. Isto é, as respostas mediadoras ao mundo transformam-se em um processo intrapsíquico. E através desta interiorização dos meios de operação das informações, meios estes historicamente determinados e culturalmente organizados, que a natureza social das pessoas se tornou igualmente sua natureza psicológica. (VIGOTSKI, 2010, p. 27).

Compreender o sujeito, sua história e as representatividades construídas é um processo fundamental para o desenvolvimento humano e para a formação da identidade individual e coletiva. A mediação de Vigotski (2010) é um conceito fundamental para que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento humano, por meio da interação social e cultural. O aprendizado não é uma atividade isolada, mas ocorre em um contexto social, em que as pessoas interagem, compartilham, constroem conhecimentos e experiências.

O conceito de mediação, no contexto do patrimônio, segue por uma abordagem que aprimora a relação das pessoas com o patrimônio cultural, histórico e o patrimônio público, com os monumentos, prédios históricos, sítios arqueológicos e outros elementos culturais compartilhados por uma comunidade, pode se tornar uma ferramenta de aprendizado e identidade quando mediado adequadamente. (VIGOTSKI, 2010).

Pela mediação pedagógica, professores, tanto da área da Geografia, quanto da educação patrimonial, como mediadores culturais criam experiências significativas, aproximam o sujeito ao patrimônio e à sua identidade. A interação com o patrimônio, por meio de visitas guiadas, atividades educativas, oficinas e exposições, permite que as pessoas se apropriem do conhecimento e da memória presentes nesses lugares e objetos. (VIGOTSKI, 2010).

A mediação, conforme Vigotski (2010), incentiva a interação entre diferentes grupos sociais e promove a troca de conhecimentos e as perspectivas sobre o patrimônio público. Essa interação enriquece e contribui para a valorização e preservação do patrimônio, uma vez que as pessoas se sentem conectadas e responsáveis por esses lugares e bens culturais.

A abordagem mediadora é uma metodologia para tornar o patrimônio público acessível, relevante e significativo para as comunidades. Ao transformar a experiência de aprendizado e vivências do patrimônio, em uma atividade socialmente mediada, fortalece a consciência coletiva sobre a importância da preservação e valorização do legado histórico e cultural.

Construir consciência patrimonial e de cidadania parte de um trabalho inserido na coletividade que contempla as particularidades do local e do geral. Vigotski (2010) aborda a consciência e suas relações materializadas na dinâmica de seu meio:

A consciência nunca foi um "estado interior" primário da matéria viva; os processos psicológicos surgem não no "interior" da célula viva, mas em suas relações com o meio circundante, na fronteira entre o organismo e o mundo exterior, e ela assume as formas de um reflexo ativo do mundo exterior que caracteriza toda atividade vital do organismo. À medida que a forma de vida se torna mais complexa, com uma mudança no modo de existência e com o desenvolvimento de uma estrutura mais complexa dos organismos, estas formas de interação com o meio ou de reflexo ativo mudam; todavia, os traços básicos desse reflexo, bem como suas formas básicas tais como foram estabelecidas no processo da história social devem ser procurados não no interior do sistema nervoso, mas nas relações concernentes à realidade, estabelecidas em estágios sucessivos de desenvolvimento histórico. (VIGOTSKI, 2010, p. 194).

Perceber saberes articulados ao patrimônio é uma forma de engajamento na ressignificação dos objetos de estudo, que contemplem tanto os aspectos geográficos, quanto os contextos em que esses objetos estão inseridos. O patrimônio desempenha papel no processo educativo, pois permite aproximação significativa com o espaço e a sua história. Ao estudar o patrimônio, somos convidados a transcender as fronteiras do presente e do local, conectando-nos com as narrativas do passado e com a herança global compartilhada. Essa imersão na História e na Geografia

nos permite enxergar as discontinuidades e continuidades, bem como a evolução das práticas culturais.

Além disso, o patrimônio nos encoraja a adotar uma perspectiva holística, entendendo que cada elemento e contexto estão interligados em uma teia complexa, a totalidade (SANTOS, 2004). Essa abordagem ensina a valorizar a diversidade e a interdependência das diferentes expressões culturais e geográficas, incentiva a busca por uma visão integrada e inclusiva. Deste modo, auxilia a construção de consciência patrimonial, sensibiliza o sujeito de várias maneiras sobre si, sua comunidade e valoriza a existência. Contribui para a criticidade, de modo a impulsioná-lo a transformar o seu redor. (VIGOTSKI, 2010).

A preservação do patrimônio cultural, no Brasil, tem evoluído ao longo do tempo, e nesse contexto, destacam-se instituições como Iphan. Além disso, o cenário internacional também desempenhou um papel significativo, com organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que desde meados da década de 1940 têm sido fundamentais no fomento e debate sobre perspectivas de preservação do patrimônio cultural. (BARROS, TURATTI, 2017).

A valorização e a conservação do patrimônio cultural são fundamentais para a construção da identidade de um país e para a compreensão de suas raízes históricas e culturais. O trabalho desenvolvido por instituições, como o Iphan, contribui para a proteção e promoção de bens culturais, sejam eles tangíveis, como monumentos e sítios arqueológicos, ou intangíveis, como tradições, expressões artísticas e saberes tradicionais.

A atuação internacional da ONU e da Unesco tem sido fundamental para incentivar o diálogo entre diferentes nações e para estabelecer diretrizes e normativas que visem a preservação do patrimônio cultural em escala global. Essas organizações têm promovido ações de cooperação internacional, programas de capacitação, e a elaboração de listas e convenções que auxiliam na proteção de bens culturais de valor universal.

Nesse sentido, é importante ressaltar a relevância da pesquisa e do debate acadêmico sobre o tema. Referências como o trabalho de Barros e Turatti (2017) contribuem para a ampliação do conhecimento sobre o tratamento patrimonial e enriquecem as discussões em torno das melhores práticas de preservação e promoção do patrimônio cultural.

Assim, diante da crescente conscientização sobre a importância do patrimônio cultural e do papel essencial de instituições como o Iphan e organizações internacionais como a ONU e a Unesco, é possível avançar na salvaguarda de nossa herança cultural, assegurando que as gerações futuras possam apreciar e aprender sobre a história e identidade territorial.

Novos problemas, como a questão ambiental nas áreas de interesse histórico, a inserção dos centros históricos urbanos na dinâmica de desenvolvimento das grandes cidades, a demanda por bens culturais pela indústria do turismo, o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial como parte do patrimônio cultural da nação, os direitos de propriedade intelectual coletivos sobre conhecimentos tradicionais associados ou não a recursos genéticos, são apenas alguns temas que passaram a integrar a agenda das políticas de preservação. (BARROS, TURATTI, 2017, p.11).

Consta na Constituição (1937), no Art. 134, que o patrimônio é um fenômeno que está interligado com sua totalidade, com os monumentos históricos, artísticos e naturais, precisam ser observados e zelados pela nação, pelo estado e municípios. (BRASIL, 1937).

Definir o que seria categorizado ou não na constituição, o valor patrimonial não seria tão somente os grandes monumentos, mas também a obras mais singelas (pessoais), que por seus processos históricos pertenciam também à construção de identidade daquela comunidade específica. (BARROS, TURATTI, 2017).

Os bens imateriais tiveram seu reconhecimento mais tardiamente porque identificá-los demandou mais sensibilidade para olhar além do edificado. Foi preciso tornar-se mais atento às pessoas do que para as coisas produzidas por elas. “Esse patrimônio é transmitido de geração em geração e recriado por comunidades e grupos em função de sua interação com a natureza e de sua história, incluindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (BARROS, TURATTI, 2017, p.12).

A valorização dos bens imateriais não apenas ressalta a riqueza da diversidade cultural presente em diferentes regiões e grupos sociais, mas também enaltece a criatividade humana e a capacidade de adaptação às mudanças históricas e ambientais. Esses elementos culturais intangíveis, ao serem reconhecidos como parte essencial do patrimônio, incentivam o respeito à pluralidade cultural e o entendimento da complexidade e riqueza da experiência humana ao redor do mundo.

Para além da perspectiva de divisões organizacionais apresentadas, também é pertinente ressaltar o patrimônio cultural, pela ótica do patrimônio, que se apropria de conceitos geográficos, que desenvolve a capacidade de criar elo com as emoções e afetividades materializadas no tempo, o que, de fato, é relevante para tal povo, que construiu o objeto, naquele espaço. Assim, o patrimônio só alcança o seu sentido pleno quando se conecta estreitamente na sua relação com as pessoas ganhando um lugar afetivo e de identidade. Não apenas com as pessoas, mas também com seu contexto espacial, uma linha próxima e clara com a Educação Geográfica.

Para preservar, é preciso compreender e analisar exige definir algumas categorias¹, que auxiliem na busca pelo rigor científico, aproximando as áreas, os agentes propulsores no recorte de construção do conhecimento. Tendo em vista que os significados dos objetos patrimoniais precisam estar atrelados à sua realidade e à memória, como lembranças gravadas no passado, por vezes, precisam ser reivindicadas. A memória ajuda a fundamentar noções de patrimônio histórico e cultural. O ato da memória está diretamente ligado ao comportamento narrativo e a linguagem é produto das relações sociais. Primeiro a fala, depois a escrita, como uma extensão da memória. Categorizar a escrita é constituir um documento sobre aquele objeto ou fato. Significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma memória a ser explorada em todos os sujeitos que estavam representados na trajetória no tempo. (GOFF, 1996).

A consciência e a memória enfatizam as subjetividades dos patrimônios, e a contradição histórica vivida nos objetos. Analisar a

¹ Categorias que serão aprofundadas na pg.38

subjetividade faz parte da arcada do patrimônio, pois, principalmente na mediação, os objetos precisam ser abordados caminhando pela subjetividade para chegar a uma objetividade no processo educativo da construção do conhecimento crítico, patrimonial, geográfico. “Memória é conservar estados de consciência”. (HORTA, 1999, p. 36).

Quando discorremos sobre patrimônio físico, a arqueologia é lembrada, pois irá observar com propriedade a cultura material e estudar os vestígios materiais deixados pelos diferentes povos e sociedades ao longo da história humana. A arqueologia contribui para o estudo do patrimônio material, principalmente na reconstrução do passado, independentemente se o foco é o passado distante ou próximo aos dias atuais. (HORTA, 1999).

“A memória é um produto das relações que estabelecem o território.” (HORTA, 1999, p.25). Com ela, há reconstrução de acontecimentos do passado, expostos em linha do tempo. Exige flexibilidade da memória para interpretar a história, uma vez que o fato distante possibilita uma sequência de outros fatos. Assim, a dinâmica histórica se torna cada vez mais interessante e contraditória, por muitas vezes. Sobre a reconstrução de acontecimentos ocorridos no passado, podemos refletir:

Quando se institucionalizou o ensino de história no Brasil, em meados do século XIX, a história que aqui se ensinava era centrada, grosso modo, em uma concepção eurocêntrica, elitista, baseada nos “grandes homens”, quase que exclusivamente brancos. Essa percepção historiográfica perdurou, e, muitas vezes, ainda perdura em práticas e saberes escolares. Mesmo que essas estejam superadas no debate acadêmico desde o final do século XX, em muitos livros didáticos a história ali escrita ainda é

geral e panorâmica, apresentando de modo linear fatos, recortes e memórias tidas como relevantes nacionalmente e que devem ser ensinadas. Por isso mesmo, pouco atenta às questões locais. (HORTA, 1999, p.25).

Cada sujeito carrega consigo uma bagagem única de vivências e emoções, moldadas por suas interações com o mundo e as pessoas ao seu redor. Essas experiências são a base da subjetividade, que é a forma particular como cada pessoa percebe, interpreta e dá significado ao que acontece em sua vida. “Quanto mais ricas e diversificadas as experiências vividas e compartilhadas por um grupo de pessoas vivendo em comunidade, mais rica e complexa será a ‘memória’, ou rememoração.” (HORTA, 1999, p.38).

Assim, quando um grupo de pessoas vive em comunidade e compartilha experiências ricas e diversas, suas memórias se tornam complexas e enriquecedoras. Essas perspectivas individuais não são isoladas; elas se entrelaçam e se conectam com as experiências compartilhadas por um grupo de pessoas que vivem em comunidade. É nessa interação social que a memória coletiva começa a se formar.

A memória coletiva é um componente vital na formação da identidade de um grupo social, pois ajuda a definir seus membros, qual é a sua história e quais são seus valores comuns. Essa identidade coletiva fornece um senso de pertencimento e solidariedade, reforçando os laços sociais e culturais. Desta maneira, enriquecer o tecido cultural que une as pessoas em uma comunidade, contribuindo assim para uma sociedade coesa e resiliente. (HORTA, 1999).

É fundamental ressaltar que a relevância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394/96, em seu artigo 1º,

delineia uma compreensão abrangente da educação. Conforme estabelecido na LDB, a educação engloba os processos formativos que se desdobram no ambiente escolar, mas também na vida familiar, na convivência humana, no contexto laboral, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Essa abordagem da educação, delineada pela LDB, reflete a compreensão de que o aprendizado não está restrito às salas de aula, mas se estende a diversos contextos e interações sociais. Ao reconhecer a educação como um processo contínuo e aberto, a legislação busca abranger as múltiplas dimensões da formação humana, destacando a importância dos diversos espaços sociais e culturais na construção do conhecimento.

Na tentativa de construir reflexões críticas com a comunidade escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dispõem o seguinte:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. (BRASIL, 1998).

Assim, a educação patrimonial se revela nas entrelinhas destes documentos (BNCC, LDB, PCN) ao conceber a cidadania como participação ativa na esfera social e política, bem como um exercício

constante de direitos e deveres políticos, civis e sociais. Essa abordagem, delineada nos documentos fundamentais do sistema educacional, destaca a importância de adotar, no cotidiano, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, promovendo, assim, a formação de cidadãos conscientes e engajados.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil, promulgada em 2017, destaca a relevância de relacionar os conceitos geográficos com o exercício da cidadania. Esse enfoque reflete a compreensão de que o conhecimento geográfico não é apenas um conjunto de informações sobre o espaço, mas também uma ferramenta fundamental para a formação de cidadãos conscientes e participativos em suas comunidades e no mundo em geral.

Pensar no espaço geográfico implica não apenas compreender sua configuração física e suas características naturais, mas também entender as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que nele ocorrem. Essa perspectiva geográfica permite aos estudantes não apenas entender o mundo ao seu redor, mas também refletir criticamente sobre ele.

Ao relacionar os conceitos geográficos com o exercício da cidadania, a BNCC propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de analisar e interpretar questões locais e globais, compreendendo as interações entre diferentes escalas espaciais. Isso significa que os estudantes devem ser capazes de reconhecer como as decisões e ações individuais e coletivas em nível local podem ter impactos em escalas maiores, como regional, nacional e até global.

Além disso, a BNCC enfatiza a importância de promover uma reflexão crítica sobre as desigualdades socioespaciais e os desafios

ambientais enfrentados pela sociedade contemporânea. Ao compreender as dinâmicas do espaço geográfico, os estudantes são incentivados a se engajar em questões sociais e ambientais, contribuindo para a construção de uma cidadania ativa e responsável. Assim:

Quanto mais um cidadão conhece os elementos físico-naturais e sua apropriação e produção, mais pode ser protagonista autônomo de melhores condições de vida. (...) ao compreender o contexto da natureza vivida e apropriada pelos processos socioeconômicos e culturais, os alunos constroem criticidade, fator fundamental de autonomia para a vida fora da escola. (BRASIL, 2017, p. 365).

O trecho citado na BNCC, Brasil, 2017, enfatiza a importância do conhecimento dos elementos físico-naturais e sua relação com a vida cotidiana e a autonomia do cidadão. Essa abordagem reconhece que o entendimento do ambiente físico e natural ao redor de uma pessoa não só contribui para uma compreensão profunda do mundo, mas também capacita os indivíduos a serem agentes ativos na melhoria das condições de vida.

Quando um cidadão possui conhecimento sobre os elementos físico-naturais, como o relevo, o clima, os recursos hídricos e os ecossistemas, ele pode entender melhor como esses aspectos influenciam diretamente sua vida e a de sua comunidade. Essa compreensão permite que os cidadãos participem de forma informada e crítica em decisões relacionadas ao uso e conservação dos recursos naturais, à gestão ambiental e ao planejamento urbano, por exemplo.

Ao compreender como os processos socioeconômicos e culturais influenciam e são influenciados pela natureza, os estudantes desenvolvem uma visão ampla e contextualizada do mundo. Isso os auxilia a analisar

criticamente as relações entre sociedade e ambiente, reconhecendo os impactos das atividades humanas no meio ambiente e buscando soluções sustentáveis para os desafios ambientais contemporâneos.

O posicionamento crítico, responsável e construtivo nas diversas situações sociais é outro aspecto enfatizado nas bases curriculares, sugerindo uma abordagem educacional que vai além da mera transmissão de conhecimento. O chamado para utilizar o diálogo como meio de mediar conflitos e tomar decisões coletivas destaca a necessidade de desenvolver habilidades sociais e interpessoais essenciais para a construção de uma sociedade reflexiva.

Portanto, ao incorporar esses princípios, conseguimos perceber o compromisso ativo dos sujeitos na construção de uma sociedade inclusiva, ética e responsável. Essa visão integrada reforça a ideia de que a preservação do patrimônio está intrinsecamente ligada à formação de cidadãos capazes de agir de maneira crítica e consciente em seu entorno social. Contudo, a educação patrimonial poderia estar mais nítida e explicitada nos documentos disponibilizados à comunidade, facilitando o acesso a conceitos que participam da esfera patrimonial e seus conflitos.

1.5 A datação dos acontecimentos históricos

Goff (1996) afirma que, durante muito tempo, os historiadores limitaram a noção de documentos apenas a textos escritos, ou seja, consideravam apenas o que estava registrado em forma de palavras. Na falta destes (registros escritos), existia apenas um vazio, que precisava ser preenchido. Mas, afinal, como categorizar a história? Como contribuir com a construção do conhecimento sistematizado? Surge, então, o que o

autor chamou em seu livro de “O século XX e o triunfo do documento à revolução documental”. (GOFF, 1996, p. 213).

O surgimento da escrita está intrinsecamente relacionado à transformação na memória coletiva, possibilitando que os eventos e experiências fossem detalhadamente registrados, possibilitando descrever com precisão os sentimentos e ocorrências passadas. Quando essas informações estão disponíveis e acessíveis, o registro escrito faz o possível para não deixar nenhum detalhe de fora do papel, proporcionando uma memória mais completa e detalhada.

O registro escrito é uma ferramenta poderosa para preservar e garantir a construção/reflexão da memória coletiva ao longo do tempo. Quando os eventos e experiências são documentados, eles ganham a capacidade de resistir ao esquecimento.

Categorizar e organizar informações do passado, para a memória fluir organicamente, significa aproximar áreas do conhecimento, como a Geografia e a educação patrimonial, e permite que este trabalho de construção seja repleto de intensidade e de sinceridade. Significa buscar fundamentos, evidências, objetividades e também subjetividades. Se quero escrever sobre um povo, preciso entender todos que participam dele, não apenas os que das palavras usufruem com maestria para a sua totalidade.

[...]a história, ciência do passado, deve recorrer a métodos científicos de estudo do passado. "É indispensável que o passado, considerado como real e decisivo, seja estudado seriamente: na medida em que os tempos passados são considerados dignos de atenção e lhes é atribuída uma estrutura, em que lhes são dados traços atuais, todo o discurso significativo do passado deve poder

estabelecer claramente por que razão – em função de quais documentos e testemunhos – ele dá, de uma dada sucessão de acontecimentos, uma versão e não outra. Convém principalmente que a datação e localização do acontecimento seja muito cuidada, tanto mais que o passado só adquire caráter histórico na medida em que recebe semelhantes determinações". (GOFF, 1996, p.214).

Ao citarmos aqui a "revolução dos documentos", a intenção é aproximar também o rigor científico da ciência História, buscando seriedade na categorização e descentralização dos documentos. Por exemplo, quando falamos de Tradição (GOFF, 1996), que se fundamenta na rotina e nas subjetividades de cada indivíduo e suas experiências cotidianas (passado e presente), o diálogo estabelecido pode parecer, de certa maneira, distante do rigor acadêmico. No entanto, isso não significa que esses elementos não devam fazer parte da construção desses documentos, que, no futuro, irão contribuir para a identificação de tantas pessoas com suas próprias trajetórias de vida.

A revolução documental permite uma nova unidade. Uma história que tenta retirar atributos que contribuam de tal modo, neste contexto revolucionário, "A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados". (GOFF, 1996, p. 542).

O documento não é inócuo, neutro. É feito por alguém, por muitas vezes adicionado a uma instituição. Logo, a unidade que o documento traz, facilita e, ao mesmo tempo, oportuniza o seu manejo. Trata-se de um testemunho, que na história, terá versões e versões, sobre o documento:

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (GOFF, 1996, p. 547 – 548).

Considerar documento, como monumento, transforma o tratamento do mesmo. Coopera com o rigor científico, traz vestígios do passado, agora, analisados como fatos científicos. Por exemplo, observar os tipos de habitação que as antigas sociedades construam, a paisagem que procuravam se instalar, os fósseis que ali deixaram. (GOFF, 1996).

Isto, em uma longínqua caminhada de avanço tecnológico e científico, aperfeiçoa os estudos e resultados. Vale lembrar que analisar a veracidade do material em vista se amplifica neste período de revolução documental, “[...] tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder”. (GOFF, 1996, p. 553).

Com este avanço da tecnologia das ciências, novas abordagens e fontes de informação têm sido incorporadas ao estudo histórico. Além dos documentos escritos, outras formas de registros e evidências têm sido exploradas, como imagens, fotografias, vídeos, artefatos arqueológicos, depoimentos orais, mapas, e até mesmo dados digitais. Essa ampliação do

conceito de documento tem enriquecido a pesquisa histórica, permitindo que os historiadores obtenham uma visão mais completa e multifacetada dos eventos passados. Essas novas fontes de informação oferecem insights valiosos sobre a vida cotidiana, a cultura, as práticas sociais e a visão de mundo das pessoas em diferentes épocas e contextos.

Para construir e colaborar na constituição destes documentos, é preciso contemplar o olhar nas personalidades encontradas, no caminho percorrido, bem como os valores do patrimônio que, segundo Meneses (2009), contêm mais de uma categoria:

Quadro 03: Valores culturais do Patrimônio.

Os tipos de valores culturais patrimoniais	
Valores cognitivos	Valores de cunho intelectual. Uso e apropriação histórica que aquele determinado bem obteve. Sendo tratado como um documento.
Valores formais	Valores estéticos, de percepção. O que os sentidos nos fornecem, na ação de construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo.
Valores afetivos	Valores de formação de identidade. Vinculações subjetivas, envolve representação e imaginário social.
Valores pragmáticos	Valores de uso percebido como qualidades. Assimilados ao lazer da população, cidadania.
Valores éticos	Valores interpretados através das interações sociais, entrelaçados aos direitos culturais e humanos.

Fonte: Meneses, 2009. Organização: Autora, 2023.

A materialidade exposta no espaço estimula a comunicação e a dinâmica com o objeto, essencialmente na educação patrimonial, o conhecimento corporificado auxilia diretamente na construção da memória. (MENESES, 2009).

[...] a forma espiritual de comunicação, por exemplo, pelo aporte material do lugar, fornece os estímulos próprios, inclusive as imagens e objetos sacros carregados de conteúdos simbólicos, o todo acentuado pelas marcas do hábito, da interação, da memória, etc. (MENESES, 2009, p. 31).

Observar o objeto estimula a análise de sua representação, do que ali representa. Desta maneira, a reflexão da abordagem deste objeto se faz relevante encontrar e desvendar a participação histórica do objeto para sua análise plena. Construir e desenvolver o conhecimento com um grupo social, numa consciência integral e totalizadora, precisa objetivar atenção no que justamente não está intrínseco a tal:

[...] o coração do problema trata-se de: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc. Em suma, seus valores. Só o fetiche (feitiço) tem em si, por sua autonomia, sua significação. Fora dele, a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo. (MENESES, 2009, p. 32).

O campo do patrimônio cultural não é objetivo, justamente por trabalhar com a personalidade da comunidade, e leva a uma configuração flexível de categorizar os patrimônios e, pelo debate, incorpora estes

significados. Precisamos preencher o processo das ideias, de crenças, afetos, significações, experiencições, expectativas, juízos para validar o patrimônio e atentar numa expectativa de valor.

O conceito de território e territorialidade nos aproxima da educação patrimonial. Segundo Santos (1998), se vincula com os sentimentos e simbolismos atribuídos a lugares, uma apropriação para associar a identidade de grupos e a afetividade espacial. Perceber a subjetividade implícita no território e as inúmeras possíveis análises inclui aspectos a serem considerados.

A organização espacial tem sentido ao ser acompanhada por outras esferas que lhe constituem, carece decifrar sua dimensão política, afetiva, cultural, totalizar vínculos com pesquisas e construir informações sobre o patrimônio cultural.

A territorialidade se refere ao “[...] conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social”. (SANTOS, 1998, p. 251). Também se acumula com o estudo dos patrimônios, no que dita expressões materiais e simbólicas, para compreender uma específica sociedade, para abranger seus símbolos. Preservar o patrimônio e dar acesso ao patrimônio, mediado e repleto de conceitos geográficos, significa entender a educação patrimonial e conferir maior fidelidade à sua história, despertando identificação.

Os territórios são percebidos e interpretados de maneiras diversas, e suas relações são complexas, muitas vezes ambíguas. Da mesma forma, os objetos patrimoniais e museais estão sujeitos à abordagem e tratamento que lhes são atribuídos. Quem conta a história e como ela é narrada? Quem está responsável por construir o discurso

associado a esses patrimônios? Essas são questões que nos inquietam ao adentrar o campo patrimonial.

O lugar de manifestação gera institucionalização do espaço, (SANTOS, 1998). A consciência do real e do imaginário, que em muitos objetos se confundem ou completam, é construída de maneira que a prática social do grupo específico se distribuiu em tal território. Assim:

Então, a consciência do deslocamento, impulsionada pela necessidade e pela liberdade, desvenda o mistério, o desconhecido, o inconsciente do ser do espaço, com mito, magia, religiosidade e misticismo. Definem-se o sagrado e o profano. A determinação e a indeterminação são, assim, modalidades do existir da consciência, que se põe o território como sobredeterminação para além dos condicionamentos da memória individual e coletiva. (SANTOS, 1998, p. 257).

A construção da memória individual e coletiva é outro aspecto proeminente quando abordamos consciência de patrimônios. Pois, para criar uma identidade, a memória precisa estar em diferentes escalas: local, regional, nacional, nas suas continuidades e discontinuidades, mas, a memória está lá. Assim:

O sentido de pertença, da identidade regional, da tomada de consciência regional e de ação regional define a territorialidade regional. Os símbolos e as imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários a partir de uma perspectiva endógena. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial. (SANTOS, 1998, p. 263).

Os símbolos e imagens que materializam essa identidade ganham verdadeiro valor quando são incorporados a partir de processos voluntários e de uma perspectiva endógena. Esse movimento reflete-se no âmbito de consciência política, que atribui à noção de identidade um sentido territorial.

A institucionalização dos espaços de manifestação do patrimônio desempenha um papel importante na sua preservação e reconhecimento. As instituições dedicadas à proteção e promoção do patrimônio, como museus, centros culturais e órgãos governamentais, têm a responsabilidade de gerir e dar visibilidade ao patrimônio em seus diversos aspectos.

No entanto, a institucionalização do patrimônio também pode gerar desafios, como a padronização da narrativa e a exclusão de vozes e perspectivas marginais. Portanto, é fundamental garantir a participação e representatividade de diferentes grupos sociais na construção do discurso patrimonial, promovendo uma abordagem mais inclusiva, plural e respeitosa com a diversidade cultural.

A determinação e a indeterminação surgem como modos de existência da consciência em relação ao território. A determinação pode ser vista como a delimitação, a definição clara de fronteiras e significados em relação aos espaços que habitamos. Por outro lado, a indeterminação refere-se à capacidade de o território transcender os limites impostos pela memória individual e coletiva, tornando-se uma sobreposição de significados e sentidos diversos.

1.6 Memória social

Analisar memória é analisar um objeto de poder. Pois, quando analisamos as sociedades ao longo do tempo, nas suas memórias, enfraquecidas ou deserdadas, o vazio se transforma explícito. O vazio de compreender quem são e quem foram. Manifestar e registrar memória, é se fazer vivo. O monumento, por exemplo, tem como características principais, relembrar o sujeito, “[...] ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (um legado à memória coletiva)”. (GOFF, 1996, p. 536).

A memória tem como propriedade principal conservar certas informações, na medida em que ela é organizada e se constitui. Goff (1996) acrescenta a distinção da memória essencialmente oral, ou escrita. Perceber a existência da memória étnica, dita, dos selvagens é uma memória escrita, melhor categorizada e instrumentalizada. Com o desenvolvimento das sociedades, as memórias se redistribuem e tomam novas formas, atualizadas e se representam com e para a sociedade.

O ser humano sente a necessidade de ser lembrado. As sociedades sempre souberam a relevância das memórias e de como elas são modificadas, favorece ou não os deliberados objetivos de tal. O processo da escrita revoluciona as interpretações de memória. A fronteira da memória se torna história e é tênue e frágil. Neste sentido, o cuidado com as interpretações e com os rumos são tomados partindo dela.

Nesse sentido, Horta (1999) chama a atenção para a oralidade e para o modo como o patrimônio imaterial podem ajudar os estudantes a construir a sua história e a perceberem sua identidade. Os registros de memória são objetos que contextualizam no tempo e no espaço. A memória coletiva precisa ser buscada, construída, compartilhada. Não deve jamais ser uma percepção imposta (imóvel), distribuída como

panfletos. Este formato distancia os grupos sociais de si mesmos. (HORTA, 1999).

A história propõe um formato escrito, chamado de documento histórico. Esse formato se veste de significados permanentes. A memória traz para somar a este campo de documentos históricos algo de extrema relevância: seu testemunho. O sujeito viveu e experienciou esta memória. (HORTA, 1999).

Logo, traçar o passado e datá-lo cientificamente significa muito mais do que escrever. Carece de memória, do percurso, do espaço, do tempo, das aproximações com a Geografia, do sensível (subjetivo). O processo de definição não é composto apenas pelo mundo material, dispostos a quem os vê. A esfera imaterial transcende na memória, nas tradições e rememorações das vivências passadas. Afinal, o tempo caracteriza e descaracteriza, quando dependemos unicamente da materialidade, não nos fazemos suficientes. (HORTA, 1999).

Todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do seu uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço. Mas, embora seja importante datar estas camadas históricas, como por exemplo, no caso de um determinado espaço construído, importa também atingir as temporalidades subjetivas que este espaço urbano contém, dado pelas experiências do vivido, pelos sentidos conferidos a este espaço, tornando-o qualificado, como um lugar no tempo. Trata-se antes, pois, de tentar atingir, ou mesmo resgatar a capacidade evocativa e de significação que cada fragmento do passado possa oferecer à recriação imaginária de uma cidade. Ou ainda, o quanto de memória, história e sentido ele possa invocar. (HORTA, 1999, p.17).

As temporalidades objetivas acumuladas podem, logicamente, se aproximar constantemente dos conceitos geográficos, ao construir conhecimento sobre o passado de uma cidade, no espaço físico, como na memória, nas construções imateriais de tradição, nos fundamentos dos porquês. Pois, permitem que o sujeito encontre Geografia nas nascentes de sua memória. Uma vez que a memória está relacionada com o espaço em que lhe contribuiu a expressão de seu ser.

Horta (1999) descreve uma narrativa visando permanência de sentidos. Avalia o passado, bem como o explica, o aplica. Mas, precisa transcender, ir além. A memória se faz luta contra o esquecimento, enfrenta o tempo tentando ao máximo resistir ao que ocorre após. Sendo aqui filosóficos, o que lhe escrevemos agora, por mais que seja definido agora, já está milésimos de tempo no passado. Implica em um processo árduo e contínuo, de legitimação da memória. Unir especialistas, aproximar áreas como Geografia e Patrimônio visa atitudes construtoras de consciência totalizadora, sensível às sensibilidades. Resgatar o que é preciso, fazer a história no patrimônio, nos objetos, com o povo. Isto, também, é propiciar cidadania. Escutar e disponibilizar verdades históricas. Submersas em conhecimento e informações fiéis àqueles que precisam ser ouvidos e representados.

A história é a relação de poder que se torna arma de poder, de controle para assegurar a sobrevivência do passado, fidedigno ao que aconteceu e às partes envolvidas do todo, ou seja, é assegurar a verdade da comunidade para a comunidade. Assim, “A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma

operação fundamental da consciência e da ciência históricas”. (GOFF, 1996, p.203).

A Igreja (o Clero) submeteu, ao longo do tempo, poder extremo relacionado à sociedade católica e como tal se comportaria:

As teologias da história subordinaram-na a um objetivo definido como o seu fim, o seu cumprimento e a sua revelação. Isto é verdadeiro na história cristã, absorvida pela escatologia; mas também, é no materialismo histórico (na sua versão ideológica) que se baseia numa ciência do passado, um desejo de futuro não dependente apenas da fusão duma análise científica da história passada e duma prática revolucionária, esclarecida por essa análise. Uma das tarefas da ciência histórica consiste em introduzir, por outras vias que não a ideologia e respeitando-a imprevisibilidade do futuro, o horizonte do futuro na sua reflexão. (GOFF, 1996, p. 25).

Compreender o tempo é compreender que a memória coletiva social se embasa na organização do que o construiu. A sistematização dos conhecimentos foi realizada para que todos interpretem e encontrem, ali, identidade, fundamento histórico e justificativas do existir de tal maneira. As subjetividades humanas, ao serem aplicadas na prática, precisam ser ouvidas, organizadas também, lembradas.

A prática revolucionária que Goff (1996) apresenta e esclarece está ligada à subjetividade humana e na massificação que algumas ideologias que propõem com intencionalidades controladoras.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os

esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. [...] O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. (GOFF, 1996, p. 426).

A educação patrimonial sente o empenho de se relacionar com outras áreas do conhecimento que a amparam e permitem-lhe ser ainda maior. O sujeito que participa do processo de entendimento da necessidade de respeito aos patrimônios culturais materiais e imateriais, de se sentir parte de sua comunidade, de conhecer seu passado e seu espaço, torna-se pertencente e transformador de sua realidade.

1.7 Patrimônio histórico: Espaço e Tempo

Para enriquecer o diálogo na busca por convergências entre a educação patrimonial e a Geografia, fundamentamo-nos nas obras de Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014), cuidadosamente selecionadas para leitura, análise e reflexão. Esses trabalhos ampliam nossa compreensão da Geografia, fornecendo uma base sólida para uma abordagem crítica e perspicaz da realidade, tanto global quanto local.

Para descrever um objeto e sua relevância, partimos do seu pertencimento (identidade) ao olhar para o processo histórico, a jornada de quem foi ou por quem foi feito, quem idealizou, se existiam intencionalidades, se foi produzido organicamente ou de maneira forçada. A natureza do objeto, atrelada ao sistema de práticas, pode ser definida, ou afirmada. A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço

geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras.

Logo, cada período histórico tem sua existência confirmada, nos sistemas, nos objetos produzidos e realizados no espaço e no tempo. Contudo, a materialidade não lhes resume, uma vez que existem novas formas de ação (comportamentais). A leitura de mundo, as razões a lutar, a concentração ou descentralização do poder, a maneira de lidar com as fragilidades humanas dos sistemas.

Na tentativa de aproximar a educação patrimonial (museal) às categorias geográficas, Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014) contribuiu nas discussões e se destacou com aspectos relevantes como a noção de totalidade. Assim:

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes. A Totalidade B, ou seja, o resultado do movimento de transformação da Totalidade A, divide-se novamente em partes. As partes correspondentes à Totalidade B já não são as mesmas partes correspondentes à Totalidade A. São diferentes. As partes de A (a1 a2 a3 ... an) deixam de existir na totalidade B; é a Totalidade B, e apenas ela, que explica suas próprias partes, as partes de B (b1, b2, b3... b"). E não são as partes 1 a 2 a 3 ... que se transformam em b1, b2, b3..., mas a totalidade A que se transforma em totalidade B. (SANTOS, 2006, p. 74).

Santos (2006) aborda a totalidade sobre a importância dos caminhos da educação, sendo ela patrimonial ou não para auxiliar no processo de compreensão da totalidade do município, região, país, continente, planeta e universo. Estas proporções associadas comprometem descobertas de ciências diferentes em um mesmo objetivo.

As análises acerca da discussão sobre as categorias espaço e tempo foram escolhidas porque são indissociáveis e complementadoras na educação geográfica crítica. A dinamicidade da história acontece em um determinado tempo e espaço, pelos que ali representam, os cidadãos pertencentes (sociedade).

[...] Quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade. Tais funções se realizam onde as condições de instalação se apresentam como melhores. Mas essas áreas geográficas de realização concreta da totalidade social têm papel exclusivamente funcional, enquanto as mudanças são globais e estruturais e abrangem a sociedade total, isto é, o Mundo, ou a Formação Socioeconômica. O conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão. O real é o processo de dissipidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua divisão é como se a esvaziássemos de movimento. (SANTOS, 2006, p. 74).

Logo, se a sociedade muda, o espaço que a representa também modifica. Neste contexto, a relação é mútua e direta. Ao entender seu redor, o sujeito está perto da possibilidade de mudança, transformação e

evolução. Seja em seu pensamento crítico, posicionamento político, compreensão de direitos.

O conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão. O real é o processo de dissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua divisão é como se a esvaziássemos de movimento. (SANTOS, 2006, p. 76).

Perceber e contemplar a vivência de seu cotidiano, em todas as suas formas e estruturas, é para além de se construir cidadão, mas se ressignificar como sujeito político digno de atuar e iniciar as transformações de sua realidade. Há alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre criando a Geografia, um novo espaço, novos significados.

A essência do objeto orienta seu percurso ao interagir com outras entidades, exigindo compreensão dos intermediários, da dinâmica, dos significados e até mesmo de sua instabilidade. A fluidez e a capacidade de redefinição podem representar desafios, porém, a mediação oferece orientações intencionais para a construção do conhecimento. São as atividades simbólicas que conferem existência, e compreender sua função é essencial para a construção acontecer. (SANTOS, 2006).

A relação que o objeto desenvolve com o espaço depende de como ele foi concebido. Analisar o objeto patrimonial é analisar suas relações com outras coisas. Assim, constrói significados. Para ler os

objetos patrimoniais é preciso ler o espaço, no tempo, no conjunto de condições relacionais. (SANTOS, 2006).

Perceber o objeto e seus múltiplos caminhos também é interpretar sua materialização no espaço vinculado ao seu real significado, assim: “A lógica do objeto provém de sua unidade. Quando alteramos a funcionalidade de alguma de suas partes, diminuimos sua eficácia e, mesmo, podemos adulterá-lo mortalmente, fazendo dele outra coisa”. (SANTOS, 2006).

Separar a forma do conteúdo seria como criar duas realidades distintas que tão somente conseguem ter seu valor quando conjuntas. Compreender as relações é tão necessário quanto compreender informações avulsas, tendo como resultado o neutro. (SANTOS, 2006).

Educar é um ato político, não há como existir neutralidade. Nem no mediador, nem no sujeito mediado. As ciências espaciais permitem estudos que transitam do passado ao futuro, observando o presente. A história se entrelaça de maneira original a todo instante. O movimento social está sempre a adquirir novos formatos, assim, fazendo parte da evolução do espaço:

Nós sabemos que, se as formas constituem o sistema da atualidade, é somente porque as ações nelas existentes são sempre atuais, e desse modo as renovam. O enfoque do espaço geográfico, como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente. (SANTOS, 2006, p. 86).

Analisar a não concretude e a objetividade da sociedade e todas as esferas: o natural e o artificial, o político e o econômico significa analisar e interpretar: “[...] indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social” (SANTOS, 2006, p.87), é uma tarefa com inúmeras entrelinhas. É dinâmico, fluido, controverso.

Quando Santos (2006) discorre de que o espaço geográfico é muito mais do que simples oferta de caminhos, para além de ser uma oferta de inúmeros diferentes caminhos a serem seguidos, traçados, a originalidade do processo de grupo social será mediada por instituições. A comunidade escolar, e os tipos de educações, filosofias e abordagens com certeza terão seu papel categorizado. O sujeito nasce e, a partir disto, aprende, se renova, se questiona, reflete. Para isso, ele precisa de condição.

1.8 O objeto e seu contexto

Existindo no presente, conforme Santos (2006), os eventos acontecem num determinado tempo que caracteriza sua permanência. Constituir representatividade do termo e sua consistência histórica ocorre após o determinado tempo pela análise do espaço. Desta maneira, no que se refere à interpretação do objeto, requer que o objeto tenha autonomia de existência. Todavia, o objeto existe geograficamente em um espaço-categoria na medida em que inter-relaciona com a educação patrimonial e com o arcabouço que o solidifica.

A cada momento muda o valor da totalidade (quantidade, qualidade, funcionalidade) isto é, mudam os processos que asseguram a incidência do acontecer, e muda a função das coisas, isto é, seu valor

específico. O valor total das coisas se modifica, a cada momento, arrastando a alteração do valor de cada coisa. (SANTOS, 2006).

A sucessão do tempo, a distribuição dos eventos, as análises dos sistemas e afins materializam-se no espaço que permanece mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações. Os significados são modificados, ressignificados, valorizados ou, ainda, desvalorizados e esquecidos. (SANTOS, 2006).

De civilização para civilização, os monumentos, a materialização das relações humanas para a memória, se entrelaçam na dinâmica do tempo. Evocando um pertencimento, uma identidade ou a inexistência dela em determinada sociedade. Quem pode decidir o que será lembrado e o que será esquecido? O saber cultural é hereditário naturalmente ou necessita ser construído?

A educação patrimonial é toda uma luta por validação e valorização do patrimônio, pela formação cidadã, que se fundamenta em proteger realidades históricas que perpassam o tempo, se significam e (re)significam a todo instante:

Tempo, espaço e inundo² são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 1994, p.19).

² Inundo entendemos a soma, que é também a síntese de eventos e lugares.

Tempo, segundo Santos (1994), é a sucessão dos eventos e de sua trama, entrelaçada continuamente por objetividades e subjetividades. O lugar material das inúmeras possibilidades de eventos e por inundo a síntese de eventos.

Definir o presente se torna uma tarefa complicada, partindo do princípio de que de maneira conjunta o espaço, o tempo e todas suas dinâmicas territoriais, sociais, econômicas, políticas se transformam e se reelaboram. Perceber a sociedade é perceber sua história e, para compreender sua história, a apropriação do Patrimônio Cultural constantemente se destaca.

Para a compreensão da categoria tempo:

a) O tempo não é um conceito absoluto, mas relativo, ele não é o resultado da percepção individual, trata-se de um tempo concreto; ele não é indiferenciado, mas dividido em seções, dotada de características particulares. Somos, desse modo, levados a encontrar uma periodização, baseada em parâmetros capazes de ser empirizados e a considerar esses parâmetros não como dados individuais, mas em suas inter-relações. b) As relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas; elas nos revelarão uma sucessão de sistemas espaciais no qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história. (SANTOS, 2004, p. 253).

Tempo é um sistema “[...] a cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das variáveis presentes depende estritamente das condições gerais do sistema em que situam”. (SANTOS, 2004, p.254). Faz-se necessário ir além da totalidade, apropriar-se do sentido de sistema, para estudar o tempo.

O espaço e o tempo são indissociáveis, em cada período histórico, o valor de uma mesma variável se altera. Santos (2004) analisa suas estruturas sociais correspondentes. No momento em que o processo de construção de conhecimento ou a prática de uma educação patrimonial específica não se fundamenta nestas categorias, espaço e tempo arriscam-se a se confundir, distorcer, esquecer uma história.

O verdadeiro é relativo, dá-se então a relevância do cuidado com estes distintos patrimônios, seus significados e ressignificados. Assim, um objeto não pode ser considerado isoladamente, por nunca existir fora de uma relação de totalização, assim:

Dentro de cada sistema histórico, as variáveis evoluem assincronicamente; mas o sistema geográfico muda sincronicamente. Um sistema espacial é substituído por um outro que recria sua coerência interna, mesmo que cada variável isolada conheça uma velocidade de mudanças própria. [...] Quando a natureza se torna natureza social, cabe a Geografia perscrutar e expor como uso consciente do espaço pode ser um veículo para a restauração do homem na sua dignidade. (SANTOS, 2004, p. 267).

Nesse contexto, o uso consciente do espaço implica na valorização e preservação dos recursos naturais e culturais, bem como na promoção de práticas que respeitem o equilíbrio entre o ser humano e a natureza. Isso envolve o reconhecimento dos direitos e necessidades das comunidades locais, a participação ativa dos cidadãos na gestão do território e a busca por soluções que garantam a justiça social e a igualdade de oportunidades.

No contexto da educação patrimonial, o reconhecimento da interdependência entre espaço e tempo é essencial. A construção de conhecimento e as práticas educativas estão alicerçadas nessas categorias para que se evite a confusão, distorção ou esquecimento de uma história. A compreensão da história e do patrimônio cultural requer uma abordagem sensível e contextualizada, que leve em conta as especificidades de cada período histórico e a interação entre as dimensões espaço-temporais.

A educação patrimonial, assimilada às contribuições das categorias geográficas, embasada na interconexão entre espaço e tempo, oferece a oportunidade de fortalecer o sentido de pertencimento, estimular a consciência histórica e valorizar a diversidade cultural presente em cada lugar. Ao honrar a complexidade das relações entre espaço e tempo, podemos evitar a fragmentação e superficialidade na abordagem do patrimônio e promover uma educação que contribua para a construção de uma sociedade inclusiva, consciente.

Perceber a não neutralidade do espaço somatiza nas análises da educação patrimonial ao interpretar os objetos. Isso porque o espaço, com suas dinâmicas e relações, permitirá o acontecimento das transformações sociais. O espaço atribui significado aos objetos e "O movimento social revivifica periodicamente os objetos espaciais". (SANTOS, 2004, p.187).

As mudanças nas estruturas sociais, no decorrer do tempo, transformam também seu espaço. Logo, a mediação social é indispensável para manter a originalidade de cada processo. A estrutura global deve ser levada em conta, mas a estrutura local permite-nos encontrar as especificidades não neutras do Espaço Político. (SANTOS, 2004).

O espaço, muitas vezes, é tratado como mercadoria. Os conflitos territoriais em que o patrimônio cultural acaba participando, nas tentativas de se defender, são intencionais e objetivam definições voltadas à objetividade do território: desenvolvimento do agronegócio, especulação imobiliária e afins:

O espaço, sobretudo em nossos dias, aparece como uma unidade maciça e isso é a base de sua especificidade como mercadoria. Ele surge, então, como uma mercadoria dotada de indivisibilidade, pois as infraestruturas, por sua própria natureza, não são descontínuas. (SANTOS, 2004, p. 188).

O espaço observado e tratado como mercadoria desconstrói as subjetividades que aqui procuramos. Assentir a história em suas formas patrimoniais também significa preservá-la, uma vez que as formas do espaço participam e representam a dialética global da sociedade, de tal maneira que: "A palavra processo é, em si mesma, um outro nome para o Tempo que passa". (SANTOS, 2004, p.189). Esta inseparabilidade do ser humano de seu espaço nos aproxima (categorias geográficas) do patrimônio ainda mais, pois está presente continuamente nas categorias de análise (patrimônio, espaço, tempo, história).

[...] De um estágio da produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização do espaço a uma outra, o homem está a cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço. Um pedaço de Natureza mediatizado por um grupo específico, com técnicas específicas. (SANTOS, 2004, p. 204).

As sociedades escrevem a história em suas individualidades não neutras. Outras sociedades (grupos sociais) analisam estas descrições com outras individualidades. A pertinência do cuidado na mediação patrimonial em sua prática social, cada grupo atribuiu de maneira diferente uma organização ao tempo e espaço. Contudo, existe um espaço total.

O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única mesma realidade – a realidade total – à imagem do universal e dos particulares. A sociedade global e o espaço global se transformam através do tempo, num movimento que, embora interessando igualmente às diversas frações da sociedade e do espaço, é o resultado da interação entre sociedade global e espaço global e de suas diversas frações. (SANTOS, 2004, p. 208).

A escala local precisa ser valorizada, desvendada, refletida. Contudo, os caminhos da educação patrimonial aproximados à geograficidade dos conteúdos precisam da totalidade, para que fique clara a ampla visão política, econômica, social, cultural, étnica. O processo histórico por completo, com a inexistência de lacunas ou saberes alienados para proteger uma minoria.

Santos (2004) também criticou o que chamou de universalização perversa, pois existe apenas para uma minoria. Novamente, o saber multiplicado e universalizado se mantém como privilégio. Universalização que generaliza, discrimina, seleciona e fragiliza. A totalização universal está diretamente relacionada como se dá a formação econômica e social. O objetivo principal desta categoria é permitir que não nos afastemos da realidade concreta (total).

A noção de totalidade é inseparável da noção de estrutura, para compreender quais concepções queremos abordar, que caminho trilhar. A totalidade social, totalidade de estruturas, e, logo, a totalidade em escala local (menor perante o todo). Interpretar o todo, nos lembra da visão totalizadora que buscamos. Percorrer as entrelinhas da sociedade relacionando-se com seu território, é, pois, desmistificar os objetos patrimoniais:

A ação das sociedades territoriais é condicionada no interior de um dado território por: a) o modo de produção dominante à escala do sistema internacional, sejam quais forem as combinações concretas; b) o sistema político, responsável pelas formas particulares de impacto do modo de produção; c) mas também pelos impactos dos modos de produção precedentes e dos momentos precedentes ao modo de produção atual. (SANTOS, 2004, p. 233).

O que condiciona o território são as relações particulares de organização de cada povo. Como ele irá se materializar no espaço, e defender as linhas traçadas (ou em acordo, ou com o uso da força) (SANTOS, 2004). É um dos dados fixos que contribuem com as pesquisas sobre os processos históricos, interpretar como o povo se efetivou ali e os porquês. Os tipos de relações serão determinados partindo da lógica que o povo se estendeu pelo determinado território, o que foi explorado ou não, o que fluiu a expansão da sociedade, ou também, o que lhe impediu de tal.

Logo, a noção da totalidade, atrelada à noção de território, expõe particularidades dignas de serem exploradas no processo de patrimonialização do objeto e educação patrimonial. Compreendendo

como as políticas públicas funcionavam, observando a fome e o desemprego, todas as partes envolvidas em uma só realidade. Nessa perspectiva "[...] ocupar-se-ia do espaço humano transformado pelo movimento paralelo e interdependente de uma história feita em diferentes níveis – internacional, nacional, local". (SANTOS, 2004, p.240).

Conforme Santos (2006), as rugosidades no espaço se manifestam como formas isoladas ou arranjos, constituindo uma parte essencial desse contexto. Embora possam não ter uma tradução imediata, as rugosidades carregam consigo vestígios das divisões do trabalho que já ocorreram, abrangendo todas as escalas dessa divisão. Elas representam os resquícios dos diversos tipos de capital utilizados, juntamente com suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. Em outras palavras, as rugosidades espaciais não são apenas elementos físicos ou geográficos, mas carregam uma complexidade intrínseca, refletindo as interações passadas entre diferentes formas de trabalho, capital e as intrincadas combinações que moldaram o espaço ao longo do tempo. Essa perspectiva ressalta a importância de considerar a historicidade e a multifacetada influência de fatores socioeconômicos na configuração do espaço geográfico.

Segundo Santos (2006), as condições preexistentes em cada lugar, representadas pelo seu estoque de recursos, sejam eles materiais ou não, e pela organização vigente — denominadas como "rugosidades" — desempenham um papel fundamental na orientação de novas ações. Nesse contexto, o espaço existente em um determinado momento é considerado uma realidade objetiva, enquanto o tempo é concebido como as ações que se desdobram nesse espaço. Assim, é o tempo que depende do espaço e não o contrário.

Ao longo de milênios, a história humana foi caracterizada por momentos divergentes, uma acumulação de acontecimentos dispersos e desconexos. É necessário enfatizar que, acontecimentos dispersos, descontextualizados, podem direcionar o processo de ensino e aprendizagem a equívocos. Contudo, a história da geração contemporânea é marcada pela convergência desses momentos, na qual os acontecimentos em cada lugar podem ser comunicados instantaneamente a qualquer outro, graças à dominação do tempo e do espaço em escala planetária. A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, viabilizando uma tomada de conhecimento imediata de eventos simultâneos e estabelecendo uma relação unitária entre lugares e acontecimentos em escala global. (SANTOS, 2006).

Hoje, cada momento compreende eventos interdependentes em todos os lugares, integrados em um mesmo sistema global de relações. Essa interconexão redefine a percepção do tempo e do espaço, moldando uma realidade contemporânea em que os acontecimentos são intrinsecamente ligados a uma escala mundial.

Há necessidade do diálogo entre a educação patrimonial e as categorias geográficas como pauta de reflexão de maneira orgânica e sistematizada. A Geografia e a educação patrimonial interpretam o espaço humano e suas representatividades, materializadas no espaço, através do tempo. Nem somente a história da sociedade mundial ou somente a história da sociedade local conseguem prover informações para uma construção de conhecimento digna e enriquecedora. A realidade espacial e suas transformações, ao serem analisadas em sua complexidade, clamam por contribuições de diferentes áreas. A história não pode ser escrita sem levar em conta o espaço, pois este, por sua vez, é

intrinsecamente social, tornando a sociedade inseparável de suas dimensões espaciais.

Articular o presente com o passado, captando a humanidade em toda a sua efervescência existencial e material, requer uma abordagem que englobe as dimensões espaço-temporais. O espaço social e o tempo social estão intrinsecamente interligados, de modo que não é possível analisar o espaço separadamente de sua dimensão temporal. Os processos históricos e a dinamicidade de uma sociedade estão profundamente imersas no espaço em que se desdobram ao longo do tempo, e compreender essa interconexão torna-se essencial para uma educação patrimonial abranger as categorias geográficas e seu enriquecimento a área.

Claudino (2014) destaca uma contradição inerente à natureza hierarquizada da escola, questionando se esse ambiente, por sua própria definição, consegue efetivamente se constituir como um espaço de cidadania, propício à partilha responsável de direitos e deveres em relação a um grupo. Ele ressalta que, historicamente, a escola, a partir dos discursos da disciplina de Geografia no século XIX, em Portugal, foi concebida para formar cidadãos informados, porém, conformados com o regime político e social, carecendo de reflexão crítica e intervenção.

Claudino (2014) percebe preocupações relacionadas à cidadania presentes na legislação curricular e na formação de professores em Portugal, país que em vários âmbitos educacionais é uma referência para o Brasil, especialmente no âmbito da disciplina de Geografia. Este enfoque ressalta a importância de repensar o papel da educação na promoção de uma cidadania ativa e reflexiva. O autor sugere que, historicamente, o sistema educacional em Portugal nem sempre atingiu

plenamente esse objetivo, muitas vezes priorizando a conformidade com o regime político e social em detrimento da formação de cidadãos críticos e interventivos.

É crucial reconhecer que a cidadania não é apenas um conceito abstrato, mas uma prática contínua e participativa na vida social, política e cultural. Nesse sentido, a educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de compreender e engajar-se de forma crítica e construtiva com a realidade ao seu redor.

Essa análise sugere a necessidade de repensar os currículos e as práticas pedagógicas, tanto em Portugal quanto no Brasil, para garantir que a educação cumpra efetivamente seu papel na promoção da cidadania. Isso implica não apenas incluir conteúdos sobre cidadania nos currículos escolares, mas também desenvolver abordagens pedagógicas que incentivem o pensamento crítico, o diálogo intercultural e a participação ativa dos alunos na vida democrática da sociedade.

Estas contradições também são perceptíveis nos trabalhos analisados no Capítulo III, pois a formação dos sujeitos em vários momentos se desvia da cidadania, voltando-se estritamente ao mercado de trabalho e objetivos econômicos. Logo, o sujeito reflexivo fica nas beiradas do processo, e não é contextualizado nas críticas e contradições do sistema.

No Decreto-Lei nº 139/2012, Claudino (2014) complementa a discussão sobre a ênfase dada à cidadania no "Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais na disciplina de Geografia do 3º ciclo do Ensino Básico. Nesse contexto, destacou o papel fundamental dessa disciplina na promoção da educação para a cidadania, com o objetivo de formar "cidadãos geograficamente competentes". A

abordagem visa abranger não apenas a cidadania nacional, mas também a europeia e mundial, reconhecendo a importância de uma visão globalizada na formação dos estudantes.

Entretanto, é relevante notar que esse documento de referência curricular deixou de ser uma diretriz em 2011. No ano subsequente, foi aprovada uma revisão curricular que reintroduziu a transversalidade da educação para a cidadania. Essa mudança indica um reconhecimento contínuo da importância de abordar questões de cidadania no ambiente educacional, garantindo que os estudantes adquiram não apenas conhecimentos geográficos, mas também competências e perspectivas cidadãs em um mundo cada vez mais interconectado.

Dessa forma, a discussão de Claudino (2014) ressalta não apenas a evolução nas abordagens curriculares, mas também a necessidade constante de adaptação para atender os desafios contemporâneos e formar cidadãos informados e ativamente engajados em escalas local, nacional e global.

No próximo capítulo, a pesquisa se concentra na compreensão da distribuição dos objetos em alguns museus visitados, permitindo a experiência na prática social da exploração de espaços dentro de nossas possibilidades. Esse enfoque não apenas possibilita a interpretação do que está em exposição, mas também revela as relações subjacentes que conectam a educação patrimonial aos conceitos geográficos.

Santos (2006, 2014) continua sendo uma fonte de suporte para nossas análises enquanto examinamos cinco museus distintos. O Museu Oscar Niemeyer, destacando-se por criar diálogos entre diferentes formas de arte e aproximá-las da realidade do observador, oferece uma experiência multifacetada. O Museu da História da Arte convida os

visitantes a uma jornada pela história artística, enquanto o Museu Túnel Subfluvial nos leva a uma viagem única sob as águas, explorando não apenas a engenharia, mas também as conexões geográficas e culturais por trás dessa infraestrutura. Já o Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana apresenta uma imersão na riqueza das culturas indígenas antes da colonização, exibindo uma coleção diversificada de artefatos.

Por fim, o Museu Histórico Nacional do Chile proporciona uma visão abrangente das transformações e eventos que moldaram a nação chilena ao longo dos séculos, abarcando desde os povos indígenas até os desafios e conquistas da República.

II - A BUSCA POR EXPERIÊNCIAS MUSEAIS IN LOCO

No presente capítulo, apresentamos como os objetos estão distribuídos nos museus, experienciamos na prática, in loco, explorar espaços dentro de nossas possibilidades. Isso permite interpretar o que está em exposição, mas também conectam à educação patrimonial com conceitos geográficos.

O Museu Oscar Niemeyer, contemporâneo, localizado no Centro Cívico de Curitiba (PR), essa instituição se destaca por sua capacidade de criar diálogos entre diferentes formas de arte e aproximá-las da realidade de seu observador. Nele, esculturas, pinturas, fotografias e instalações interagem harmoniosamente, proporcionando aos visitantes uma experiência multifacetada.

O Museu da História da Arte está localizado em Montevidéu, Uruguai, com suas percepções e expressões artísticas, culturais. Este museu oferece uma jornada pela história da arte, apresentando obras que atravessam os séculos e continentes. Os visitantes podem explorar as diversas correntes artísticas e apreciar a evolução das expressões humanas ao longo do tempo.

O Museu Túnel Subfluvial Raúl Uranga-Carlos Sylvestre Begnis localizado no Paraná³, Entre Ríos, Argentina, nos leva a uma viagem fascinante sob as águas. Este museu único está situado dentro do túnel subfluvial que liga as cidades de Santa Fé e Entre Ríos, na Argentina.

³ Paraná é a capital da província de Entre Ríos, na Argentina. Dista aproximadamente 480 km da capital, Buenos Aires. Liga-se à vizinha Santa Fé por um túnel sob o rio Paraná inaugurado em 1969.

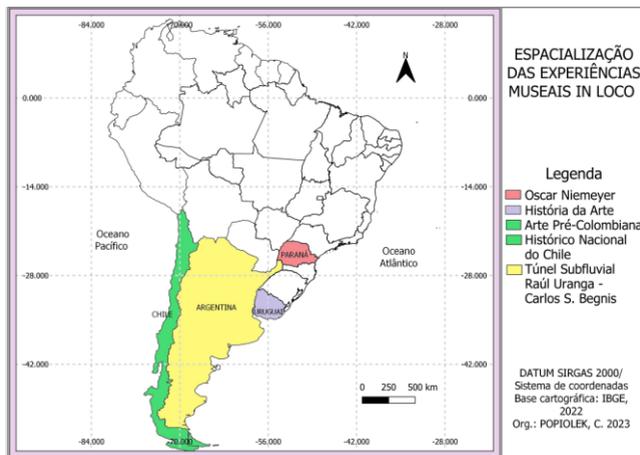
Explore a história, a engenharia e as conexões geográficas e culturais por trás dessa notável obra de infraestrutura.

O Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana, localizado em Santiago, Chile, oferece uma profunda imersão na riqueza das culturas indígenas das Américas antes da chegada dos colonizadores europeus. Este museu é um testemunho da diversidade cultural da América Latina, apresentando uma coleção impressionante de artefatos e obras de arte que ilustram a complexidade das civilizações pré-colombianas.

O Museu Histórico Nacional do Chile, localizado em Santiago, Chile, é uma porta de entrada para a história do país. Oferece uma visão abrangente das transformações e eventos que moldaram a nação chilena ao longo dos séculos. Explora exposições que abrangem desde os povos indígenas até os desafios e conquistas da República.

A seguir, os locais visitados, situados no mapa:

Figura 01: Mapa da localização dos museus.



Fonte: Popiolek, 2023.

Nesta pesquisa, de característica participante, foram realizadas visitas presenciais aos museus, selecionados pela diversidade, localização e temas. A nossa participação no contexto museológico combinou com interações diretas com os espaços patrimoniais. Observamos e também nos envolvemos com a prática e suas percepções, por meio de visitas a cinco museus selecionados com análises no caderno de campo. A teorização ocorreu por meio da análise de trabalhos científicos. O foco se direcionou para as visitas aos museus localizados na América do Sul, próximos ao Brasil, permitindo à pesquisadora realizar análises detalhadas durante essas experiências.

Todos os museus visitados oferecem entrada gratuita, visando facilitar o acesso da comunidade escolar e ampliar as oportunidades de apropriação dos objetos museais, com suporte financeiro e governamental para sua manutenção. Destacamos que a gratuidade e o respaldo governamental não apenas tornam a participação da comunidade escolar acessível, mas também fortalecem as condições para uma compreensão abrangente e significativa dos elementos museais.

Essa abordagem permite uma imersão na realidade estudada, promovendo uma compreensão contextualizada das relações entre objeto e museu. As visitas aos museus são essenciais para a coleta de dados e imagens, possibilitando a observação direta de exposições, interações dos visitantes e a atmosfera cultural do ambiente.

Ao refletir sobre o ensino de Geografia, conforme apontado por Callai (2012), se revela uma empreitada complexa, sobretudo quando se aborda a formação de identidades. Cada localidade constitui, invariavelmente, uma fração do espaço total e dos distintos períodos

temporais. Dessa forma, a compreensão do espaço implica necessariamente uma navegação pela totalidade.

2.1 Museu Oscar Niemeyer

Santos (2014) e Callai (2012), em suas análises, destacam a importância da perspectiva da totalidade. Essa abordagem compreende não apenas o geral, mas também o local como contexto fundamental para a prática social do indivíduo. No âmbito da educação patrimonial, assim como no ensino de Geografia, é imperativo considerar a compreensão das estruturas, ideias e sentimentos. Isso se justifica, uma vez que, no processo de "alfabetização espacial e temporal", a análise, reflexão e apropriação de objetos vinculados a contextos específicos desempenham um papel fundamental na busca pela totalidade.

Assim, o primeiro museu visitado oferece uma experiência cultural em Curitiba, sendo denominado de Museu Oscar Niemeyer (MON), também conhecido como “Museu do Olho”. Localizado no bairro do Centro Cívico, o MON é um ícone da arquitetura contemporânea, projetado pelo renomado arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, em 2002. Uma das características fascinantes do MON é a sua capacidade de criar diálogos entre diferentes formas de arte. Esculturas, pinturas, fotografias e instalações interagem harmoniosamente, proporcionando aos visitantes uma experiência enriquecedora e multifacetada. O museu inicia expondo a “Lei Rouanet”, denominação dada à Lei nº 8.313, do dia 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991).

Imagem 01: Placa de início expondo os representantes do museu.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

A primeira sessão a ser visitada, disponibilizada pelo Museu, foi “África, expressões artísticas de um continente”, na qual observamos a habilidade dos artistas em incorporar elementos tradicionais e contemporâneos em suas criações. Não apenas proporcionou uma conexão com as raízes culturais profundas, mas também refletiu a evolução e adaptação das tradições artísticas ao longo do tempo. A exposição foi um testemunho da diversidade e da profundidade da expressão artística do continente africano.

A imagem “Xilofone, África Ocidental” retrata, à esquerda, a abertura da sessão “África” e, à direita, o “Xilofone”, um instrumento tradicional africano, que tem raízes profundas na cultura da região, auxiliando a construir e fortalecer a identidade coletiva.

Utiliza-se materiais disponíveis na natureza para o desenvolvimento de músicas.

Imagem 02: Xilofone, África Ocidental.

Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

Santos (2006) discute a dinâmica das mudanças sociais, a relação entre as funções desempenhadas pela sociedade e o espaço geográfico. Nas observações através dos objetos nesta sessão específica do museu, conseguimos aproximar debates geográficos. As percepções de transformações sociais, através das exposições, ficam claras.

Isso significa que, à medida que a sociedade evolui, suas atividades se ajustam para atender às novas demandas e circunstâncias, conjuntamente os objetos. Essas funções são realizadas nas áreas geográficas, onde as condições de instalação são favoráveis. Isso reflete a importância do contexto espacial na organização das atividades humanas.

Nem sempre os objetos terão um papel exclusivamente funcional, por vezes, serão valiosos na subjetividade religiosa de um povo, por exemplo. Desta maneira, os espaços onde as atividades são

executadas também passam por reorganizações funcionais. Na busca por diálogos interligando estes objetos com a Geografia, nos deparamos com uma enorme riqueza de possíveis reflexões a serem realizadas. (SANTOS, 2006).

Callai (2012) apresenta uma análise sobre a construção da noção de espaço no contexto do ensino de Geografia, destaca a importância das relações espaciais topológicas, que podem ser tanto projetivas quanto euclidianas, sendo essas construções interdependentes.

A autora identifica pontos cruciais, como vizinhança, separação, ordem ou sucessão, envolvimento ou fechamento, e continuidade ou contínuo. Esses elementos são fundamentais para a compreensão da totalidade e para interpretações geográficas do cotidiano, são perceptíveis no decorrer das visitas, ao analisar os objetos, e percebermos inquietudes quanto às dúvidas que surgem (O que ele representa? Qual sua origem? Eu observei isto, mas será que todos conseguem ver a mesma coisa?). (CALLAI, 2012).

Ao enfatizar a simultaneidade dessas relações, Callai (2012) evidencia a complexidade intrínseca à construção do conceito de espaço, sublinhando como esses fatores interagem dinamicamente na formação da percepção espacial. Dessa maneira, existe um enriquecimento do entendimento do espaço e também proporciona ferramentas conceituais valiosas para a compreensão profunda das dinâmicas geográficas no cotidiano.

Dessa maneira, a análise desses elementos proporciona um enriquecimento do entendimento do espaço, ao mesmo tempo em que oferece ferramentas conceituais para a compreensão das dinâmicas geográficas no cotidiano. Ao percebermos como a vizinhança, a ordem, a

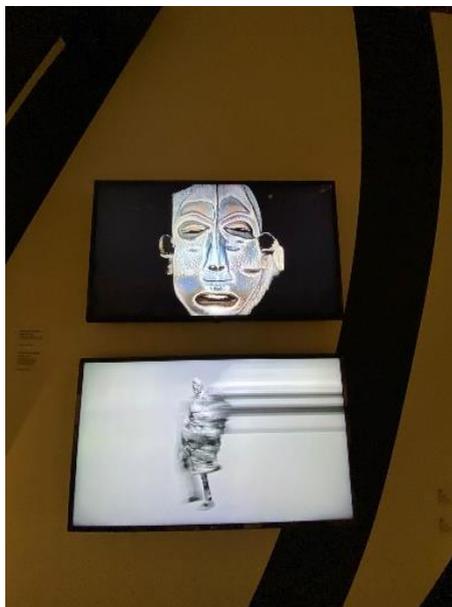
continuidade e outros fatores interagem no ambiente ao nosso redor, somos capazes de compreender melhor a organização física, as relações sociais e culturais sobre o espaço em que vivemos. Essa abordagem contextualizada torna-se essencial para uma análise geográfica mais completa e significativa.

A autora destaca a importância da simultaneidade dessas relações, ressaltando que a complexidade intrínseca à construção do conceito de espaço se revela na dinâmica interativa desses fatores na formação da percepção espacial. Esse enfoque não apenas aflora e estimula o entendimento do espaço em si, mas também fornece ferramentas conceituais para uma compreensão das dinâmicas geográficas que permeiam o cotidiano.

Assim, ao reconhecer que o espaço não é estático, mas sim um campo dinâmico de relações e interações, a abordagem proposta por Callai (2012) proporciona uma visão dinâmica do ambiente que nos cerca.

A seguir, ao interpretar e refletir sobre os recursos visuais disponibilizados, notamos que algumas telas, com um estilo abstrato, utilizaram tecnologia e recursos audiovisuais para harmonizarem-se de forma eficaz com o tema da exposição, sem desviar a atenção do observador, que buscava estabelecer conexões com as raízes africanas.

Embora a visita não tenha sido mediada, o que limitou a percepção das subjetividades humanas, as paredes estavam abundantemente preenchidas com informações abordando diversos tópicos, como o processo de colonização, filosofia, arte e literatura. Esses elementos estavam interligados com os objetos materiais expostos no espaço. A seguir, dois aspectos audiovisuais que constaram na exposição:

Imagem 03: Recursos audiovisuais, telas.

Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

Essa abordagem permitiu aos sujeitos visitantes explorarem não apenas os artefatos tangíveis, mas também compreender o contexto histórico e cultural que os envolvia. Apesar da inexistência da mediação direta, as informações apresentadas nas paredes serviram como guias para uma compreensão profunda e contextualizada da exposição. Dessa forma, a exposição ofereceu uma experiência enriquecedora que permitiu aos visitantes se conectar com suas raízes africanas, explorando não apenas os objetos em exibição, mas também os aspectos históricos e culturais que os permeiam.

Apresentamos, a seguir, as "Placas de rei em alto-relevo (Bronze)", peças pertencentes à coleção África. Essas placas, elaboradas

em bronze, constituem elementos expressivos e emblemáticos que carregam consigo significativos traços da cultura africana. Através desta imagem, pode-se explorar a riqueza e a complexidade do patrimônio artístico desse continente, explorando as intrincadas formas e simbolismos presentes nessas obras.

Imagem 04: Placas de rei em alto-relevo (Bronze)



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

A figura de um agricultor, presente na coleção Jorge Yunes, representa uma manifestação artística que destaca a importância da agricultura nas sociedades africanas. Representando o trabalho rural, o agricultor manuseia um equipamento com o cachimbo na boca.

Pode ser interpretada como um reconhecimento da contribuição dos trabalhadores rurais para o continente africano e refletir sobre a conexão do ser humano com a terra. No contexto de um museu, essa representação artística pode também estimular reflexões sobre a relação entre cidade e campo, bem como sobre a importância da agricultura sustentável e da preservação do meio ambiente. Válido, aqui, destacarmos que as interpretações de um mesmo objeto em um museu dependem de quem lhe observa e também de quem o media.

As transformações sociais são globais e estruturais, afetando toda a sociedade, incluindo a escala global, e impactando a formação socioeconômica como um todo. Abrir estes espaços museais, com a compreensão de uma educação patrimonial, atrelada a conceitos geográficos, nos abre caminhos para construir o conhecimento da totalidade social e geográfica. (SANTOS, 2006).

A análise das partes que compõem a totalidade e suas interações é essencial para uma compreensão abrangente. O processo de cissiparidade, subdivisão e esfacelamento é inerente à história do mundo, dos países e das cidades, e pensar na totalidade sem considerar sua divisão seria esvaziá-la de movimento. O museu consegue nos aproximar do que significa o continente africano no espaço que pertence.

A imagem da "Figura de Agricultor, Coleção Jorge Yunes" é uma representação que auxilia na reflexão de uma prática social antiga e fundamental da história humana: a agricultura. Essa figura parte da coleção do renomado Jorge Yunes e nos convida a explorar a importância da agricultura na formação das sociedades, a expressão física do agricultor, as vestimentas, o cachimbo. Cada peculiaridade do objeto

desperta uma sensação a quem lhe observa e busca por compreender o que significa.

Imagem 05: Figura de agricultor, coleção Jorge Yunes.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

O Museu Oscar Niemeyer demonstrou uma abordagem notável ao utilizar suas paredes como um meio de expor trechos da história. Essa estratégia teve um impacto significativo ao aproximar os estudantes e visitantes do museu de uma oportunidade única para se conectarem com suas raízes culturais, construir conhecimento a partir dos objetos em exibição e observarem a realidade de maneira profunda.

Ao incorporar fragmentos da história nas paredes do museu, o MON oferece aos visitantes uma experiência imersiva e educacional. Essa

abordagem interativa permite que os estudantes explorem a história de forma crítica, desenvolvendo uma conexão pessoal e duradoura com o assunto.

Além disso, ao descobrir a história através da exposição nas paredes, os visitantes foram incentivados a se aproximar dela de uma maneira íntima. Isso não apenas tornou a experiência acessível, mas também despertou um interesse genuíno pela história e pelas culturas que ela representava. A proximidade física com os objetos e os relatos históricos enriqueceram a experiência, tornando-a significativa e memorável.

A segunda exposição trata sobre as peculiaridades da Ásia, denominada “Ásia, a terra, os homens, os deuses - Colonialismo”. É uma oportunidade de visitar, observar e refletir sobre as peculiaridades da Ásia, trazendo ao ambiente uma experiência imersiva que capturou as cores, o clima e a espiritualidade do Oriente, juntamente com os distintos costumes de traje e dinâmica social da região.

Ao adentrar a sala de exposição, imediatamente tivemos a percepção de uma atmosfera que evocava o misticismo e a riqueza cultural da Ásia. As cores vibrantes, as texturas e a disposição dos objetos em exibição criaram um ambiente que transportou os visitantes para um lugar, a Ásia.

A imagem a seguir destaca o mapa exibido no início desta seção, representando uma área significativa durante a era do colonialismo na Ásia. Essa representação cartográfica oferece um contexto para compreender o tempo e o espaço nos quais a história abordada nesta seção se desenrola. Através desse mapa, é possível explorar visualmente as dinâmicas territoriais que moldaram os eventos históricos na Ásia durante

o período colonial, proporcionando uma perspectiva espacial e temporal essencial para a compreensão profunda do tema abordado:

Imagem 06: Os primórdios.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

A exposição "Ásia, a Terra, os Homens, os Deuses - Colonialismo" foi uma experiência envolvente, que permite aos visitantes explorarem e apreciarem a riqueza cultural, espiritual e histórica da Ásia. Ela trouxe à vida a diversidade e a complexidade dessa região fascinante, incentivando a reflexão crítica e a compreensão profunda das sociedades asiáticas e de seu lugar na história global.

As paredes servem de palco para história. Na imagem "O império Tang", a seguir, o museu segue auxiliando a construir percepções acerca

dos territórios, relações subjetivas humanas no espaço, práticas e afins. Aproximando o sujeito da sensação de estar dentro de um grande livro materializado.

Imagem 7: O império Tang.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

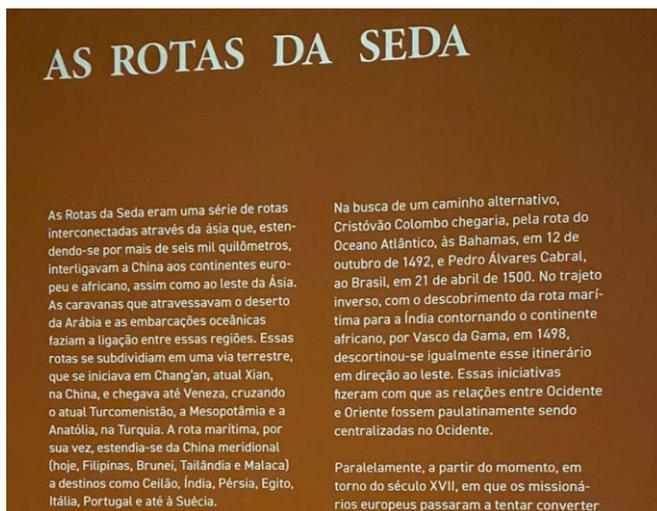
A abordagem do museu, ao mencionar as “Rotas da Seda” na sessão dedicada à Ásia, é válida, uma vez que ela cria uma experiência de contexto. A disponibilização de mapas que contextualizam as Rotas da Seda acrescenta uma camada de compreensão geográfica às histórias e objetos em exibição. Essa maneira de tratar a história transforma o espaço do museu em um palco vivo, onde os objetos se tornam atores que representam narrativas ricas em significado histórico e cultural.

A inclusão de mapas ajuda os visitantes a visualizarem as conexões e rotas estratégicas que foram fundamentais para o comércio e o poder político na região da Ásia. Ao fazê-lo, o museu destaca a importância da Geografia na história e na cultura. Fatores como localização geográfica, topografia e proximidade com rotas comerciais

desempenharam um papel significativo no desenvolvimento de civilizações e na formação de intercâmbios culturais, decisões políticas, geopolíticas.

A imagem 8 expõe um trecho do texto selecionado pelos criadores da exposição sobre as Rotas da Seda, que, historicamente, foram redes complexas de comércio e intercâmbio cultural que conectavam o leste e o oeste da Ásia, bem como outras partes do mundo. Elas não apenas permitiram o fluxo de mercadorias, mas também de ideias, religiões e conhecimento. Portanto, ao incorporar mapas e enfatizar a geograficidade das Rotas da Seda, o museu convida os visitantes a explorar essas conexões e a compreender como a Geografia desempenhou um papel crucial nas trocas culturais e na formação das sociedades asiáticas. (Museu MON, 2023).

Imagem 8: As rotas da seda.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

A presença da espiritualidade fica evidente na exposição, com a exibição de artefatos religiosos e representações de práticas espirituais. Isso proporcionou uma oportunidade para uma compreensão profunda das crenças e rituais que moldam a vida espiritual das sociedades asiáticas.

Imagem 9: Buda em jejum, 1368 – 1644.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

Além disso, a exposição também destacou os diferentes costumes de traje e a dinâmica social e econômica da Ásia, oferecendo uma visão da diversidade cultural da região. Cada peça em exibição contava uma história sobre as tradições e identidades das pessoas que vivem nas várias partes do continente asiático.

Os trajes exibidos evidenciavam as complexidades das relações sociais e econômicas dentro das sociedades asiáticas. Através dessas vestimentas, os visitantes podem contemplar a estética, também as práticas sociais, as estruturas de poder e as influências históricas que moldaram as comunidades asiáticas ao longo do tempo.

Imagem 10: Adorno masculino casamento, séc. XIX - XX.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, 2023.

Uma das coisas que chamou a atenção foi a maneira como a exposição abordou o tema do colonialismo, trazendo à tona questões complexas relacionadas ao impacto do colonialismo na Ásia e como isso moldou as sociedades e as relações culturais. Isso provocou reflexões importantes sobre as questões de poder, identidade e resistência nas histórias das nações asiáticas.

A imagem 11 trata do "Recipiente com Inscrições do Alcorão, séc. XVIII - XIX", como um convite para explorar um objeto que possui um profundo significado religioso, cultural e histórico. Essa peça, que exibe inscrições do Alcorão, o livro sagrado do Islã, representa a interseção da religião, arte e história em um contexto geográfico específico, dialogando com a educação patrimonial e conceitos geográficos.

Imagem 11: Recipiente com inscrições do Alcorão, séc. XVIII - XIX.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

A abordagem da exposição em relação ao colonialismo destacou questões sobre o impacto do colonialismo na Ásia e como isso influenciou as sociedades e as dinâmicas culturais. A reflexão provocada sobre questões de poder, identidade e resistência nas histórias das nações asiáticas nos levou a interpretar simbolismos da interseção da religião, arte e história em um contexto geográfico específico, fornecendo diálogos possíveis entre a educação patrimonial e os conceitos geográficos.

2.2 Museu da História da Arte

O segundo museu aqui apresentado é o Museo de Historia del Arte, localizado em Montevideo, conhecido como MuHar. Os curadores e expositores adotam abordagem única e esclarecedora para enriquecer a experiência dos visitantes. Eles utilizam mapas como ferramentas valiosas para orientar os espectadores em direção às regiões geográficas específicas abordadas em cada vitrine de exposição. Além disso, esses mapas fornecem informações cruciais ao datar o período de formação dos objetos em exibição e contextualizar a sociedade que lhes atribuiu significado e forma.

Desta maneira, ocorre uma contextualização territorial (geográfica), de enriquecimento histórico e concepção temporal, com ampliação do processo de ensino e aprendizagem aos redores do Patrimônio e Objetos Museais.

Mesoamérica é a região do continente americano que abrange o sul do México, Guatemala, El Salvador, Belize, além de partes da Nicarágua, Honduras e Costa Rica. Lar de civilizações pré-colombianas avançadas como os olmecas, teotihuacanos, astecas e maias, essa região é conhecida por sua diversidade étnica e linguística. A unidade cultural é sustentada pelo complexo mesoamericano, que engloba uma variedade de culturas e sociedades interconectadas.

Para exemplificar o contexto total, antes mesmo do visitante adentrar o local, uma parede completa com aproximadamente três metros é coberta por um mapa da Mesoamérica, acompanhado de uma sequência cultural do local (conquista europeia):

Imagem 12: Mapa que inicia as exposições, Mesoamérica.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

A inserção de representações cartográficas, no início de uma sessão de exposição museal, desempenha o papel de estabelecer um contexto espacial e temporal para os visitantes. As representações cartográficas oferecem uma visão acessível e impactante da localização geográfica dos artefatos e eventos expostos. Essa abordagem cria uma ponte entre os objetos exibidos e o contexto geográfico no qual eles estão inseridos.

A seguir, a imagem de uma pedra esculpida é um testemunho de esforço da cultura asteca e da importância de registrar a astronomia, geografia e religião em sua sociedade.

A observação dessa representação nos leva a uma exploração fascinante da civilização asteca e de como esses elementos geográficos e astronômicos eram intrinsecamente interligados com sua construção de identidade coletiva.

Imagem 13: Calendário Asteca (Pedra do Sol).

Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

A geograficidade nos objetos contextualizados por mapas em museus é um elemento que promove a compreensão dos sujeitos observadores sobre a conexão entre o espaço geográfico e os objetos expostos. Um exemplo interessante desse conceito pode ser observado em uma exposição de rochas contextualizadas por meio de mapas.

A geologia regional se destaca na imagem 14, conjuntamente com a possível sensibilização ambiental, compreensão mineral, estudo das formações rochosas, percepção do desenvolvimento de ferramentas antigas, arquitetura das construções, etc.

Ao visualizar as rochas em um contexto geográfico mais amplo, os visitantes do museu são incentivados a refletir sobre a interconexão entre a geologia, o ambiente e a história humana.

A presença de mapas proporciona uma visão panorâmica das características geográficas e geológicas da região, destacando a importância da compreensão desses aspectos para uma apreciação mais completa dos objetos expostos. Assim, a experiência do visitante, consegue perpassar por questões ambientais e culturais relacionadas à exposição.

Imagem 14: Exposição de rochas contextualizadas através de mapas.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

O Museu Nacional do Uruguai, localizado no centro do país, é uma instituição cultural de destaque que abriga um vasto acervo que reflete a rica história e a diversidade cultural do Uruguai.

Neste museu, os visitantes têm a oportunidade de explorar uma ampla gama de exposições que abordam a história, a arqueologia, a arte e a cultura do Uruguai, bem como de outras regiões da América do Sul.

Uma característica notável do Museu Nacional do Uruguai é a maneira pela qual utiliza mapas e informações contextuais para enriquecer a compreensão dos visitantes sobre as exposições.

Através dessas ferramentas, o museu conduz os espectadores a diferentes regiões geográficas, levando a uma jornada temporal que data o período de formação dos objetos em exibição, além de contextualizar a sociedade que lhes atribuiu significado e forma.

Imagem 15: Objetos encontrados no Equador.

Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

O museu tem como objetivo aproximar o estudante da realidade da sociedade e uma das ferramentas valiosas utilizadas são os materiais geográficos, como mapas e escalas. Esses recursos desempenham um papel fundamental em conectar os estudantes com a Geografia, história e dinâmica da sociedade em questão.

Ao incorporar mapas e escalas em sua exposição, o museu fornece uma base visual sólida que ajuda os estudantes a apropriarem-se melhor dos conceitos geográficos do local ou da sociedade em estudo na própria percepção da história em si. Esses materiais podem mostrar a localização de eventos históricos, a distribuição geográfica de grupos culturais ou até mesmo as mudanças ao longo do tempo em áreas específicas. Isso permite que os estudantes tenham uma compreensão contextualizada das questões em discussão.

Além disso, os mapas em escalas oferecem uma oportunidade para os estudantes desenvolverem habilidades de análise espacial. Eles podem aprender a interpretar mapas, entender a importância das escalas na representação geográfica e até mesmo realizar exercícios práticos, como a análise de dados geográficos. Isso não apenas enriquece sua

compreensão da sociedade estudada, mas também os prepara com habilidades valiosas para a vida cotidiana.

Os estudantes podem examinar como as características geográficas influenciaram o desenvolvimento de sociedades ao longo da história e como essas sociedades se relacionaram com o ambiente à sua volta.

A seguir, a imagem 16 - "Pirâmide do Sol" contempla a pirâmide construída pela cultura Teotihuacan, na Mesoamérica, de modo a perceber a materialização da civilização no tempo e no espaço. Essa pirâmide é um dos monumentos emblemáticos da história pré-colombiana e representa o que pode ser abordado e mediado construindo concepções como: realizações arquitetônicas impressionantes da antiguidade, relações de poder, mão de obra humana utilizada, relações econômicas, relações sociais.

Imagem 16: Pirâmide do sol construída pela cultura Teotihuacan na Mesoamérica.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

Santos (2006) reflete sobre a relação entre as formas, a ação humana e o espaço geográfico. As formas, que compõem o sistema atual

do espaço geográfico, são uma representação direta das ações que ocorrem nele. Isso significa que as formas espaciais que observamos refletem as atividades humanas que estão em andamento.

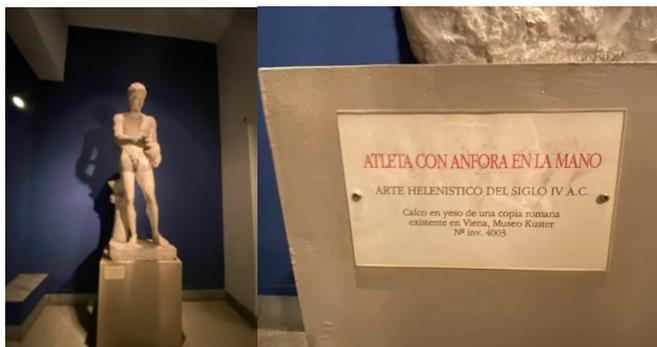
Se esta ação humana sobre o espaço conduz a uma específica organização, dialogar com a Geografia, durante as reflexões perante os objetos, é uma dinâmica necessária. O espaço geográfico é o resultado da combinação entre sistemas de objetos (as formas e estruturas físicas) e sistemas de ações (as atividades humanas que ocorrem nesse espaço), o que permite viajar através do tempo, em um sentido conceitual. (SANTOS, 2006).

Compreender as formas e as atividades no espaço geográfico, bem como compreender as categorias geográficas que observamos dialogar com a educação patrimonial e o ensino museal, transcende e oportuniza um processo com menores lacunas no ensino e aprendizagem. As formas e as ações do presente representam a síntese de tudo o que aconteceu no passado, ao mesmo tempo que moldam as possibilidades futuras. O espaço geográfico é, portanto, uma espécie de arquivo vivo da história das ações humanas, bem como um palco para as futuras mudanças. (SANTOS, 2006).

Nós, professores, não podemos considerar o espaço apenas como um cenário estático, mas como um espaço em constante evolução, impulsionado pelas ações humanas e suas interações com o ambiente.

Na seção dedicada à Grécia Arcaica, o museu proporciona uma experiência ao contextualizar a exposição sempre por meio de mapas. Isso aproxima os visitantes, especialmente os estudantes, da realidade da cultura grega (imagem 17), apresentando réplicas de objetos renomados dessa época:

Imagem 17: Atleta grego com âncora na mão.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

Os objetos da Grécia Arcaica, distribuídos em exposições e museus, desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento sobre a história da Grécia Antiga, bem como na capacidade de nos aproximarmos da dimensão de sua grandeza e relevância para aquele território.

Quando esses objetos são apresentados junto com réplicas de monumentos notáveis, como o Coliseu, em Roma, Itália (demonstrado na imagem 18), uma oportunidade de explorar e compreender tempo e espaço, nas transformações que aquele determinado espaço sofreu/sofre.

O Coliseu, também conhecido como Anfiteatro Flaviano, é um grande anfiteatro oval localizado no centro de Roma, Itália. Construído com tijolos revestidos de argamassa e areia, originalmente cobertos com travertino, é o maior anfiteatro já construído e está situado a leste do Fórum Romano. A construção teve início sob o governo do imperador Vespasiano em 72 d.C. e foi concluída em 80 d.C. durante o reinado de seu sucessor, Tito.

Imagem 18: Réplica Coliseu, Anfiteatro Romano, Itália.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

Em cada seção do museu, os mapas estão estrategicamente posicionados, cada um deles com uma legenda específica, que desempenham papel de confirmar a origem geográfica dos objetos, bem como o período temporal ao qual estavam relacionados.

Santos (2006) destaca que o tempo, o espaço e o mundo são construtos históricos e, como tal, eles não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim em relação uns aos outros. Essas realidades estão em constante evolução, influenciadas por processos históricos, culturais e sociais, que se desenrolam ao longo do tempo. Para entender adequadamente essas relações, é preciso abordá-las em termos de sistema, reconhecendo como elas estão interconectadas.

Existe necessidade de compreender a complexa relação entre tempo, espaço e mundo, considerando como esses elementos estão interligados e em constante evolução. Para uma abordagem epistemológica que busca ser totalizadora, é essencial reconhecer que a

sociedade humana é o ponto de partida e que suas ações, em um contexto material e espaço-temporal, desempenham um papel central na construção das realidades históricas. (SANTOS, 2006).

A imagem 19, que retrata o mapa exibido na sessão "Oriente Próximo, Anatólia e Síria", é uma representação geográfica que nos transporta a uma região historicamente relevante. Essa área geográfica abrange várias nações e civilizações antigas, cada uma com sua contribuição única à história e à cultura mundiais. Assuntos como cruzamento e intercâmbio de culturas, estratégia de rotas, conexões subjetivas da civilização com seu território e patrimônio cultural ali construído são exemplos de como a Geografia dialoga com a educação patrimonial e o olhar museal aos objetos.

Imagem 19: Oriente Próximo, Anatólia e Síria.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2022.

Santos (2006) ressalta que a sociedade humana, em qualquer momento, é o ponto de partida para essa análise. As atividades humanas desempenham um papel fundamental na realização dessas realidades históricas. Ele destaca que a sociedade se realiza em uma base material, e essa base é composta por elementos essenciais: o espaço e seu uso, o

tempo e seu uso, a materialidade em suas diversas formas e as ações humanas em suas diversas feições.

Esses elementos formam o tecido da vida humana e, em conjunto, moldam o mundo. O espaço geográfico é o contexto onde as atividades humanas ocorrem, o tempo é a dimensão que registra e orienta essas atividades ao longo da história, e a materialidade engloba todos os recursos naturais e criados pelo homem que possibilitam essas ações. As ações humanas, por sua vez, dão forma a esse conjunto de elementos, moldando a sociedade e o mundo.

A exibição de um mapa, na imagem a seguir, dialoga com a Geografia, ao contextualizar objetos do Império Persa e suas estratégias políticas e econômicas. É uma abordagem para ajudar os sujeitos a compreenderem o significado geográfico e histórico desses objetos que pertenceram à sociedade e hoje, expostos, estão suscetíveis a interpretações. Os mapas permitem aos visitantes traçar conexões entre os objetos em exibição, as áreas geográficas onde foram produzidos, relações subjetivas, construções de identidade e afins.

2.3 Museu Túnel Subfluvial Raúl Uranga-Carlos Sylvestre Begnis

A terceira visita, agora em território argentino, foi mediada. Visitamos o Museu Túnel Subfluvial Raúl Uranga-Carlos Sylvestre Begnis, de 1969, na Argentina. Este museu é relevante por sua capacidade de preservar a memória, promover a educação, contextualizar a importância regional e inspirar futuras gerações de engenheiros. Ela destaca a importância de reconhecer e valorizar as conquistas da

engenharia e a herança cultural associada a projetos de infraestrutura significativos, como o Túnel Subfluvial.

A imagem a seguir, expõe a construção de um túnel subfluvial tem significativa relevância para a compreensão da importância dos museus na construção da memória. Os museus desempenham um papel fundamental na coleta, preservação e exibição de artefatos, documentos, fotografias e outros elementos que contam a história de uma região, país ou cultura. No contexto da construção de um túnel subfluvial, o museu pode coletar e exibir itens que representam a jornada desafiadora e muitas vezes épica, que envolve a construção de uma infraestrutura subterrânea.

As fotografias, documentos, ferramentas e relatos de engenheiros, trabalhadores e comunidades locais, que desempenharam um papel nesse projeto, podem ser preservados em um museu. Esses elementos não apenas documentam o processo de construção em si, mas também capturam o espírito de cooperação, engenhosidade e superação de desafios que caracterizam tais empreendimentos. Além disso, eles ajudam a contar a história das pessoas e das comunidades que foram afetadas direta ou indiretamente por essa construção monumental.

Os museus, ao exibirem esses registros históricos, não apenas contribuem para a preservação da memória coletiva e a identidade cultural da comunidade, mas também facilitam o aprendizado e a compreensão do passado. Eles permitem que as gerações presentes e futuras conheçam as realizações e os obstáculos enfrentados por aqueles que moldaram o mundo em que vivemos. Além disso, ao documentar projetos, como a construção de um túnel subfluvial, os museus também ajudam a destacar a importância da engenharia, da inovação e do desenvolvimento das infraestruturas na evolução das sociedades.

A imagem 20, da "Construção de um Túnel Subfluvial", exhibe quadros dos trabalhadores e é um registro de um marco de engenharia que, além de ser relevante do ponto de vista técnico, também tem relevância histórica e geográfica significativa. Documenta o esforço conjunto de trabalhadores para construir um túnel que atravessa um corpo d'água, um projeto que envolve tanto a engenharia quanto o contexto geográfico da região.

Imagem 20: Construção túnel subfluvial.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

A imagem 21, do teodolito, instrumento de medição mecânico-óptico datado de 1969, desempenha um papel significativo na compreensão da história, especialmente no contexto da topografia e da evolução da tecnologia de medição. Este instrumento é de grande relevância histórica e técnica, e seu uso, ao longo do tempo, ilustra a maneira como a humanidade avançou na coleta de dados geográficos e topográficos.

O teodolito é uma ferramenta que permite medir ângulos verticais e horizontais com precisão, tornando-o essencial para trabalhos topográficos, geodésicos e cartográficos. Antes da introdução de tecnologias digitais, o teodolito era amplamente utilizado por topógrafos, engenheiros, geólogos e outros profissionais para determinar a posição, a elevação e a inclinação de pontos geográficos. Ao analisá-la, podemos traçar uma linha do tempo da evolução da tecnologia de medição. Compreender como as medições eram feitas naquele período e como o teodolito funcionava é crucial para apreciar os avanços subsequentes, como o uso de instrumentos eletrônicos e digitais na topografia.

Imagem 21: Teodolito. Uso topográfico. Datado de 1969.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

O eclímetro, datado de 1969, exposto na imagem 22, é um instrumento de medição utilizado para determinar alturas, inclinações e desníveis em trabalhos topográficos. Sua relevância histórica e técnica é

significativa, e a imagem desse instrumento nos transporta para uma época em que a topografia e a cartografia eram fortemente dependentes de dispositivos mecânicos. Sua introdução na topografia e na geodésia representou um avanço na precisão das medições altimétricas.

A geograficidade do objeto nos convida a refletir sobre a evolução da tecnologia de medição ao longo do tempo. Com o surgimento de instrumentos digitais e sistemas de posicionamento global (GPS), a topografia moderna se tornou eficiente e precisa. No entanto, essa imagem serve como um lembrete do quão longe chegamos em termos de medição topográfica e como a história dessas ferramentas está intrinsicamente ligada à evolução das práticas de mapeamento e cartografia.

Além disso, o eclímetro de 1969 exemplifica a importância da preservação de artefatos históricos em museus e coleções. Esses instrumentos são testemunhas do progresso tecnológico e do desenvolvimento humano. Sua exibição em contextos museológicos permite que as gerações presentes e futuras apreciem a herança histórica e técnica por trás das disciplinas geodésicas e topográficas.

Na arquitetura, o eclímetro é empregado para garantir a precisão das medidas durante o projeto de construções, especialmente em estruturas que exigem superfícies niveladas e ângulos específicos. Por exemplo, durante a construção de um edifício, o eclímetro pode ser utilizado para medir a inclinação das paredes e garantir que estas estejam perfeitamente verticais. Essa precisão é fundamental para evitar problemas estruturais e garantir a estabilidade do edifício ao longo do tempo.

Imagem 22: Eclímetro. Uso topográfico. Datado de 1969.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

2.4 Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana

Outro exemplo de museu que organiza sua exposição de acordo com uma linha do tempo, delimitando os objetos através de sua geograficidade, é o Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana. Os mapas estão em todas as sessões para contextualizar seu espectador, contemplando sua origem espacial. O museu Chileno de Arte Pré-Colombiana se faz relevante quando procuramos aproximações entre a Geografia e a educação patrimonial, uma vez que o museu utiliza a organização de suas exposições com base em uma linha do tempo e na Geografia para proporcionar aos visitantes uma compreensão abrangente das culturas pré-colombianas. A combinação de elementos temporais e geográficos ajuda a contextualizar os objetos de forma única e rica.

A abordagem de organização por linha do tempo permite que os visitantes sigam uma narrativa histórica contínua, na qual podem explorar a evolução das culturas pré-colombianas ao longo do tempo. Isso ajuda a destacar as mudanças culturais, tecnológicas e artísticas que ocorreram em diferentes períodos, permitindo que os visitantes observem como as sociedades antigas se desenvolveram e se transformaram.

Além disso, a delimitação dos objetos por geograficidade é uma escolha inteligente, pois reconhece a diversidade de culturas e civilizações que existiram nas Américas antes da chegada dos europeus. Cada região tinha suas próprias tradições culturais, artefatos e estilos artísticos distintos. A inclusão de mapas em todas as sessões serve como uma ferramenta importante de contextualização espacial, permitindo que os visitantes entendam de onde vêm os objetos em exposição.

Essa abordagem reforça a importância da Geografia na compreensão das culturas pré-colombianas e enfatiza a diversidade e a riqueza das sociedades que habitaram as Américas antes da colonização europeia. Os mapas não apenas indicam a origem espacial dos objetos, mas também destacam como as paisagens e os ambientes naturais influenciaram a vida dessas culturas.

No geral, o Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana oferece uma experiência educacional e envolvente ao utilizar a organização por linha do tempo e a Geografia para contextualizar os objetos em exposição. Isso permite que os visitantes apreciem não apenas artefatos individuais, mas também a história e a diversidade das culturas pré-colombianas nas Américas.

A relevância do mapa de introdução ao museu, demonstrada na imagem 23, é profunda, pois ela nos permite explorar as complexas

O espaço contextualiza o objeto, contudo, não delimita o significado. Ele desempenha um papel fundamental na contextualização de um objeto, artefato ou elemento cultural exposto em um museu ou contexto semelhante. Fornece o ambiente físico no qual o objeto está inserido, oferecendo pistas visuais, ambientais e históricas que ajudam a situar o visitante no contexto em que o objeto existe ou existiu.

No entanto, é importante notar que o espaço não delimita o significado absoluto de um objeto. Embora o ambiente em que um objeto esteja exibido possa fornecer informações valiosas sobre sua origem, uso histórico ou significado cultural, o significado real muitas vezes transcende o espaço físico.

O significado de um objeto pode ser subjetivo e variar de pessoa para pessoa. Ele pode evocar memórias pessoais, sentimentos ou conexões individuais que não podem ser completamente contidos pelo espaço físico em que o objeto está localizado. Além disso, o significado de um objeto também pode ser influenciado pela interpretação dos visitantes, pelas histórias contadas pelos curadores e pelos contextos culturais amplos.

As imagens, demonstradas a seguir, guiam a percepção de uma herança cultural da antiga civilização Bahia, que foi constituída entre 600 AC e 400 DC. Essa estatueta de cerâmica oferece possíveis diálogos com a educação patrimonial e a Geografia. Este tipo de objeto arqueológico aproxima o sujeito aluno da realidade temporal da época. Das subjetividades relevantes e da identidade cultural.

Imagem 25: Estatueta feminina: Pintura e adornos corporais. Cerâmica. Cultura Bahia. 600 AC – 400 DC.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

A maneira que a civilização se distribuiu ao longo de seu território pode ter influenciado o intercâmbio. A observação da estatueta e de seus adornos pode fornecer pistas sobre possíveis influências culturais de outras regiões, bem como sobre as rotas de comércio e a interação cultural nesse contexto espacial e temporal.

Ao examinar detalhadamente a estatueta e seus adornos, é possível encontrar pistas sobre essas influências culturais e as conexões que existiam entre as diversas comunidades. Elementos como estilos de arte, materiais utilizados e padrões ornamentais podem fornecer insights sobre as trocas culturais que ocorriam ao longo das rotas comerciais.

Imagem 26: Estatueta feminina: Pintura e adornos corporais. Cerâmica. Cultura Bahia. 600 AC – 400 DC.

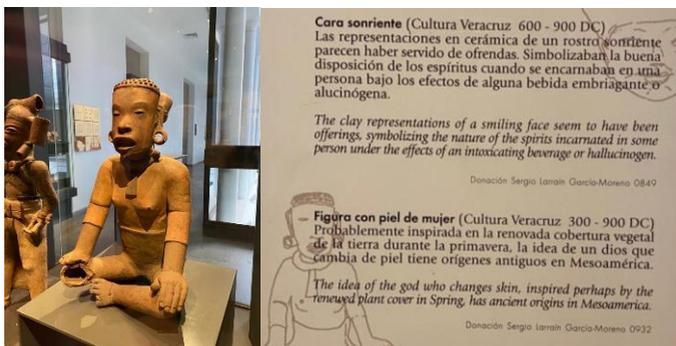


Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

A imagem 27, "Rosto sorridente", de 600 a 900 DC, representa a cultura Veracruz, é um testemunho da profundidade da conexão entre essa civilização antiga e seu território. Esse rosto sorridente manifesta uma interligação da cultura, da religiosidade e da relação com a natureza na sociedade Veracruz.

A presença deste rosto sorridente como um artefato cultural apresenta uma estética única, também oferece uma janela para as crenças e valores da civilização Veracruz, refletindo respeito pela natureza e pelos ciclos da vida, destacando a importância da espiritualidade e da conexão com o divino na vida cotidiana dessa antiga sociedade.

Imagem 27: Rosto sorridente. Cultura Veracruz. 600 – 900 DC.



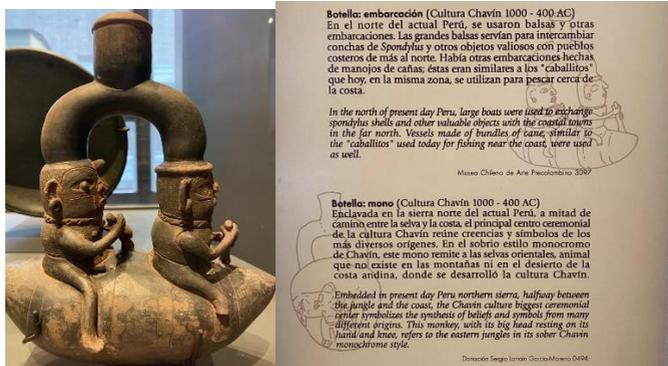
Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

A imagem 28, do objeto "Embarcação", da cultura Chavín, datando de 1000 a 400 AC, explora como essa civilização antiga utilizava balsas como parte fundamental de sua vida e cultura e revela a maneira como os conceitos geográficos são intrinsecamente conectados, demonstrando a necessidade de aproximação. A rota fluvial foi utilizada não somente para comércio, mas para alimentar a civilização, garantindo seu sustento. Ao expressarem-se na construção deste objeto, contam uma narrativa.

Essa embarcação não era apenas uma ferramenta para o comércio, mas também desempenhava um papel na garantia do sustento da civilização Chavín. As rotas fluviais facilitavam a troca de mercadorias, mas também permitiam o acesso a recursos alimentares essenciais.

A dependência da água como fonte de vida é evidente na maneira como essa embarcação é concebida, destacando a importância da relação simbiótica entre a geografia e a cultura humana.

Imagem 28: Embarcação, Cultura Chavín 1000 – 400 AC.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

A imagem 29 revela uma cena necessária dentro do museu, onde a disposição estratégica de mapas desempenha um papel na experiência dos visitantes. Esses mapas não apenas fornecem uma visão geográfica, mas também contextualizam historicamente o ambiente ao redor.

Ao estabelecer uma conexão entre o espaço físico e temporal, eles se tornam guias visuais, permitindo que os visitantes compreendam não apenas onde estão, mas também como esse lugar se insere na narrativa mais ampla da história e da geografia.

A mediação do patrimônio, especialmente quando direcionada para estudantes, é um componente essencial dessa experiência. Ao serem orientados e mediados são capazes de construir reflexões acerca das informações apresentadas nos mapas e relacioná-las com seus estudos acadêmicos.

Imagem 29: Mapas distribuídos no museu para contextualização.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

O Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana é uma instituição cultural que se dedica à preservação e exibição de uma rica coleção de artefatos da América pré-colombiana. Além dos mapas exibidos na exposição, o museu oferece aos visitantes uma visão detalhada do ambiente em que esses objetos foram encontrados e coletados. Esta descrição do ambiente proporciona uma compreensão das culturas antigas que habitaram a região.

A inclusão de informações sobre o solo, o clima e a altitude são fundamentais para apreciar a diversidade e a complexidade das sociedades pré-colombianas. Esses elementos ambientais

desempenharam um papel crucial na vida dessas civilizações, influenciando suas práticas agrícolas, sua arquitetura, suas técnicas de cerâmica e muitos outros aspectos de sua cultura.

Imagem 30: Objeto com a localização descrita em mapa.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

O Museu Chileno de Arte Pré-Colombiana é uma instituição que preserva e exhibe uma vasta coleção de objetos museais da América pré-colombiana. Além dos mapas, expostos para uma melhor contextualização, o museu proporciona aos visitantes uma aproximação e apropriação da história.

A inclusão de informações sobre solo, clima e altitude se fez fundamental para construir análises da diversidade e complexidade das sociedades pré-colombianas. Esses elementos ambientais desempenharam um papel crucial na vida dessas civilizações, influenciando suas práticas agrícolas, arquitetura, técnicas de cerâmica e diversos outros aspectos culturais abordados ao longo das sessões.

2.5 Museu Histórico Nacional do Chile

O quinto museu, de características políticas, foi o Museu Histórico Nacional do Chile, com mapas atuais distribuídos de maneira a localizar o sujeito, como antigas formatações de mapas foram utilizadas para acompanhar a dinâmica antiga preservada pelo museu. O Museu Histórico Nacional do Chile desempenha um papel crucial ao preservar e exibir a história política e cultural do país. Uma observação interessante é como a instituição utiliza mapas, tanto contemporâneos quanto antigas representações cartográficas, para transmitir informações valiosas aos visitantes e acompanhar a evolução histórica.

A distribuição de mapas contemporâneos localizam o sujeito no contexto atual, como uma prática significativa. Isso permite que os visitantes entendam a Geografia e sua relação com os eventos históricos, apresentados no museu. Ao criar uma conexão direta entre o passado e o presente, os mapas contemporâneos ajudam a contextualizar a história e a demonstrar como os eventos do passado moldaram a realidade atual do Chile.

Além disso, a utilização de antigas formatações de mapas para acompanhar a dinâmica histórica preservada pelo museu é uma abordagem intrigante. Essas representações cartográficas antigas revelam informações sobre o modo como as fronteiras, os territórios e as relações políticas mudaram ao longo do tempo. Oferecem uma janela para o passado e destacam como as percepções geográficas e as fronteiras políticas evoluíram ao longo da história do Chile.

Essa abordagem não apenas enriquece a experiência dos visitantes, mas também ressalta a importância do contexto espacial na compreensão da história política de um país. Os mapas, sendo ferramentas visuais poderosas, podem ilustrar de maneira eficaz as mudanças geográficas e políticas ao longo do tempo, proporcionando uma compreensão completa da história do Chile.

O uso de mapas contemporâneos e representações cartográficas antigas no Museu Histórico Nacional do Chile demonstra como a Geografia desempenha um papel fundamental na compreensão da história política e cultural de um país. Essa abordagem enriquece a experiência dos visitantes, permitindo conectar o passado e o presente e apreciar como as mudanças geográficas e políticas moldaram a nação ao longo do tempo. Na imagem 31, mapas constituídos à mão:

Imagem 31: Mapas antigos feitos à mão.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

Observar a Maquete de Santiago, em 1820, e a Maquete de Valparaíso convida o observador a se apropriar dos limites territoriais, da distribuição demográfica, do desenvolvimento territorial que as cidades obtiveram ao longo do tempo. Especificar as cidades no espaço, materializando-as nas maquetes, faz com que a linha do tempo de quem busca por compreender se torne completa.

Imagem 32: Maquete de Santiago em 1820, Chile.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

Ambas as maquetes, demonstradas nas imagens 32 e 33, desempenham um papel fundamental na educação e na comunicação visual, proporcionando uma compreensão clara e tangível de conceitos complexos, como território, limites e expansão de poder. Elas são ferramentas valiosas para a visualização de informações geográficas e topográficas, permitindo que as pessoas explorem e compreendam melhor as características físicas de uma determinada área. São úteis para destacar

os limites geográficos, sejam eles naturais, como rios e montanhas, ou políticos, como fronteiras entre países ou estados. Elas tornam visíveis esses limites de maneira concreta, facilitando a compreensão de como essas características geográficas influenciam a organização e a estrutura do território.

Quando se trata da expansão de poder, as maquetes podem ser usadas para representar de forma visual como um território se expande ao longo do tempo, seja por meio de conquistas territoriais, colonização ou outros processos históricos. Elas podem ilustrar como as mudanças nas fronteiras afetam a configuração de um território e podem ajudar a contar a história da expansão de poder de uma nação ou civilização.

Imagem 33: Maquete de Valparaíso, Chile.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

Uma das partes que nos chamou a atenção, especificamente neste museu, foi a exposição dos movimentos sociais e das transições de poder político e modelo econômico, uma maneira poderosa de contar a história

e a evolução de uma sociedade. Em muitos casos, essa exposição pode proporcionar reflexões valiosas sobre as lutas, os desafios e os triunfos que moldaram o curso da história.

Ao destacar os movimentos sociais, como na imagem 34, um museu não apenas documenta os eventos e as figuras históricas envolvidas, mas também contextualiza as motivações e as forças subjacentes que impulsionaram esses movimentos. Isso ajuda os visitantes a compreenderem não apenas o que aconteceu, mas porquê aconteceu e quais eram os objetivos e aspirações das pessoas envolvidas. As lutas trabalhistas do passado, por exemplo, refletem a busca por melhores condições de trabalho, direitos dos trabalhadores e igualdade econômica.

Imagem 34: Movimentos sociais expostos em cartazes.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora, 2023.

Da mesma forma, a exposição das transições de poder político e modelo econômico oferece uma visão abrangente das mudanças significativas na estrutura da sociedade. Isso pode incluir transições de

regimes políticos, mudanças na economia, reformas sociais e culturais e outros eventos que tiveram um impacto profundo na vida das pessoas. Essa narrativa histórica ajuda a traçar a evolução de uma sociedade ao longo do tempo e a entender as implicações dessas mudanças.

Os pôsteres desempenham um papel importante nesse contexto, pois fornecem informações adicionais e contextuais sobre os eventos e movimentos retratados na exposição. Eles permitem que os visitantes aprofundem seu conhecimento e explorem as histórias de maneira detalhada.

Através dessas experiências, pôde-se perceber como a interação com o patrimônio cultural é influenciada não apenas pelas características intrínsecas dos objetos, mas também pelo contexto em que são apresentados e pela orientação proporcionada pelos mediadores. Cada museu oferece uma narrativa única, desenvolvida pela seleção, disposição e interpretação dos itens em exposição.

A compreensão da subjetividade que cada objeto representa para o indivíduo se tornou clara, assim como a importância de criar espaços de aprendizado que permitam a construção de significados pessoais e a reflexão crítica. Ao explorar museus e suas exposições, percebemos a diversidade de perspectivas e a riqueza das narrativas que podem emergir de um mesmo patrimônio cultural.

Conforme abordado por Callai (2012), a construção de uma consciência espacial pelo aluno e mediador implica considerar o senso comum como ponto de partida, a partir do qual o conhecimento é elaborado. O espaço, por sua vez, é forjado ao longo do processo de formação da sociedade, e as relações sociais que se desenrolam e se materializam em edificações observáveis.

O ensino de Geografia proporciona a interpretação da realidade, para reconhecer as múltiplas subjetividades presentes na materialização física da vida no espaço. Nesse contexto, a análise de princípios teórico-metodológicos é fundamental para o professor mediador ao elaborar uma aula de Geografia. (CALLAI, 2012).

Dentro desse contexto, a autora sugere uma análise crítica que envolve diversos aspectos, contribuindo para uma compreensão ampla e contextualizada do espaço. Assim, ao considerar esses princípios, o professor mediador enriquece não apenas a abordagem do espaço geográfico em sala de aula, mas também promove uma reflexão sobre as interações sociais e sua expressão no ambiente físico.

A seguir, organizamos o quadro 04 com alguns dos princípios teórico-metodológicos a serem analisados pelo professor mediador ao construir uma aula de Geografia, segundo Callai, 2012:

Quadro 04: Princípios teórico-metodológicos de uma aula de Geografia.

Princípios teórico-metodológicos de uma aula de Geografia	Consciência espacial	Partindo do senso comum, rumo ao conhecimento construído pela sociedade.
	O olhar espacial	Observar e refletir a realidade partindo do cotidiano do aluno.
	A escala de análise	Considerar “o local”, “o regional”, “o nacional” e “o mundial”.
	A natureza na análise geográfica	A lógica da natureza e suas regras (drenagem de áreas, reorientação de leito, alterar a qualidade dos solos).

	A paisagem	O lugar mostra, através da paisagem, a história da população.
	A estrutura e formação do espaço	Compreender a trajetória da construção do espaço.
	A dimensão histórica	Buscar explicações para as formas aparentes do espaço.
	Identidade	O conjunto de características que formam a feição de um determinado espaço.

Fonte: CALLAI, 2012. Organização: Autora, 2024.

O ensino da Geografia transcende os limites das salas de aula, estendendo-se ao espaço em que vivemos, permeando as entrelinhas que a sociedade tece e materializa. Experimentar esses espaços vão além do entendimento geográfico à imersão nas dinâmicas sociais, geográficas, patrimoniais, culturais e históricas.

Esse envolvimento com o entorno enriquece o processo de ensino e aprendizagem, mas também é fundamental na construção de uma postura crítica. Ao vivenciar as nuances do espaço geográfico, os estudantes desenvolvem não apenas conhecimento, mas também valores essenciais, como empatia e consciência cidadã. Compreender e interagir com o mundo de maneira ativa e reflexiva no contexto geográfico contribui significativamente para a formação de indivíduos engajados e capazes de analisar criticamente as complexidades que permeiam a sociedade e o ambiente em que estão inseridos.

Portanto, a experiência de interação com esses objetos destacou a necessidade de promover uma abordagem aberta e reflexiva no ensino e na aprendizagem da educação patrimonial e da Geografia. É essencial

reconhecer a importância da mediação, do ambiente museal e dos conceitos geográficos na construção do conhecimento e na formação de cidadãos críticos e conscientes da relevância do patrimônio cultural em suas vidas e na sociedade.

Assim, no próximo capítulo, adentramos um cenário de análise das produções científicas das últimas duas décadas, precisamente de 2012 a 2022. Nosso foco recai sobre as áreas de educação patrimonial e Geografia, que se mostram essenciais para a compreensão e valorização do patrimônio cultural e a sua divulgação.

Neste capítulo, nossa atenção se volta principalmente para as dissertações e teses relacionadas à educação patrimonial, com destaque para aquelas que exploram o ensino museal, a educação patrimonial, bem como conceitos inseridos no campo da Geografia. Com o objetivo de fundamentar as análises seguintes, selecionamos um conjunto representativo de pesquisas recentes: cinco teses e seis dissertações. Os detalhes dessas pesquisas estarão dispostos nos Quadros 04 e 05, que serão apresentados ao longo do capítulo.

As pesquisas traçam conexões, interseções e contribuições entre as disciplinas de educação patrimonial e Geografia no contexto educacional e patrimonial contemporâneo. Esta etapa é fundamental para delinear o escopo do corpo da dissertação e atingir os objetivos desta pesquisa. A investigação proposta busca identificar como o olhar geográfico e as abordagens educacionais patrimoniais se entrelaçam, contribuindo para a compreensão e valorização do nosso patrimônio cultural em um contexto atual de mudanças e desafios.

A educação patrimonial se conecta com a educação geográfica principalmente quando interpretamos o espaço articulado ao tempo. As

suas semelhanças são traçadas na temporalidade, na história e representatividade humana dos objetos. As nuances dos territórios, quando analisadas de maneira subjetiva, necessitam da educação patrimonial articulada com as categorias geográficas. Nesta relação dinâmica, na própria prática social e educativa, o espaço pode ser estudado, desvendado, transformado, fluido na construção do conhecimento de identidade, memória, território.

O patrimônio histórico é um conceito que abrange bens culturais, naturais e materiais que têm um valor significativo para a sociedade devido à sua importância histórica, cultural, arquitetônica ou ambiental. Esses bens estão intrinsecamente ligados ao tempo e ao espaço. Assim, vamos desmembrar essa conexão.

III - A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A GEOGRAFIA

No decorrer deste capítulo, adentramos no panorama das produções científicas dos últimos dez anos, concentrando nossa investigação nas esferas da educação patrimonial e da Geografia. O intervalo temporal abordado estende-se de 2012 a 2022, período no qual direcionamos nossa atenção de maneira especial às dissertações e teses relacionadas à educação patrimonial, com um enfoque particular naquelas que exploram o ensino museal e conceitos geográficos. O objetivo primordial foi validar as possíveis interseções entre essas duas temáticas. Com um critério seletivo, escolhemos cuidadosamente cinco teses e seis dissertações para integrar esta pesquisa. Ao longo do texto, delineamos e consolidamos o escopo do corpo da dissertação e os objetivos desta investigação.

A proposta foi analisar as aproximações, interseções e contribuições entre a educação patrimonial e a Geografia, no cenário educacional e patrimonial contemporâneo, com o intuito de compreender de que forma essas disciplinas se entrelaçam e enriquecem mutuamente. Ao focalizarmos nossa atenção nesses estudos, almejamos desvelar as conexões intrínsecas entre a educação patrimonial e a Geografia, identificando de que maneira essas disciplinas colaboram para a construção de conhecimento, promovendo uma compreensão abrangente e contextualizada do patrimônio cultural no ambiente educacional contemporâneo.

3.1 O olhar geográfico nos museus

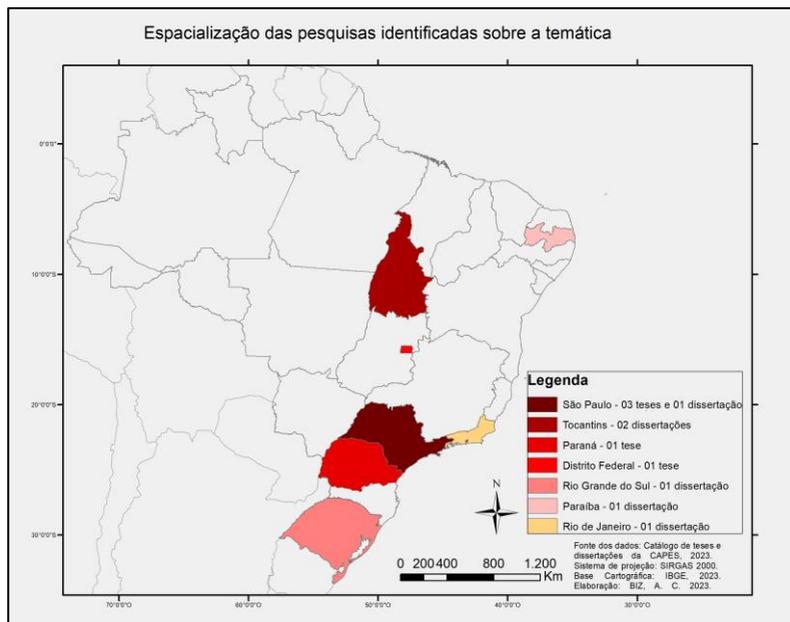
A análise dessas produções científicas busca não apenas delinear as convergências entre os temas abordados, mas também destacar as contribuições singulares que cada uma pode oferecer à outra. Nesse processo, visamos buscar as potencialidades de uma abordagem integrada, capaz de enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, ao unir os aspectos patrimoniais e geográficos.

O mapa apresentado na Figura 02 oferece uma espacialização das pesquisas identificadas sobre a temática da educação patrimonial e/ou museus e museologia em relação à Geografia. Utilizando a plataforma Capes, realizamos uma busca por títulos que de alguma forma abordassem essa interseção.

Como resultado quantitativo, identificamos três teses e uma dissertação produzidas e publicadas em São Paulo capital, duas dissertações em Tocantins, uma tese no Paraná, outra no Distrito Federal, uma dissertação no Rio Grande do Sul, uma dissertação na Paraíba e uma dissertação no Rio de Janeiro.

Essa distribuição geográfica revela padrões interessantes sobre a pesquisa acadêmica nessa área específica, destacando regiões onde há um maior volume de produção acadêmica relacionada à interseção entre educação patrimonial, museus/museologia e Geografia. Ao mapear essas pesquisas, somos capazes de visualizar não apenas a amplitude do interesse acadêmico nessa temática, mas também as áreas geográficas que emergem como centros de produção e investigação nesse campo.

Figura 02: Localização dos estados onde foram identificadas as pesquisas.



Fonte: Biz, 2023.

Em uma análise inicial desse mapeamento geográfico, observamos que São Paulo capital despertou um interesse significativo por essa temática durante o período abrangido pela pesquisa. Isso sugere que a educação patrimonial e a relação entre museus/museologia e Geografia tem sido um foco de investigação relevante e prolífico nessa região, possivelmente impulsionado por uma série de fatores, como a presença de instituições de ensino superior de destaque, museus importantes e uma cena acadêmica ativa.

No entanto, é importante destacar que outras regiões do Brasil, mesmo que em menor escala, também têm contribuído para a produção

acadêmica nesse campo, como Tocantins, Paraná, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraíba e Rio de Janeiro, cada uma com sua própria perspectiva e contribuição para o desenvolvimento da educação patrimonial e sua relação com a Geografia.

Esse panorama geográfico inicial nos oferece percepções relevantes sobre a distribuição das pesquisas nesse campo e destaca a projeção de explorar as diferentes abordagens e perspectivas que surgem de diferentes regiões do país. A seguir, no Quadro 04, demonstramos as primeiras informações coletadas sobre cada trabalho científico:

Quadro 05: Dissertações sobre a educação patrimonial e o ensino da Geografia: 2012-2022.

Autor	Título	Instituição	Local/cidade	Ano	Nº página	Orientador(a)
1) Cibele Pase Liberal esso	A Educação Patrimonial e o Ensino de Geografia: Experiência nas Escolas Públicas da Cidade de Santa Maria (RS).	Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS).	Santa Maria (RS)	2013	145	Prof. Dr. Lauro César Figueiredo
2) Edylane Eiterer	Educação Patrimonial no Espaço Escolar: discutindo Identidade, Diversidade, Memória e Patrimônio Cultural.	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), campo de confluência de Políticas Públicas e Movimentos Instituintes.	Niterói (RJ)	2013	169	Prof. Dr. Jorge Nassim Vieira Najjar

3) João Clímaco Ximenes Neto	O Ensino de Geografia na Educação Patrimonial: Ações Educativas no Ensino Médio Integrado do IFPB.	Universidade Estadual da Paraíba, campus I.	Campina Grande (PB)	2017	192	Prof. Dr. Patrícia Cristina de Aragão
4) Thalyta de Cassia da Silva Feitosa	As festas da cidade de Porto Nacional (TO): um olhar dos ativistas culturais.	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional.	Porto Nacional (TO)	2017	140	Prof. Dr. Rosane Balsan
5) João Lorandi Demarshi	Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial.	Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.	São Paulo (SP)	2020	164	Prof. Dr. Simone Scifoni
6) Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro.	O projeto "Roteiro Geoturístico em Porto Nacional (TO): Um Instrumento de Educação patrimonial".	Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional.	Porto Nacional (TO)	2021	88	Prof. Dr. Rosane Balsan

Fonte: Elaboração: Autora, 2022.

No estudo de Liberalesso (2013), a autora realizou análise da educação patrimonial no contexto escolar, especialmente focando na cidade de Santa Maria (RS). Sua pesquisa destaca a importância da

educação patrimonial como elemento central para abordar questões relacionadas ao patrimônio cultural. Liberalesso busca promover uma consciência preservacionista entre os estudantes, reconhecendo que a escola desempenha um papel fundamental na construção desse entendimento.

A autora utiliza a abordagem metodológica qualitativa, explora o conhecimento e a experiência dos professores de Geografia das escolas municipais e estaduais de Santa Maria (RS). Ela baseou sua análise nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia, que abordam a temática da pluralidade cultural, e examina os livros didáticos disponibilizados aos professores.

Liberalesso (2013) ressalta que, em geral, a pluralidade cultural brasileira não recebe a devida atenção nas escolas. Isso é um problema significativo, estrutural, uma vez que a diversidade cultural é uma das características marcantes do Brasil e desempenha um papel fundamental na formação da identidade nacional. A falta de valorização desses aspectos culturais pode levar à perda de conexão com as próprias raízes culturais, ao desconhecimento e ao esquecimento. O objetivo é impedir que esta situação de esquecimento aconteça, para isto, estas pesquisas se estabelecem e representam uma pauta de interesse público, governamental, social.

Incorporar conceitos como identidade, patrimônio, questões culturais e preservacionismo nas estruturas da comunidade escolar é um dos resultados que foi debatido neste trabalho científico, na busca de um esclarecimento de conceituação. Isso significa que a educação patrimonial deve ser integrada em todos os aspectos da vida escolar, não se limitando a uma disciplina isolada. Não permitindo isolar-se, mas sim,

integrando-se e expandindo-se. Projetos, atividades extracurriculares e discussões regulares são propostos como maneiras de promover a valorização da diversidade cultural.

Deste modo, a autora sugere a implementação de iniciativas municipais e estaduais, como cursos de extensão, oficinas e seminários, que abordem e discutam a educação patrimonial. Essas atividades podem ser fundamentais para disseminar o conhecimento sobre a importância da diversidade cultural e da preservação do patrimônio. O envolvimento das autoridades locais e regionais é destacado como um meio de garantir um impacto amplo dessas iniciativas.

Eiterer (2013) abordou em sua pesquisa sobre educação patrimonial no espaço escolar, denominada “Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial”, o tema do patrimônio cultural, seus conceitos e fundamentos como um caminho para a conscientização. O estudo foi conduzido na cidade de Niterói, localizada no estado do Rio de Janeiro. O espaço escolar foi considerado um ambiente ideal e propício para a construção da cidadania, a reconstrução e a interpretação da trajetória cultural regional, bem como para o entendimento amplo do Brasil.

Através de metodologias de análise baseadas em fontes documentais e bibliográficas, a autora conduziu uma análise minuciosa das Cartas e Documentos Patrimoniais, assim como da legislação brasileira relacionada à Educação. O objetivo desse estudo foi compreender como tais documentos são refletidos e aplicados nas práticas cotidianas no contexto escolar da cidade de Niterói (RJ).

Ao investigar a promoção e incorporação da educação patrimonial no ambiente escolar, a pesquisa procurou identificar os

principais desafios e oportunidades para uma abordagem efetiva e significativa do patrimônio cultural na educação. O intuito foi compreender como as diretrizes patrimoniais e a legislação educacional se conectam e se refletem nas práticas pedagógicas cotidianas, visando fortalecer a consciência e valorização do patrimônio cultural no âmbito escolar.

O propósito do estudo realizado por Eiterer (2013) foi interpretar a implementação da educação patrimonial em contextos escolares, com uma abordagem informal. Os resultados obtidos demonstraram que, embora os professores tenham abordado essas perspectivas em seus conteúdos, nas realidades escolares específicas observadas, eles não possuíam clareza suficiente para reconhecer o olhar patrimonial cultural.

Eiterer (2013) destacou algumas das dificuldades encontradas no contexto escolar, muitas das quais estão relacionadas à falta de conhecimento e lacunas na formação dos professores em relação a questões culturais e preservacionistas.

A pesquisa também identificou maneiras de minimizar a carência de abordagem da pluralidade cultural no processo de ensino. Uma delas é a possibilidade de os municípios e estados oferecerem cursos de extensão, oficinas ou seminários para esclarecer e discutir a educação patrimonial. Essa abordagem pode contribuir para que os professores se sintam preparados e capacitados para incorporar questões culturais em suas práticas pedagógicas.

Eiterer (2013) concluiu que a pluralidade cultural pode e deve assumir um significado coletivo e compartilhado por meio da educação, sendo a escola construindo um papel fundamental nesse processo.

A pesquisa ainda revelou que, nas entrevistas realizadas, os professores demonstraram pouca familiaridade com a educação patrimonial. Essa lacuna não é exclusiva dessas escolas específicas, sugerindo a necessidade urgente de reduzir essa distância, insegurança e, possivelmente, resistência por parte dos professores. Isso pode ser alcançado por meio da conscientização sobre a importância da preservação e valorização da diversidade cultural.

Na dissertação intitulada "O Ensino de Geografia na educação patrimonial: Ações Educativas no Ensino Médio Integrado do IFPB de Catolé Rocha-PB", Neto (2017) buscou compreender conceitos por meio da vivência cotidiana dos estudantes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal da Paraíba no município de Catolé do Rocha (PB).

Adotou uma abordagem metodológica no ensino de Geografia fundamentada na educação patrimonial, reconhecendo-a como um instrumento essencial para valorizar e preservar o patrimônio, a identidade e a memória local. Sua pesquisa foi realizada com estudantes do 1º ano do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal da Paraíba, situado no município de Catolé do Rocha (PB).

O objetivo principal do autor era interpretar o plano de ação pedagógica no contexto da formação continuada, utilizando a educação patrimonial no ensino da Geografia para as turmas do IFPB. O foco da pesquisa foi levar temas de Geografia, normalmente apresentados de forma global e generalizada em livros didáticos, para uma perspectiva local, conectando-os ao cotidiano dos estudantes.

Neto (2017) se dedicou às questões enraizadas na contextura do lugar como algo próximo e que faz parte do histórico da comunidade. Neste sentido, como metodologia, é uma pesquisa qualitativa, do tipo

pesquisa-ação, pois procura responder às indagações do processo investigativo. Apresenta ainda revisão bibliográfica e documental, por meio do levantamento historiográfico.

O autor utilizou fontes secundárias e terciárias para enriquecer seu estudo, tais como folhetos de cordel, oficinas pedagógicas, legislações e questionários aplicados aos estudantes, abordando temas relacionados ao ensino da Geografia, cultura local, identidade e memória.

Os resultados obtidos revelaram que os estudantes conseguiram se aproximar de sua localidade sem perder a noção do contexto global. Isso proporcionou o desenvolvimento de novas perspectivas e possibilidades em relação ao seu espaço de pertencimento.

As práticas realizadas nas Oficinas Pedagógicas no IFPB Catolé do Rocha (PB) representam um exemplo notável de como a educação patrimonial pode ser integrada ao ensino de Geografia de forma enriquecedora e significativa. Nesse contexto, as Oficinas Pedagógicas assumiram um papel fundamental ao promover a interação dos estudantes com o conhecimento geográfico por meio da utilização de elementos da cultura local como recursos didáticos. Ao escolher o cordel e a temática da água como elementos centrais, os estudantes foram imersos na realidade do sertão paraibano, considerando os elementos identitários da cultura local. Isso proporcionou uma aprendizagem contextualizada e significativa, na qual os estudantes puderam relacionar os conceitos geográficos com sua própria vivência e ambiente.

Uma das grandes contribuições dessa abordagem foi o debate acerca da mediação e das visitas mediadas. Ao reconhecerem a importância da preservação dos bens culturais, memórias e identidades de sua região, os estudantes foram incentivados a se tornarem agentes ativos

na conservação do patrimônio local apropriando-se dos objetos estudados e pesquisados. Além disso, a abordagem das Oficinas Pedagógicas fomentou o desenvolvimento de um senso crítico nos estudantes, uma vez que a mediação os auxiliou a refletir sobre questões relacionadas à cultura, identidade e patrimônio, o que entendemos por crucial no desenvolvimento de um sujeito consciente de si e de sua realidade.

Demarchi (2020), em sua dissertação intitulada “Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial”, conduzida em Brasília (DF), aborda uma problemática central que se concentra na compreensão e estudo do campo da educação patrimonial em uma perspectiva de transformações conceituais e práticas.

A pauta foi justificada pelo autor por sua observação na ampliação da concepção de patrimônio, que se deu em função de diversos fatores, destacando-se a promulgação da Constituição de 1988 e a criação da tipologia do patrimônio imaterial. Como resultado desse processo de ampliação conceitual, aquilo que anteriormente era compreendido como educação patrimonial passou por uma ressignificação substancial.

Nesse contexto de transformações conceituais, o Projeto Interação surgiu como uma iniciativa de destaque. Ele estabelece uma conexão essencial entre a educação básica e os diversos contextos culturais presentes no país, promovendo uma reavaliação e apropriação dessas experiências como fontes inspiradoras para práticas educativas relacionadas ao patrimônio cultural. Portanto, o Projeto Interação se destaca como uma experiência significativa que pode inspirar e enriquecer as práticas educacionais no campo do patrimônio cultural.

Para tal, como metodologia, Demarchi (2020) utilizou o Projeto Interação e seu funcionamento como base da análise e realizou um levantamento documental no Arquivo do Iphan em Brasília, além de entrevistas.

O projeto coordenado por José Silva Quintas, e analisado por Demarchi (2020), denominado "Interação," apresentou uma proposta interdisciplinar voltada para a educação e metodologias participativas de ensino. A pesquisa destaca a figura central de José Silva Quintas, um físico com formação na Universidade Federal da Bahia e mestre em Física pela Universidade de Brasília. A trajetória de Quintas incluiu responsabilidades na criação de um campus avançado no Araguaia, onde ele teve a oportunidade de conhecer Luiz Felipe Perret Serpa, também físico pela UFBA e membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRC). Foi através de Serpa que Quintas se aproximou do CNRC e, posteriormente, da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), onde desempenhou um papel fundamental na coordenação do Projeto Interação.

O Projeto concentrou seus esforços em uma visão ampla da educação, que ultrapassou os limites da escolarização tradicional. Reconheceu que a melhoria da qualidade do ensino deveria transcender os muros da escola e valorizar a produção cultural local. Para alcançar esse objetivo, foi necessário reformular os princípios teóricos e as metodologias educacionais convencionais. Durante o período de vigência do Projeto Interação, os encontros anuais entre os técnicos envolvidos, documentos e cartas revelam discussões conceituais e alternativas inovadoras de atuação que vão de encontro à nossa proposta dissertada

aqui, com a expansão contínua da área de educação patrimonial e inter-relações com o que lhe perpassa.

Um aspecto significativo desse projeto foi a revisão do modelo escolar existente e a redefinição da visão de escola, com ênfase nas necessidades locais e na transformação da sociedade. Essa abordagem implicou uma mudança de paradigma, em que a educação foi encarada como um processo amplo e inclusivo, aberto às contribuições culturais e capaz de responder de forma eficaz aos desafios e demandas da comunidade. Portanto, o Projeto Interação representou uma tentativa bem-sucedida de promover uma educação participativa, relevante e contextualizada, tendo como base uma perspectiva interdisciplinar que integrou a cultura, a educação e a transformação social.

A dissertação realizada por Demarchi, no ano de 2020, abordou uma questão importante no campo da educação patrimonial, que consistia na frequente discrepância entre o discurso teórico e a prática efetivamente executada no contexto da educação patrimonial. Foi comum observar que, em muitos casos, as ações não estavam alinhadas com as ideias e princípios discutidos na teoria. Essa contradição pôde ser atribuída à falta de uma abordagem crítica que permitisse revisar e aprimorar as práticas existentes.

O autor buscou interpretar essas dificuldades adotando uma abordagem que tratasse separadamente as áreas do patrimônio e da pedagogia, ao mesmo tempo em que as articulava de forma apropriada e significativa. Essa abordagem permitiu uma compreensão profunda das transformações ocorridas na educação patrimonial ao longo das últimas décadas, que estão intrinsecamente relacionadas às mudanças no campo patrimonial.

No longo processo de transformação e renovação da educação patrimonial, a pesquisa de Demarchi (2020) contribui para o aprimoramento das práticas nesse campo, destacando a importância de uma abordagem crítica e interdisciplinar que leve em consideração as particularidades. Essa reflexão crítica e a consideração cuidadosa das especificidades da educação patrimonial são essenciais para garantir que as ações sejam eficazes e coerentes com os objetivos de valorizar e preservar o patrimônio cultural.

A pesquisa de Ribeiro (2021) exemplifica como a Geografia deve ser uma parceira na caminhada à compreensão e promoção do turismo cultural e da educação patrimonial. Além disso, demonstra como essas abordagens podem contribuir para o desenvolvimento sustentável das dimensões socioculturais e ambientais de uma região, destacando a importância de integrar a academia, a comunidade local e as políticas públicas para alcançar esse objetivo. Interpretamos que o correto seja unir forças e conhecimento na teoria e na prática.

O Projeto Roteiro Geo-Turístico evidenciou ser uma prática efetiva de educação patrimonial em uma cidade reconhecida por sua relevância no que concerne o patrimônio cultural material. O principal objetivo desse trabalho consistiu em compreender o potencial do turismo como uma ferramenta para fomentar o afeto em relação ao patrimônio cultural local, ao mesmo tempo em que contribui para a sua conservação e preservação.

A disseminação do conhecimento científico assume um papel fundamental como uma ação inicial e mobilizadora no contexto educativo voltado para o patrimônio. Através dessa disseminação, a importância do patrimônio torna-se amplamente conhecida, dando início ao processo de

valorização desse legado cultural. A sensibilização da comunidade local e de outros envolvidos se inicia pela transmissão do saber científico sobre o patrimônio cultural, permitindo que as pessoas compreendam sua relevância e se tornem agentes ativos na sua preservação.

Esse processo da construção do conhecimento, aliado ao uso eficaz do turismo como uma ferramenta de promoção do afeto pelo patrimônio, aliado a conceitos geográficos e ao processo de mediação, contribui significativamente para o fortalecimento da relação entre a sociedade e seu patrimônio cultural, resultando em um maior engajamento na conservação e preservação.

A pesquisa realizada por Feitosa (2017), intitulada "As Festas da Cidade de Porto Nacional - TO: Um Olhar dos Ativistas Culturais", ofereceu-nos uma análise importante sobre as festas que ocorrem na cidade de Porto Nacional, Tocantins, e como esses eventos são percebidos e valorizados pelos ativistas culturais locais. O estudo baseia-se na perspectiva da Geografia cultural renovada, com foco nos conceitos de cultura e lugar, explorando as conexões entre eventos culturais e o ambiente geográfico em que ocorrem.

A metodologia adotada na pesquisa é qualitativa, apropriada para investigações que buscam compreender em profundidade as experiências e perspectivas dos participantes. Feitosa realizou entrevistas com 13 ativistas culturais durante os meses de outubro e novembro de 2016. Esse método permitiu à pesquisadora obter informações diretas das pessoas envolvidas na cena cultural da cidade.

O principal objetivo da pesquisa era identificar as festas que os ativistas culturais consideravam como referências culturais para a cidade de Porto Nacional. Esse enfoque na perspectiva dos ativistas culturais é

relevante, pois eles desempenham um papel significativo na promoção, organização e preservação das tradições culturais locais.

A pesquisa também fez uso de fontes bibliográficas e relatos orais para analisar e descrever as festas. Isso sugere uma abordagem abrangente, na qual as informações são obtidas não apenas diretamente dos entrevistados, mas também através de fontes secundárias e históricas. Isso enriquece a compreensão das festas, fornecendo um contexto amplo e uma visão completa de sua importância cultural e histórica.

O trecho menciona a escolha de Porto Nacional como local de estudo e destaca a importância das festas na preservação da identidade cultural da cidade. Essa abordagem está intrinsecamente relacionada a conceitos geográficos de Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014), especialmente no que diz respeito à noção de espaço e lugar, assim como à dimensão cultural do espaço.

Santos (1994) enfatizou a importância do espaço como um palco onde as relações sociais, culturais e econômicas se desenvolvem. O espaço não é apenas um vazio físico, mas um lugar onde as pessoas atribuem significados, criam identidades e vivem experiências. Nesse contexto, a escolha de Porto Nacional como local de estudo é significativa, pois reconhece a rica herança cultural e histórica da cidade.

As festas desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural de uma comunidade, o que está alinhado com os conceitos de "lugar" e "identidade" de Santos (2014). Através desses eventos festivos, os moradores de Porto Nacional têm a oportunidade de vivenciar e reforçar os elementos que compõem sua cultura, como crenças, saberes, valores e costumes. Essas festas se tornam locais de

valor cultural, onde a comunidade se reúne para celebrar e compartilhar sua identidade cultural e seu direito de explorar a própria cidadania.

Além disso, as festas são consideradas lugares simbólicos, no sentido de que representam a cultura e a história da cidade. Elas atuam como espaços de memória, auxiliando na permanência e manutenção da memória, como refletimos no primeiro capítulo, com Goff (1996). Uma memória na qual as pessoas possam se conectar com suas raízes culturais e reviver a história de seu povo.

A escolha de Porto Nacional como local de estudo é fundamental, uma vez que a cidade tem uma rica herança cultural e histórica, e suas festas desempenham um papel importante na preservação dessa identidade cultural, memória coletiva e identidade coletiva. O estudo contribuiu para a valorização e documentação dessas tradições, ao mesmo tempo em que representa como os ativistas culturais percebem e promovem a cultura local. Os resultados da pesquisa indicaram que, apesar das transformações pelas quais as festas passam ao longo do tempo, elas contribuem para o fortalecimento da cultura local, proporcionando uma vivência dos elementos que fazem parte da identidade cultural da comunidade. As festas destacadas pela pesquisadora configuram-se como locais de valor cultural, onde aspectos como crenças, saberes, valores e costumes são vivenciados. Tornaram-se espaços de representatividade e identidade cultural, onde as pessoas se encontram, trocam ideias e socializam. São lugares simbólicos, que fortalecem os sentimentos em relação a uma coletividade que precisa existir e persistir.

A pesquisa conduzida por Ribeiro (2021), chamada “Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional – TO: Um instrumento de educação

patrimonial”, representa uma abordagem interdisciplinar que combina e se apropria de elementos da Geografia, educação patrimonial e turismo cultural. O estudo se concentra na cidade de Porto Nacional, localizada no estado do Tocantins, que possui um centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2008, o que destaca sua importância histórica e cultural.

O objetivo principal da pesquisa é compreender a educação patrimonial e o turismo cultural, explorando seus significados, contextos e a contribuição do Projeto Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional para o desenvolvimento das dimensões socioculturais e ambientais da região. Isso sugere uma preocupação em não apenas preservar o patrimônio histórico, mas também em utilizá-lo como um recurso para o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

A autora reconhece a capacidade geográfica e turística de interpretar e reproduzir o imaginário da realidade. Essas duas áreas desempenham um papel importante na construção de significados em torno de um lugar e na forma como as pessoas o percebem. Nesse contexto, a pesquisa utiliza uma abordagem metodológica diversificada, incluindo análise qualitativa, revisão bibliográfica, análise documental, aplicação de questionários e a metodologia de Salette Kozel⁴, que visa interpretar as representações elaboradas pelos sujeitos, bem como compreender o que está impregnado em sua subjetividade.

⁴ Professora pós-doutora aposentada da Universidade Federal do Paraná com atuação na pós-graduação na área de Geografia. Integra a linha de pesquisa Território, Cultura e Representação, priorizando os seguintes temas: Geografia, Ensino e Representação; Estudos de Percepção em Geografia; Mapas Mentais Linguagem e Representação, Geografia e Manifestações Culturais.

Essa abordagem metodológica diversificada nos pareceu interessante, pois permite uma compreensão holística das percepções e significados associados ao patrimônio cultural e ao turismo em Porto Nacional. Ao envolver a comunidade local por meio de questionários, a pesquisa pode capturar as visões e perspectivas dos residentes, que desempenham um papel crucial no desenvolvimento do turismo cultural e na preservação do patrimônio histórico. Escutar e pesquisar estas vozes, que muito dizem sobre a história deste determinado espaço e incentivam a memória a ser sempre construída, reverberada e refletida.

Quadro 06: Teses sobre a educação patrimonial e o ensino da Geografia: 2012-2022.

Autor	Título	Instituição	Local/cidade	Ano	Nº pág	Orientador (a)
1) Jocenai de Maria Rosseto Silva	Do Museu como Espaço ao Museu Como Lugar de Múltiplas Interlocações: os Museus Universitários e as Coleções do Povo Bororo.	Universidad e Católica de São Paulo	São Paulo - SP	2013	388	Prof. Dr. Fernando Torres Londoño
2) Janaína Mourão Freire Gori Felipe	Cartografias valorativas de Sabará-MG: a essencialidade da cidade patrimonial metropolizada	Universidad e de Brasília	Brasília - DF	2016	361	Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

3) Renata Salgado Rayel	A Linguagem dos Sinos em Diamantina (MG): Rotas Turísticas na Paisagem Sonora.	Universidade Estadual Paulista	Rio Claro - SP	2 0 1 6	344	Profª. Drª. Solange T. de Lima Guimarães
4) Graziella Praça Orosco de Souza	Contribuições da instituição museológica para história ambiental, educação ambiental e patrimonial: o Ecomuseu de Mirante de Paranapanema, SP, Brasil.	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Presidente Prudente - SP	2 0 2 1	385	Prof. Dr. Antônio Cezar Leal
5) Andréia Zuchelli Cucchi	O Museu no estudo da Geografia dos anos iniciais do ensino fundamental.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ campus de Francisco Beltrão.	Francisco Beltrão - PR	2 0 2 2	235	Profª. Drª. Mafalda Nesi Francischett

Fonte: Organização da Autora, 2022.

Silva (2013), em “Do Museu como Espaço ao Museu Como Lugar de Múltiplas Interlocuções: os Museus Universitários e as Coleções do Povo Bororo”, desdobrou sua pesquisa na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Para tanto, a autora utilizou as abordagens de pesquisa e as metodologias de análise baseadas em fontes da cultura material, imagéticas e textuais, tendo como campo de observação e investigação (in loco e virtual) os espaços museológicos (reserva técnica, exposição,

setor educativo) no Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo - USP (São Paulo, SP); no Museu das Culturas Dom Bosco – Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (Campo Grande, MS); no Centro Cultural Padre Rodolfo Lunkenbein Aldeia de Meruri, ligado ao Museu das Culturas Dom Bosco – Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (Campo Grande, MS); e no Museu Rondon – Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (Cuiabá, MT).

Na tese, a autora discutiu as expectativas de modernização dos museus, por meio das novas tecnologias informacionais, anunciando novos paradigmas, característicos da contemporaneidade. Assim, argumentou que estas mudanças se desdobram e ressignificam o espaço-Museu em lugar-Museu. As relações comunicacionais a que o autor reportou foram investigadas em três dimensões: 1) no contexto do Museu e seu entorno (comunidade, cidade e aldeia); 2) no contexto das múltiplas tecnologias que estabelecem novos paradigmas à informação; e 3) a quem os Museus representam em suas coleções, das quais optaram pela amostragem das coleções de artefatos dos índios bororos.

Os resultados deste estudo, apresentados por Silva (2013), estão divididos em três partes distintas. A Parte I concentra-se na história social e cultural dos Museus universitários de etnologia pesquisados, enfocando a composição das coleções de artefatos bororo, sua conservação, as exposições e as perspectivas comunicacionais. Na Parte II, a autora dedica-se a explorar as estratégias museais planejadas para comunicar a cultura Bororo, por meio de abordagens educacionais patrimoniais e museológicas. A Parte III aborda a reflexão sobre a cultura material presente nas exposições dos museus universitários e, a partir disso, amplia as pesquisas para as referências culturais imateriais. Essa abordagem

contribuiu significativamente para a construção da história social e cultural do povo Bororo.

Nas conclusões, a autora defende a transformação da noção de "espaço-Museu" em "lugar-Museu", buscando uma maior integração e apropriação cultural do museu pelo povo Bororo. Neste sentido, se apropria de alguns conceitos da tecnologia para refletir novas possibilidades. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação da tradição, esta manifestação da memória.

[...] Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escapam a vigilância dos governantes, mesmo que possam controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória [...] “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (GOFF, 2003, p.470-471).

Considerando a complexidade do tema abordado, a autora também direciona sua análise para a abordagem que defende a notável capacidade dos museus em transcender sua tradicional função de meros depósitos de objetos, e passarem a se configurar como verdadeiros espaços identitários, relacionais e históricos, tanto no ambiente físico como no virtual, através do efetivo uso da comunicação informacional e das diversas interações estabelecidas.

Contudo, essa nova possibilidade de acesso ao mundo acabou afastando o ser humano da sensação de espaço que é experimentada através do movimento e do contato direto com o ambiente físico. No

entanto, sob a perspectiva da estética contemporânea, essa mudança trouxe consigo um movimento diferente, gerado pelo interfaceamento dos processos relacionais que se estabelecem na construção da obra ou do mundo em si. (SILVA, 2013).

A reflexão sobre a capacidade dos museus de transcenderem sua tradicional função de meros “depósitos de objetos” é um aspecto fundamental e instigante da pesquisa de Silva (2013). A autora nos apresenta a ideia de que os museus têm potencial para se tornarem verdadeiros espaços identitários, relacionais e históricos, tanto no ambiente físico quanto no virtual, quando empregam eficazmente a comunicação informacional e estabelecem diversas interações.

Uma das principais inovações destacadas por Silva (2013) é a noção de museu virtual, que visa compreender o mundo tridimensional para além das limitações das salas físicas. Essa abordagem representa uma perspectiva ousada e transformadora, na qual os museus transcendem as restrições tradicionais de espaço físico. Ao adentrar o ciberespaço, o museu virtual expande seus horizontes, ingressando em uma dimensão ampla e livre.

A virtualização do museu oferece acessibilidade na maioria dos lugares do mundo. Os visitantes podem explorar o patrimônio cultural de forma rápida e conveniente, independentemente de sua localização geográfica. Isso abre novas possibilidades para o acesso à cultura e à história, democratizando o conhecimento e promovendo a difusão do patrimônio cultural. Essa evolução museal não apenas amplia o alcance do museu, mas também transforma a experiência do visitante. A interação no ciberespaço permite uma imersão profunda, uma vez que os visitantes podem explorar exposições virtuais, interagir com conteúdos multimídia

e participar ativamente do processo de aprendizado. A tecnologia oferece oportunidades únicas para a contextualização e a personalização da experiência, tornando-a envolvente e educativa.

A ideia de um museu virtual, como destacada por Silva (2013), é, sem dúvida, uma inovação que amplia o horizonte dos museus para além das limitações físicas das salas de exposição tradicionais. No entanto, é importante refletir sobre alguns aspectos cruciais relacionados à complexidade e à subjetividade humanas.

O ciberespaço, embora ofereça inúmeras vantagens em termos de acessibilidade e disseminação global, também apresenta desafios significativos quando se trata da interação humana com o patrimônio cultural. Uma das principais questões é a falta de mediação humana direta. Em um museu virtual, os visitantes podem explorar exposições e conteúdos por conta própria, sem a orientação de um mediador ou guia. Isso pode resultar em uma experiência solitária e menos enriquecedora em termos de discussões, interpretações e reflexões aprofundadas.

A mediação do professor, construída com o sujeito aluno, por outro lado, oferece uma abordagem completa e complexa para a interação com o patrimônio cultural. Um mediador qualificado pode fornecer contextos, informações adicionais, estimular perguntas e discussões, e adaptar a experiência de acordo com as necessidades e interesses dos visitantes. Essa interação direta com um mediador pode enriquecer significativamente a compreensão e a apreciação do patrimônio, permitindo uma exploração significativa.

Além disso, a visitação mediada também abre espaço para a consideração da subjetividade humana. Os mediadores podem adaptar sua abordagem com base nas experiências e perspectivas individuais dos

visitantes, permitindo uma conexão pessoal e emocional com o patrimônio cultural. Eles podem criar uma ponte entre o passado e o presente, ajudando os visitantes a relacionar o patrimônio com suas próprias vidas e experiências.

Felippe (2016) apresentou como objetivo principal compreender como os bens tombados se apresentam À consciência dos moradores no município de Sabará (MG). A pesquisa foi desenvolvida com base na metodologia Fenomenologia Steiniana e Husserliana, valorizando as experiências vividas e o mundo espiritual. A autora empregou uma variedade de instrumentos, como questionários, entrevistas semiestruturadas fundamentadas na oralidade, além de mediações comunitárias.

O objetivo central do estudo foi compreender as lacunas históricas presentes em Sabará. Felipe (2016) realizou uma análise enfocando a valorização patrimonial dos bens tombados, buscando compreender o significado deles em sua forma e função integral. Além disso, o estudo observou as relações intersubjetivas na comunidade.

Felippe (2016) ressalta existir uma discrepância entre a interpretação da prefeitura e a perspectiva da comunidade em relação aos bens tombados. Essa divergência muitas vezes resulta em uma desvalorização desses elementos constituintes, os quais merecem uma análise aprofundada, preservação e uso, especialmente para fins educacionais no contexto da educação patrimonial e Geográfica dos estudantes.

As figuras materiais representativas da humanidade em algum espaço, em um específico tempo para então projetar um futuro com melhorias, afetividade e esperança. Felipe, (2016) inicia sua tese com as

bases da metodologia utilizada, a Fenomenologia, e abordou como ela se encaixou com a Geografia para tal projeto. A autora denomina de “preâmbulo para uma pesquisa”. Isto significa que, a partir destes diálogos dos moradores de Sabará (MG), ricos em significados, auxiliam nas conexões entre os patrimônios tombados e as vivências e experienciarções individuais e coletivas da comunidade. A pesquisa conclui que os fragmentos patrimonializados, quando são afetivamente valorados, adquirem o status de patrimônio cultural ou bens de formação. Esses elementos contribuem significativamente para o desenvolvimento humano e comunitário, como foi observado no contexto deste estudo, ao despertar a consciência dos moradores no município de Sabará.

Felippe (2016) demonstrou uma preocupação significativa com a subjetividade humana e, sobretudo, reconheceu o valor fundamental da visita mediada aos bens tombados. Essa abordagem atribui significado à identidade de cada indivíduo que participou dessa experiência, colaborando para a construção de uma memória coletiva e participativa da comunidade.

Uma das principais constatações dessa pesquisa foi a riqueza dos diálogos estabelecidos entre os moradores de Sabará. Esses diálogos, repletos de significado, desempenharam um papel essencial ao estabelecer as conexões necessárias entre os bens tombados e as vivências individuais e coletivas da comunidade. Eles serviram como uma ponte que ligou o patrimônio material aos sentimentos, às experiências e às histórias pessoais dos habitantes de Sabará.

Felippe (2016) ressalta a importância de uma abordagem multidisciplinar e sensível ao valorizar o patrimônio cultural. Ela nos recorda que o patrimônio vai além das estruturas físicas e se insere

profundamente na experiência humana e nas interações sociais. Ao considerar a subjetividade e as conexões entre os membros da comunidade, a pesquisa evidenciou como o patrimônio pode desempenhar um papel vital na construção da identidade cultural e na promoção da memória coletiva, tornando-se uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento humano e comunitário.

Rayel (2016), em sua obra "A Linguagem dos Sinos em Diamantina (MG): Rotas Turísticas na Paisagem Sonora", adotou a fenomenologia como metodologia e estabeleceu um diálogo com a consciência dos sentidos para a leitura ambiental. O objetivo da autora foi compreender a trilha sonora sineira e analisar a multidimensionalidade e multifuncionalidade da paisagem sonora, assim como a resiliência cultural dos sineiros de Diamantina (MG), interpretando-a como um fenômeno intrinsecamente relacionado ao contexto socioambiental.

Para alcançar seus objetivos, Rayel (2016) utilizou métodos diversificados. Um dos enfoques foi a abordagem qualitativa, com base na memória afetiva dos sineiros, utilizando a técnica de história oral para dar voz aos excluídos. Além disso, empregou uma abordagem quantitativa, por meio do mapeamento da área de estudo e da medição dos níveis de decibéis do som dos sinos, permitindo mensurar sua propagação e interferência no ambiente urbano.

Com o intuito de aumentar a visibilidade e o conhecimento da cultura sineira, a autora sugeriu ações educativas de experiência sensorial e escuta sensível. Essas ações buscam levar os participantes a adentrar o universo sineiro e a redescobrir a observação da paisagem, de modo a perceber as sonoridades presentes. Para isso, foram propostas rotas

sineiras turísticas, que possibilitam a apreciação dos elementos "invisíveis" e resistentes da cultura local.

Principalmente no mapeamento da área, percebemos uma conexão intensa com a Geografia, território e seus limites estabelecidos ao longo da história. A valorização da memória afetiva dos sineiros por meio da técnica de história oral é uma abordagem qualitativa que enriqueceu o entendimento da cultura sineira, não somente no auxílio do desenvolvimento da memória coletiva e representatividade da comunidade, mas também em quem realiza a leitura do trabalho científico. Através das narrativas pessoais e das experiências compartilhadas pelos sineiros, é possível sensibilizar-se através de aspectos emocionais e subjetivos que são essenciais para compreender o significado da paisagem sonora em suas vidas, da identidade de um povo. Essa abordagem qualitativa também permite que a pesquisa dê voz ao patrimônio, à educação patrimonial, e destaque a importância da história oral como uma ferramenta para preservar a cultura e a memória.

Por outro lado, a abordagem quantitativa, que incluiu o mapeamento da área de estudo e dos níveis de decibéis do som dos sinos, ofereceu uma dimensão objetiva e mensurável à pesquisa. O mapeamento da área revelou a conexão intrínseca entre a cultura sineira e o espaço geográfico onde ela se desenvolve. Isso incluiu a identificação de locais específicos e estratégicos onde os sinos eram tocados e como suas reverberações afetavam a paisagem urbana.

A medição dos níveis de decibéis do som dos sinos é uma abordagem quantitativa que forneceu dados concretos sobre a intensidade do som e sua propagação no ambiente urbano. Essa análise ajudou a compreendermos como o som dos sinos interage com o espaço geográfico

circundante, considerando aspectos como distância, topografia e obstáculos físicos.

Uma das contribuições significativas do trabalho de Rayel (2016) é a promoção da cultura sineira por meio de ações educativas que enfatizam a experiência sensorial e a escuta sensível. As rotas sineiras turísticas propostas pela autora oferecem uma oportunidade única para os participantes mergulharem neste universo que também fazem parte do universo patrimonial. Redescobrirem a observação da paisagem e apreciarem as sonoridades que muitas vezes passam despercebidas. Com estas propostas de pesquisas, até mesmo os órgãos intitulados como responsáveis pela manutenção e preservação dos Patrimônios Culturais conseguem, de fato, obter mais materiais sobre a pauta, a partir de material registrado e categorizado cientificamente.

Os resultados da pesquisa de Rayel (2016) destacam a viabilidade de ampliar nossa visão e entendimento sobre a paisagem sonora e seu papel nas inter-relações socioecológicas. Essa ampliação de perspectiva revela a capacidade da cultura sineira e da paisagem sonora em promover processos de resiliência cultural e resistência social. Esses processos não apenas preservam as tradições locais, mas também têm o potencial de transformar recursos, pessoas e lugares, promovendo mudanças significativas na dinâmica socioambiental da região estudada.

Em sua pesquisa de doutorado, intitulada "Contribuições da Instituição Museológica para História Ambiental, Educação Ambiental e Patrimonial: O ecomuseu de Mirante de Paranapanema, SP, Brasil", Souza (2021) analisou a relevância da instituição museológica no contexto da História Ambiental, Gestão Ambiental, Educação Ambiental

e Patrimonial, com o objetivo de promover a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

O estudo teve como foco investigar o papel do ecomuseu de Mirante do Paranapanema, que surgiu da demanda da comunidade assentada em preservar a história do Assentamento São Bento e valorizar a cultura e o patrimônio locais. A pesquisa considerou a identidade dos assentados participantes, fundamentada em dois principais temas: a história do aldeamento Guarani, revelada a partir da instalação de um Sistema AgroFlorestal sobre um sítio arqueológico, e a história da luta pela terra e do próprio Assentamento São Bento. Esses temas orientaram a concepção do ecomuseu, a organização da documentação museográfica e as ações para o desenvolvimento da Educação Ambiental e Patrimonial Souza (2021).

Os procedimentos metodológicos incluíram o levantamento de aspectos históricos e culturais da região, entrevistas com atores sociais, curadoria de peças arqueológicas encontradas pelos assentados, musealização e expografia do acervo do ecomuseu, além de ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas dentro da instituição museológica Souza (2021).

A pesquisa de Souza (2021) concentrou-se de forma primordial no estudo do ecomuseu de Mirante do Paranapanema, um espaço cultural que surgiu em resposta à demanda da comunidade local assentada. Esse museu, em sua essência, se propõe a preservar a história do Assentamento São Bento e a valorizar a cultura e o patrimônio específicos da região. Para alcançar esse objetivo, o estudo empregou uma metodologia abrangente e interdisciplinar.

Um dos aspectos fundamentais da pesquisa foi a consideração da identidade dos assentados envolvidos no projeto. Esta identidade foi ancorada em dois temas principais: a história do Aldeamento Guarani e a história da luta pela terra e do Assentamento São Bento. Esses temas serviram como alicerces conceituais para a concepção do próprio ecomuseu, influenciando diretamente as escolhas em termos de organização museográfica e desenvolvimento de programas de Educação Ambiental e Patrimonial.

Para atingir seus objetivos, o autor deste estudo utilizou procedimentos metodológicos variados. Inicialmente, houve um levantamento extenso de aspectos históricos e culturais da região, fornecendo uma base sólida para a compreensão do contexto em que o ecomuseu opera. Além disso, a pesquisa envolveu entrevistas com atores sociais da comunidade local, permitindo uma visão das perspectivas e aspirações das pessoas envolvidas.

A curadoria de peças arqueológicas encontradas pelos próprios assentados demonstra um compromisso com a preservação do patrimônio cultural da região, ao mesmo tempo em que envolve a comunidade diretamente no processo de resgate histórico. Essas peças foram posteriormente musealizadas e expostas de forma a proporcionar uma experiência educativa rica para os visitantes do ecomuseu.

A pesquisa incluiu ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas dentro do próprio museu. Essas ações têm como objetivo sensibilizar tanto a comunidade local quanto os visitantes sobre a importância da preservação ambiental e cultural da região. Além disso, elas contribuem para o fortalecimento dos laços entre a comunidade e o

museu, consolidando o papel deste último como um agente ativo na promoção do desenvolvimento sustentável local.

Os resultados da pesquisa de Souza (2021) revelam a notável contribuição da instituição museológica, representada pelo ecomuseu de Mirante do Paranapanema, como um agente facilitador da sensibilização em relação à preservação do meio ambiente. Essa contribuição se estende para além das fronteiras da museologia, abrangendo temas cruciais da Educação Ambiental, Patrimonial e até mesmo questões sociais e políticas.

Primeiramente, fica evidente que o ecomuseu desempenha um papel fundamental na promoção do entendimento das comunidades locais e dos visitantes sobre a importância de sua conexão com a natureza e o patrimônio cultural da região. Isso reflete a capacidade do museu de criar um espaço de reflexão e aprendizado, no qual as pessoas podem se engajar ativamente na apreciação e proteção de seu ambiente e herança cultural. A sensibilização para a preservação ambiental e patrimonial é uma parte essencial da educação em um mundo em constante transformação, e o ecomuseu se posiciona como uma ferramenta eficaz para alcançar esse objetivo.

Para além, é notável que o estudo destaque o ecomuseu como um espaço de resistência. Isso decorre do contexto social e político do assentamento da reforma agrária em que está inserido. Nesse sentido, o museu não se limita a ser apenas um local de preservação e educação, mas se torna, por si só, uma manifestação de resistência. Ele representa a capacidade das comunidades locais de preservar sua história, cultura e ambiente em face de desafios e adversidades, incluindo questões políticas complexas relacionadas à reforma agrária.

A relação entre os resultados deste estudo e os conteúdos geográficos é notável. A percepção do meio ambiente, a compreensão da paisagem cultural e a análise dos fatores ambientais e sociais que moldam uma região estão intrinsecamente ligadas à Geografia. Além disso, os debates em torno da reforma agrária, que têm uma relevância inegável na pesquisa de Souza, estão intimamente relacionados à Geografia agrária e ao uso da terra.

A interligação e a soma de conteúdos geográficos, ambientais, culturais, sociais e políticos se tornam aparentes nesse contexto. Isso sugere a importância de um diálogo entre as áreas de Geografia, Museologia, Educação Ambiental e Patrimonial, entre outras. Esse diálogo é não apenas possível, mas também altamente relevante para o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Auxiliando as pessoas a se apropriarem de suas identidades e percepções locais e globais, promovendo uma compreensão totalitária da realidade que lhe cerca.

Cucchi (2022) realizou uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa: Representações, Espaços, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas (RETLEE), do Programa de Pós-Graduação em Geografia, intitulada "O Museu no estudo da Geografia dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental".

O estudo teve como base uma proposta didático-pedagógica alternativa para o ensino da Geografia, aplicada aos estudantes do 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professor Pedro Algeri de Francisco Beltrão, no Paraná. O objetivo central da pesquisa, proposto pela autora, foi a construção, organização e socialização de uma exposição em formato de museu dentro do próprio

ambiente escolar. A exposição tinha como propósito estudar os conteúdos geográficos previstos para a etapa escolar dos participantes. O estudo buscou avaliar o sentido e o significado pedagógico do museu para o ensino e aprendizagem da Geografia, em relação à dinâmica de tempo e espaço, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A metodologia adotada foi o estudo de caso e, para coletar os dados, foram utilizadas pesquisas de campo, coleta de fotos, imagens e objetos. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, questionários de diagnóstico e questionários avaliativos.

Durante a pesquisa, notou-se que, além do uso dos materiais trazidos pelos estudantes e suas famílias para as discussões e exposição, houve também a produção de textos e desenhos representativos, sintetizando as aprendizagens, bem como a criação de banners e painéis. Adicionalmente, os estudantes tiveram a oportunidade de realizar uma visita ao Museu da Colonização. (CUCCHI, 2022).

Ao analisar as percepções de professores, estudantes e familiares, Cucchi (2022) constatou que a construção, organização e socialização da exposição em forma de museu escolar para o estudo da Geografia revelou-se como uma alternativa didático-pedagógica viável para o processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos geográficos.

As atividades realizadas durante o projeto apresentaram resultados significativos no campo da educação geográfica, uma vez que todas as partes envolvidas se engajaram ativamente na concretização do projeto como um todo, bem como no processo de construção do conhecimento geográfico. O resultado dessas ações foi socializado por meio do museu escolar com todos os participantes, promovendo uma construção constante de aprendizados e conhecimentos.

A pesquisa realizada por Cucchi (2022) oferece a integração da construção, organização e socialização de exposições em forma de museu escolar no contexto do ensino da Geografia.

Ao analisar as percepções de professores, estudantes e familiares, a autora identificou que essa abordagem se revelou uma alternativa didático-pedagógica viável e eficaz para o processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos geográficos.

Um aspecto notável desse estudo é a ênfase na socialização dos resultados por meio do museu escolar. A exposição dos projetos e conhecimentos desenvolvidos proporcionou um valioso compartilhamento de aprendizados entre os participantes. Essa troca de informações e experiências enriqueceu ainda mais o processo educacional, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativa e participativa.

Os resultados obtidos por Cucchi (2022) em sua tese de doutorado estão alinhados com a nossa compreensão na presente dissertação, de que a construção do conhecimento geográfico autêntico ocorre por meio da educação patrimonial e das aproximações entre o sujeito aluno e o ambiente que o cerca (museu e objetos patrimoniais).

A participação ativa dos estudantes na transformação de seu espaço por meio de museus e conceitos geográficos representa uma abordagem dinâmica e eficaz para o ensino da Geografia e também ao ensino de educação patrimonial.

3.2 Explorando aspectos relevantes do material em análise

No contexto teórico, as pesquisas destacam três questões significativas que merecem ser refletidas. Em primeiro lugar, há uma notável problemática relacionada ao conceito de educação patrimonial, particularmente em relação à falta de clareza sobre quais são os aspectos relevantes a serem considerados, com ênfase nos aspectos legais e regulatórios. Essa lacuna evidencia a necessidade de uma abordagem precisa e abrangente no entendimento da educação patrimonial, que não apenas reconheça a importância da legislação, mas também integre de maneira eficaz outros domínios do conhecimento.

Em segundo lugar, há um afastamento notável entre a educação patrimonial e outras áreas de conhecimento, que poderiam enriquecer e complementar sua prática. A educação patrimonial não deve ser vista como uma disciplina isolada, mas sim como uma interseção de diversas áreas, incluindo história, antropologia, arqueologia, museologia, entre outras. A integração dessas disciplinas é fundamental para uma compreensão holística do patrimônio cultural e aprimorar as estratégias educacionais relacionadas a ele.

Em terceiro lugar, destaca-se a importância da mediação durante as visitas a espaços patrimoniais. Através da mediação, é possível explorar de forma significativa as subjetividades associadas aos objetos, ao patrimônio e às pessoas que deram significado a esses elementos em um determinado contexto e período (Espaço-Tempo). A mediação cria uma ponte entre o visitante e o patrimônio, permitindo uma compreensão rica e contextualizada da herança cultural, enriquecendo assim a experiência educativa.

Existe a necessidade de uma compreensão abrangente e precisa da educação patrimonial, a importância da integração com outras disciplinas e a relevância da mediação durante as visitas a espaços patrimoniais. Essas considerações têm o potencial de enriquecer significativamente a prática da educação patrimonial e promover uma compreensão enriquecedora do nosso patrimônio cultural na Geografia.

3.3 Roteiro para uma melhor apropriação da visita mediada

O papel do professor mediador na promoção da compreensão e apreciação do patrimônio cultural por parte dos estudantes se faz essencial. Para atingir esse objetivo, é fundamental que o professor se aproprie dos conceitos que estão ligados ao conteúdo que será apresentado, especialmente quando se trata de objetos museais e patrimônio cultural. A preparação de uma visita cultural bem-sucedida envolve três etapas essenciais: a pré-visita, o desenvolvimento do percurso durante a visita e a pós-visita. (HORTA, 1999).

Pré-visita: Nesta fase, o professor mediador deve se familiarizar profundamente com o conteúdo que será apresentado aos estudantes. Isso inclui não apenas a história e a relevância dos objetos museais e do patrimônio cultural em questão, mas também a compreensão dos conceitos-chave que serão abordados. A pré-visita é a fase em que o professor prepara o terreno para a experiência dos estudantes, estabelecendo os objetivos da visita e definindo as estratégias de mediação que serão utilizadas para facilitar a compreensão e o envolvimento dos estudantes.

Desenvolvimento do Percurso: Durante a visita em si, o professor mediador desempenha um papel ativo na orientação dos estudantes à medida que eles exploram o espaço cultural. Isso envolve fornecer informações contextuais, fazer perguntas estimulantes, facilitar discussões e promover atividades interativas que permitam aos estudantes fazer conexões significativas com o conteúdo. O professor deve estar atento às reações e interesses dos estudantes, adaptando sua abordagem conforme necessário para garantir uma experiência enriquecedora.

Pós-visita: Após a visita, a aprendizagem não deve ser encerrada. A pós-visita é uma oportunidade para consolidar o que foi aprendido e permitir que os estudantes reflitam sobre a experiência. O professor pode conduzir atividades de discussão em sala de aula, incentivar os estudantes a produzir trabalhos escritos ou artísticos relacionados à visita e fornecer recursos adicionais para aprofundar o entendimento. Isso ajuda a garantir que a visita ao patrimônio cultural tenha um impacto duradouro no aprendizado dos estudantes.

É importante reconhecer que as apropriações dos estudantes podem ser subjetivas e influenciadas por suas próprias experiências e perspectivas individuais. No entanto, é na mediação do processo que o professor mediador desempenha um papel fundamental em direcionar essas percepções e ajudar os estudantes a construir um entendimento completo e enriquecedor do patrimônio cultural. Ao adotar uma abordagem cuidadosa e completa em todas as etapas do processo de visita, o professor mediador colherá os frutos de uma experiência de aprendizado significativa e transformadora para seus estudantes.

A partir das análises realizadas com algumas teses e dissertações selecionadas da última década, identificamos a relevância de perceber os

objetos e museus de maneira antecedente à visita. O caminho a ser percorrido para a construção de conhecimento e apropriação dos conceitos envolve tempo e dedicação. Observar não tão somente lhe basta. Sentimos, no presente trabalho, a necessidade do aprofundamento. Apresentamos a seguir um exemplo de "Roteiro de Visita Mediada", com o propósito de enriquecer o processo de apropriação dos objetos no contexto da educação patrimonial, com uma abordagem que se aproxima da Geografia. Este roteiro visa ser uma ferramenta para auxiliar no planejamento abrangente da mediação, englobando as fases pré, durante e pós a visita ao patrimônio cultural. O objetivo é promover uma experiência rica e significativa para o sujeito aluno, alinhando-se com os princípios da educação patrimonial.

A importância de um roteiro estruturado e bem elaborado na condução de uma visita a um museu não pode ser subestimada. Ele serve como uma bússola, direcionando a experiência dos visitantes de maneira educativa, envolvente e significativa. Agora, vamos explorar os componentes essenciais desse roteiro e como ele pode ser aplicado de forma eficaz:

Quadro 07: Planejamento de Mediação da Visita Mediada

Roteiro (visita mediada)		
	Passos	Exemplos de atividades e reflexões
	Escolha do tema	Qual será o foco?
	Introdução de conceitos principais	Linha do Tempo com abordagem cronológica

Planejamento de Mediação	Introdução ao Museu e seus processos de constituição	Quem teve a iniciativa de fundar? Privada ou governamental?
	Objetivo do Museu e como se apresenta à sociedade	Analisar pôsteres, websites e material de divulgação
	Tipo do Museu	As coleções são fixas? Rotativas? Réplicas?
Durante a mediação	Qual a parte do Museu será explorada?	Tempo de duração disponível
	Quais os principais objetos a serem analisados?	Contextualização
	Se existir a possibilidade, separar um momento para os estudantes fotografarem o objeto e a legenda	As pesquisas realizadas após a visita podem se fundamentar na legenda
Conclusão da mediação	Compreensão e aprofundamento dos conceitos	Pesquisa com o material coletado Apropriação dos objetos

Fonte: Organização da Autora, 2023.

O roteiro de visita mediada elaborado na presente dissertação oferece uma estrutura detalhada e organizada para guiar a experiência dos visitantes em um museu. Dividido em diferentes etapas, o roteiro começa com o planejamento da mediação, incluindo a definição do tema, a introdução de conceitos principais e a compreensão do papel e objetivo do museu na sociedade.

O roteiro aborda o tipo de museu em questão, questionando se suas coleções são fixas, rotativas ou compostas por réplicas, o que influencia na abordagem da visita. Durante a mediação, são destacados pontos como a área do museu a ser explorada, o tempo disponível e os

objetos principais a serem analisados, enfatizando a contextualização dos mesmos.

Uma parte importante do roteiro é a conclusão da mediação, onde se busca avaliar a compreensão e aprofundamento dos conceitos pelos visitantes, incentivando a pesquisa adicional com o material coletado durante a visita e a apropriação dos objetos estudados.

A criação de itinerários personalizados que atendam às necessidades da escola ou a oferta de rotas adaptadas para a análise de um tema específico pode permitir que a construção do conhecimento vá além de uma única visita, incentivando todos os participantes a desempenharem um papel ativo no processo da visita. O momento da visita pode se transformar em um laboratório instigante de questionamentos e descobertas. O período pós-visita pode ser uma oportunidade para desafiar as suposições iniciais, permitindo que os visitantes percebam os impactos da visita, reinterpretem as informações e explorem novos usos para o conhecimento adquirido no museu e além dele.

Percebemos também, em nossas análises, que o museu não é um destino final, mas sim um local de trânsito, fluidez, transcendência. Como espaço de transformação, ele não pode abrigar (guardar) interpretações unívocas, nem mesmo para objetos aparentemente estáveis. O museu é um local de evolução, onde emergem relações dinâmicas e complexas entre os sujeitos enquanto exploram e compreendem as camadas temporais entrelaçadas.

O museu, a educação patrimonial, os conceitos geográficos, aproximados ao patrimônio cultural, se completam em um ambiente singular onde convergem e se entrelaçam diversas percepções sociais,

memórias e narrativas, criando e disponibilizando ao sujeito aluno um espaço exploração, interpretação e reflexão.

Compreendemos também, ser um espaço de interação dinâmica entre diferentes percepções sociais. Visitantes de origens culturais, experiências e perspectivas diversas se reúnem dentro de suas paredes para explorar objetos e exposições que carregam significados variados (significado patrimonial, museal, geográfico). Essa diversidade de pontos de vista enriquece a experiência museológica, permitindo um diálogo intercultural que promove uma compreensão inclusiva da cultura e da sociedade.

Os museus, relacionados diretamente com o patrimônio, desempenham um papel importante na preservação e mediação do conhecimento. A mediação começa antes mesmo da visita. O planejamento cuidadoso de como a visita será conduzida é fundamental. Isso envolve a definição de objetivos claros para a visita, a seleção de conteúdo relevante e a escolha das estratégias de mediação adequadas para atingir esses objetivos. Um plano de visita bem elaborado ajuda a garantir que os visitantes tenham uma experiência educacional e envolvente.

Planejamento de mediação: A mediação não se trata apenas de fornecer informações aos visitantes. É um processo deliberado de facilitação da aprendizagem. Os mediadores necessitam planejar como apresentar o conteúdo de forma acessível e envolvente. Isso pode incluir o uso de perguntas provocativas, atividades práticas, narrativas atrativas e interações diretas com os visitantes. O planejamento de mediação é essencial para garantir que os visitantes se sintam conectados ao conteúdo e possam explorá-lo de maneira significativa.

Complementação do Conteúdo: A mediação não apenas oferece informações, mas também complementa o conteúdo apresentado. Isso significa ajudar os visitantes a fazer conexões entre diferentes elementos, contextualizando o conteúdo em um quadro amplo e incentivando a reflexão crítica. A mediação pode fornecer insights adicionais, histórias interessantes e perspectivas que enriquecem a compreensão do visitante.

Heidegger (1999) expõe que o museu singulariza os objetos e dá a eles um tratamento específico, criando uma nova maneira de se apresentar ao mundo. O museu não é apenas um depósito de objetos, mas um espaço onde esses objetos ganham vida por meio da mediação. Os mediadores ajudam a dar aos objetos uma nova dimensão, uma nova posição no entendimento do visitante, contextualizando-os e dando-lhes significado.

As perspectivas historiográficas e museológicas desempenham um papel crucial na moldagem da maneira como os objetos são apresentados e interpretados em um museu. A escolha de como organizar as exposições, a narrativa que é construída em torno dos objetos e as interpretações oferecidas aos visitantes são influenciadas por diferentes abordagens historiográficas e museológicas, o que impacta diretamente na compreensão da história e da cultura. (HEIDEGGER,1999).

Além disso, os museus fomentam várias intenções, que vão desde a educação até o turismo e a celebração. Eles oferecem oportunidades educativas valiosas, proporcionando aos visitantes a chance de aprender sobre a história, a arte e a cultura de maneira envolvente e interativa. Também atraem turistas que desejam explorar o patrimônio cultural de uma região e, muitas vezes, servem como locais de celebração de eventos e conquistas culturais.

Os museus são lugares que permitem a percepção dos múltiplos sentidos dos tempos. Eles nos convidam a explorar não apenas o que é história, mas também o que é memória e esquecimento. Ao fazê-lo, os museus desempenham um papel vital na preservação da identidade cultural e na promoção de um entendimento profundo e contextualizado do nosso passado e presente.

As teses e dissertações contribuem para percebermos que o museu envolve a seleção de objetos para exposição, organização em um contexto espacial e temporal, e recursos de cenografia, como iluminação e som. No entanto, essas narrativas são construídas com base em diferentes concepções de tempo, que podem variar em sua fluidez ou rigidez.

Muitos museus buscam representar uma totalidade patrimonial cultural e uma visão unívoca do tempo histórico, enfatizando imagens, corpos e discursos rituais significativos. No entanto, os museus, por si só, raramente conseguem capturar toda a verdade, requerendo mediação para uma compreensão profunda.

É fundamental transcender esses estigmas por meio de abordagens educativas eficazes. Neste contexto, advogamos pela integração da educação patrimonial com os princípios da Geografia, sem limitações fixas. A necessidade de aproximação se justifica pela aspiração de não construir um indivíduo fragmentado, mas sim de conscientizá-lo sobre a complexidade da totalidade. (HEIDEGGER, 1999).

A dessacralização do espaço museal envolve um processo educativo que estimula a reflexão sobre as distâncias entre os visitantes e os objetos expostos, reconhecendo a impossibilidade de atribuir sentidos fixos ou absolutos a essas peças. A mobilidade dos objetos e o fluxo dos

visitantes criam experiências de deslocamento que devem ser consideradas na construção do conhecimento e nas vivências sensíveis promovidas pela abordagem educativa nos museus.

Uma importante ramificação dessa discussão é a rejeição da ideia de que a visita mediada seja um processo educacional completo em si, construtor, enriquecedor. Em vez disso, deve ser vista como uma etapa específica e singular dentro do processo educacional amplo sobre um determinado tema.

Percebemos, em nossas análises teóricas, ser essencial proporcionar acesso à história do museu, às histórias por trás de suas coleções e às escolhas feitas ao longo de sua evolução como instituição de preservação da memória. Antes da visita, é valioso garantir que os estudantes tenham acesso a informações abrangentes sobre o museu, a um plano de visita previamente planejado e às funções de cada profissional que trabalha no museu. Encorajar os estudantes a imaginar o que o museu não expõe é uma maneira de desafiá-los a questionar sobre a ilusão de totalidade.

3.4 A complexidade da experiência subjetiva

Nos trabalhos científicos selecionados para a pesquisa, percebemos que o sujeito aluno desempenha um papel fundamental na forma como percebe e interage com objetos históricos. Suas expectativas de representatividade desempenham um papel significativo nesse processo. Essas expectativas podem ser moldadas por uma série de fatores, incluindo sua identidade cultural, experiências pessoais e exposição prévia a determinados temas. Por exemplo, um aluno que

pertence a uma minoria étnica pode ter expectativas específicas sobre como sua cultura ou história será representada em um museu. (VIGOTSKI, 2010).

No entanto, essas expectativas não existem isoladamente; elas são influenciadas e moldadas por construções sociais amplas. As construções sociais são valores, normas e estereótipos que a sociedade atribui a diferentes grupos, culturas e conceitos. Essas construções sociais podem influenciar a maneira como o aluno percebe e interpreta um objeto museal. (VIGOTSKI, 2010).

Por exemplo, se uma construção social atribui um estereótipo negativo a uma determinada cultura, isso pode afetar as expectativas do aluno sobre como essa cultura será representada em um museu. Eles podem estar predispostos a ver os objetos relacionados a essa cultura de maneira estereotipada, em vez de abordar a exposição de forma imparcial e aberta.

É nesse ponto que a mediação desempenha um papel crucial na construção e contextualização de conceitos. Vigotski (2010) destaca a importância do ambiente social e da interação na aprendizagem. No contexto de objetos museais, a mediação envolve a orientação ativa e o diálogo entre o professor e o aluno.

Os professores, ao mediar a visita de um aluno a um museu, têm a oportunidade de ajudar a contextualizar os conceitos apresentados. Eles podem fornecer informações adicionais, esclarecer equívocos, incentivar a reflexão crítica e promover a compreensão profunda dos objetos museais. Eles também podem desafiar construções sociais prejudiciais, ajudando o aluno a desenvolver uma visão equilibrada e precisa.

Analisando as teses e dissertações, identificamos que o gesto museal desempenha um papel crucial na percepção da dinâmica histórica quando é contextualizado dentro de um quadro sociocultural amplo. Isso implica em uma abordagem que reconhece e explora as complexas interconexões sociais, políticas, econômicas e culturais que estão presentes no trabalho do museu. Essa abordagem deve estar em diálogo constante com as experiências que os estudantes vivenciam na escola e em suas práticas sociais cotidianas.

Nesse processo educativo concebido dessa maneira, ocorre uma interconexão entre os registros e as experiências culturais dos estudantes, suas famílias e os grupos sociais com os quais eles estão envolvidos. Isso inclui também os grupos comunitários presentes nas trajetórias das comunidades em que os museus estão inseridos. Essa abordagem ampla e interconectada permite que os museus e a educação patrimonial se tornem meios eficazes para o entendimento da história e da cultura, uma vez que incorporam a diversidade de perspectivas e experiências presentes em uma sociedade. (HORTA, 1999).

Através desse diálogo entre os museus, as experiências dos estudantes e a realidade social, é possível enriquecer a compreensão da dinâmica histórica e cultural, promovendo uma educação relevante e inclusiva. Além disso, essa abordagem fomenta a valorização das diversas narrativas culturais e históricas presentes em uma comunidade, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento das pessoas em relação ao seu passado e ao seu entorno cultural.

As teses e dissertações analisadas mostram esta vulgarização da expressão "patrimônio cultural", que pode ser vista como um reflexo do crescente reconhecimento da importância de preservar e valorizar a

herança cultural de uma sociedade. A evolução do uso da expressão "patrimônio cultural" também está relacionada ao desenvolvimento da legislação nesse campo, porém, nem sempre com a divulgação destas informações, para que elas cheguem onde precisam chegar.

Na medida que as leis e regulamentos se tornam sofisticados e abrangentes, é necessário definir com maior precisão o que está sujeito à patrimonialização e quais critérios são relevantes nesse processo. Assim, avaliamos o Iphan como um dos órgãos essenciais na preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro, pois é dele a responsabilidade de identificação e registro; preservação e restauração; zonas de entorno e tombamento; indicação de bens culturais brasileiros à lista da Unesco, entre outros.

Esse processo não apenas torna o conceito de patrimônio acessível, mas também contribui para uma compreensão refinada do que significa preservar e proteger nossa rica herança cultural. À medida que a legislação avança, essa evolução no uso da linguagem e no discurso em torno do patrimônio cultural continuará a desempenhar um papel fundamental na promoção da preservação de nossa memória coletiva para as gerações futuras.

Ao longo da última década, analisada aqui através de obras científicas, o conceito de patrimônio passou por uma notável ampliação e complexificação. A necessidade de segmentar e esclarecer esse conceito tornou-se evidente, e essa evolução é claramente refletida na legislação relacionada ao patrimônio. Em vez de se referir apenas ao "patrimônio", é cada vez pertinente falar em "patrimônios", uma vez que o conceito se fragmenta e se desdobra em diversos ramos e facetas.

A evolução histórica da legislação patrimonial é uma prova clara dessa transformação. Antigamente, a proteção do patrimônio estava fortemente centrada em monumentos e bens materiais, mas, com o tempo, houve uma compreensão abrangente de que o patrimônio abrange não apenas esses elementos, mas também aspectos imateriais, como tradições culturais e práticas vivas. (MENDES, 2013).

No contexto dos museus, como mencionado por Mendes (2013), temos testemunhado uma revolução profunda nas últimas décadas. Isso é frequentemente associado à chamada "explosão museológica", que resultou na criação de um grande número de novos museus, muitos dos quais adotam abordagens inovadoras e contemporâneas.

Além disso, essa transformação no universo museológico trouxe uma mudança perceptível na ênfase dos papéis desempenhados por essas instituições. Embora os objetivos tradicionais de reunir, colecionar, estudar, preservar e divulgar o patrimônio ainda sejam fundamentais, outros papéis têm sido reforçados. Isso inclui a dinamização cultural, a comunicação e a educação. (MENDES, 2013).

Os museus não são mais apenas locais estáticos para exibição de artefatos, mas também espaços dinâmicos de aprendizado, diálogo cultural e envolvimento ativo com a comunidade. Eles desempenham um papel crucial na promoção da compreensão cultural, na preservação da memória coletiva e na construção de pontes entre as gerações.

Durante muito tempo, muitos museus eram percebidos como lugares rebarbativos e pouco atraentes. Eles eram frequentemente vistos como espaços distantes do público, com regras estritas, como "não tocar", "não correr", "não falar alto" e "não tirar fotografias". Além disso, muitas vezes, não havia lugares adequados para que os visitantes pudessem fazer

anotações sobre os objetos ou esboçar suas reflexões. Essas restrições, embora tivessem um propósito válido em termos de conservação, acabavam por criar barreiras entre os visitantes e os objetos, dificultando a conexão e a apropriação cultural. (MENDES, 2013).

No entanto, houve uma mudança significativa de paradigma nos museus nas últimas décadas. Em vez de se concentrarem apenas na preservação das coleções, os museus passaram a dar ênfase à comunicação e à educação. Isso significa que o foco não está mais apenas nas peças em exposição, mas sim nos visitantes e na comunidade a que servem. Os museus agora têm como objetivo principal o que as pessoas podem aprender e experimentar por meio das instituições museológicas. Essa mudança de perspectiva coloca o visitante e a comunidade acolhidos pelo processo. (MENDES, 2013).

Ao colocar a tônica na comunicação e na educação, os museus se tornaram acessíveis e relevantes para um público diversificado. Eles não são mais locais estáticos, mas sim espaços dinâmicos de aprendizado, reflexão e troca cultural. Essa abordagem tem o potencial de fortalecer a conexão entre as pessoas e os objetos expostos, permitindo que a apropriação cultural ocorra de maneira significativa e pessoal.

Desta maneira, ao analisarmos esses diálogos, torna-se evidente que a construção de uma memória coletiva é facilitada pelo esforço de um projeto comunitário, aliado a uma abordagem multidisciplinar que busca integrar discontinuidades. Além disso, o envolvimento de um professor mediador, que contribui para a formação da identidade dos envolvidos, desempenha um papel indispensável neste processo. Assim, as oportunidades para a construção de uma memória coletiva são ampliadas significativamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que as leis e regulamentos evoluem para se tornarem mais sofisticados e abrangentes, é fundamental definir com maior precisão o que está sujeito à patrimonialização e quais critérios são relevantes nesse processo. Nesse contexto, a importância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é inegável, destacando-se como um dos órgãos essenciais na preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

O Iphan desempenha uma ampla gama de responsabilidades, que incluem a identificação e registro de bens culturais, a preservação e restauração desses bens, a definição de zonas de entorno e tombamento, bem como a indicação de bens culturais brasileiros para inclusão na lista da UNESCO, entre outras atribuições. A atuação abrangente e dedicada do Iphan desempenha um papel crucial na proteção e celebração da rica herança cultural do Brasil, assegurando que ela seja apreciada e valorizada pelas gerações presentes e futuras.

Além disso, a educação patrimonial nas escolas proporciona uma oportunidade única para que os estudantes conheçam e se conectem com seu próprio patrimônio cultural. Isso inclui não apenas monumentos históricos e artefatos, mas também tradições, histórias locais, música, dança e culinária. Portanto, ao explorar esses aspectos de sua cultura, os estudantes desenvolvem um senso de pertencimento e apreço pela riqueza da herança de sua região ou país.

A experiência nos museus visitados evidenciou que, para uma apropriação completa e rica do contexto histórico, social, econômico e político dos objetos museais, a mediação se torna crucial. Os autores

ressaltaram ainda a importância do papel mediador na conexão entre o visitante e a contextualização desses objetos com os conceitos geográficos, permitindo uma compreensão significativa de seu significado e relevância nas esferas patrimoniais.

A compreensão patrimonial do espaço é permeada pela sociedade que a constrói. Experienciar esses espaços é mais do que compreender aspectos geográficos; é uma imersão nas dinâmicas sociais, geográficas, patrimoniais, culturais e históricas. Esse envolvimento enriquece o processo de ensino, sendo fundamental na construção de uma postura crítica nos estudantes.

Ao vivenciar as nuances do espaço geográfico, desenvolvem-se não apenas conhecimento, mas também valores essenciais, como empatia e consciência cidadã. Compreender e interagir com o mundo de maneira ativa e reflexiva contribui significativamente para formar indivíduos engajados e capazes de analisar criticamente as complexidades sociais e ambientais. A experiência destaca a necessidade de uma abordagem reflexiva na educação patrimonial e geográfica, reconhecendo a importância da mediação, do ambiente museal e dos conceitos geográficos na formação de cidadãos conscientes da relevância do patrimônio cultural na sociedade.

Há percepção de que os museus, o patrimônio, a educação patrimonial e a Geografia estão passando por um processo de ressignificação conjunto. Isso sugere que esses campos não estão isolados, mas estão interconectados e influenciam-se mutuamente. As mudanças nas abordagens de educação patrimonial e na interpretação do patrimônio cultural também têm uma relação intrincada com a evolução da Geografia. Portanto, essa ressignificação coletiva pode indicar um

movimento amplo na forma como a sociedade compreende e valoriza a herança cultural e espacial.

À vista disso, os conceitos de Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014), como o de "território" e "lugar", podem ser aplicados na compreensão das relações entre as pessoas e seu patrimônio cultural, destacando como esses elementos são intrinsecamente ligados. Isso é possível porque a Geografia, como disciplina, proporciona ferramentas analíticas para compreender a relação entre as pessoas e o ambiente em que vivem, incluindo seu patrimônio cultural. A educação patrimonial, por sua vez, busca sensibilizar as pessoas para a importância da preservação do patrimônio cultural, o que inclui não apenas monumentos e artefatos, mas também as histórias, memórias e conexões culturais que moldam as comunidades.

Durante as visitas a locais de relevância histórica e cultural, pôde-se observar empiricamente como a Geografia e a educação patrimonial se complementam. A Geografia fornece conceitos para entender o espaço e as relações que nele ocorrem, enquanto a educação patrimonial permite que esses conceitos sejam aplicados na prática, envolvendo as comunidades na preservação e promoção de seu patrimônio.

No contexto das teses e dissertações analisadas, foi identificado um desafio significativo relacionado à compreensão dos conceitos inseridos na área da educação patrimonial. Isso indica que existe uma problemática subjacente à assimilação e aplicação adequada desses conceitos, sugerindo a possibilidade de lacunas no conhecimento ou dificuldades na construção de aspectos subjetivos: identidade coletiva, identidade individual, consciência histórica, cultural, temporal e espacial.

A educação patrimonial visa promover compreensão, valorização e preservação do patrimônio cultural e histórico, mas a presença dessa problemática sugere a necessidade de um maior esclarecimento e esforço na sua abordagem. Nesse contexto, ao relacionar os conceitos geográficos de Santos (1994, 1998, 2004, 2006, 2014) com a educação patrimonial, pode-se destacar como as dimensões espaciais, culturais e históricas se entrelaçam.

As análises das teses e dissertações evidenciam que a divulgação de conceitos relacionados ao patrimônio cultural e à legislação que o envolve, por meio da mediação da comunidade escolar na educação patrimonial, desempenha um papel fundamental na preservação e promoção da herança cultural de uma sociedade. Essa abordagem não apenas enriquece a compreensão dos estudantes sobre sua cultura e história, mas também contribui para o fortalecimento da identidade cultural, o respeito à diversidade e a formação de cidadãos conscientes do valor do patrimônio.

Enquanto certas disciplinas exploram ativamente essa interligação, outras podem não estar tão inclinadas a fazê-lo. Isso poderia ser resultado de uma série de fatores, como histórico acadêmico, prioridades de pesquisa, disponibilidade de recursos ou simplesmente falta de consciência sobre as oportunidades que essa interação pode proporcionar.

As interseções entre a educação patrimonial e a Geografia são, em alguns casos, claramente perceptíveis e explícitas e em outros implícitas, necessitando da ação do sujeito interessado. Assim sendo, quando essas ligações estão escondidas, demandam uma análise cuidadosa para serem identificadas.

É importante salientar que os diálogos acontecem partindo da localização em que o patrimônio cultural se encontra, e transpassa por suas transformações e nuances ao longo do tempo, caracterizadas naquele espaço. Ou seja, não existe um patrimônio solitário, ele está conectado com as áreas do conhecimento que ele perpassou, principalmente estabelecido geograficamente em um contexto que necessita ser abordado e refletido pelo sujeito e pelas mediações.

No entanto, é sabido que, apesar da existência dessas relações, elas ainda são pouco exploradas na comunidade escolar. Muitas vezes, a educação patrimonial e a Geografia não são devidamente aproximadas e carecem de um diálogo efetivo. Este cenário destaca a necessidade de promover maior integração entre as disciplinas no contexto educacional, a fim de potencializar o entendimento e a valorização do patrimônio cultural por parte dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BARROS, Andrea Almeida; TURATTI, Luciana. **A Proteção do Patrimônio, Segundo a ONU, a UNESCO e a Constituição Federal Brasileira**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 24, n. 1, p. 179-192, 2017.

BEZERRA, Cláudio Leopoldino. **Educação patrimonial: Memória, identidade e cidadania**. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.); CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 10 ed. Porto alegre: Mediação, 2012.

CLAUDINO, Sergio. **Escola, educação geográfica e cidadania territorial**. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. vol. XVIII, núm. 496 (09), 1 de diciembre de 2014.

CUCCHI, Andreia Zuchelli. **O Museu no estudo da Geografia dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2022. 235f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão, 2022.

DEMARCHI, João Lorandi. **Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial**. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

EITERER, Edylane. **Educação patrimonial no espaço escolar: discutindo identidade, diversidade, memória e patrimônio cultural**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2013.

FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. **As Festas da Cidade de Porto Nacional - TO: Um olhar dos ativistas culturais**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Porto Nacional como requisito obrigatório para o título de Mestre em Geografia. 2017.

FELIPPE, Janaína Mourão Freire Gori. **Cartografias valorativas de Sabará-MG: A essencialidade da cidade patrimonial metropolizada**.

Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de Brasília, Geografia. Brasília, DF, 15 de dezembro de 2016.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. (Coleção Repertórios).

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial. 1999.

IPHAN. **Conjuntos urbanos tombados**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/123>. Acesso em: 16 ago. 2022.

IPHAN. **Educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/1154/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

IPHAN. **Fiscalização**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, 2009.

IPHAN. **Educação patrimonial : Manual de aplicação: Programa Mais Educação**. Brasília, DF: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

MENDES, José Amado. **Estudos do patrimônio: Museus e educação**. 2ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, setembro de 2013.

MENESES, Ulpiano. **Patrimônio Cultural**. Artigo apresentado em conferência magna no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 2009. 15 páginas.

NETO, João Clímaco Ximenes. **O Ensino de Geografia na Educação patrimonial : Ações Educativas no Ensino Médio Integrado do IFPB de Catolé Rocha-PB**. Dissertação. Campina Grande, Paraíba. 2017.

RAYEL, Renata Salgado. **A Linguagem dos Sinos em Diamantina (MG): rotas turísticas na paisagem sonora**. 2016. 343 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.

RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva. **O Projeto Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional- TO: Um instrumento de educação patrimonial**. Porto Nacional, TO, 2021.

RYDELL, Anders. **Ladrões de Livros**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnicas Espaço Tempo**. São Paulo: Edusp, 1994.

SANTOS, Milton. **Território Globalização e Fragmentação**. Organizadores: Souza, Maria Adélia A. De – Silveira, Maria Laura. 4. Ed. Editora: Hucitec, 1998.

SILVA, Jocenaide Maria Rossetto. **Do Museu como Espaço ao Museu Como Lugar de Múltiplas Interloquções: os Museus Universitários e as Coleções do Povo Bororo**. Tese de Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Graziella Praça Orosco de. **Contribuições da instituição museológica para história ambiental, educação ambiental e patrimonial: o ecomuseu de Mirante de Paranapanema, SP, Brasil**.

Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente, SP, 2021.

LIBERALESSO, Cibele Pase. **A Educação patrimonial e o Ensino de Geografia: Experiência nas Escolas Públicas da Cidade de Santa Maria-RS**. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração em Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, RS, 2013.

PAULO FREIRE. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'Água. 1994.

VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução de Maria da Pena Villalobos. 11ª edição. São Paulo: Ícone, 2010.